



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ana Carolina Ferreira Augusto

(In)Segurança Urbana, Infância e Risco

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Helena Machado

outubro de 2014

Nome:

Ana Carolina Ferreira Augusto

Endereço eletrónico:

carolinaaugusto@hotmail.com

Telemóvel:

960423038

Número do Cartão de Cidadão:

13380065 2ZZ3

Título da dissertação:

(In)Segurança Urbana, Infância e Risco

Orientadora:

Professora Doutora Helena Machado

Ano de conclusão:

2014

Designação do Mestrado:

Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 31 de outubro de 2014

Assinatura: _____

Nada se passa na alma que não se passe na cidade.

Platão, séc. V a.C.

Agradecimentos

Pretendo, em primeiro lugar, prestar o meu agradecimento a todos os pais dos alunos do Centro Escolar da Nossa Senhora do Pranto que se disponibilizaram a participar nas reuniões de grupo. Sem o seu contributo, certamente, não teria aprendido tanto.

Um profundo bem-haja ao Professor Luís, docente no Centro Escolar da Nossa Senhora do Pranto, que se mostrou recetivo desde o primeiro minuto e que, por várias vezes, intercedeu para que o projeto fosse exequível.

Ao Presidente da Associação de Pais e de Encarregados de Educação do Centro Escolar da Nossa Senhora do Pranto, uma palavra de agradecimento especial pelo esforço e dedicação empreendidos no âmbito do processo de “recrutamento” de pais e constituição de grupos de discussão.

À Professora Doutora Helena Machado, orientadora de Seminário de Acompanhamento, um sincero obrigada pela sua flexibilidade e compreensão, pelo apoio incondicional e pelas palavras de conforto que tanto me ajudaram nos “momentos de crise”.

À Betty, por todos os ensinamentos que me ajudaram a percorrer este longo caminho... *Namasté*.

A todos os meus amigos, companheiros dos bons e maus momentos, pelas pequenas e grandes coisas, devo-lhes o meu melhor sorriso, todos os dias.

Ao Frederico, que sempre me incentivou e soube escutar as minhas angústias, um obrigada pela paciência... nunca me esquecerei.

Um agradecimento muito sentido àqueles que sem os quais nada seria possível... à minha Mãe, o meu “porto seguro”, e ao meu Pai, a minha “fonte de ânimo”...

No fundo, àqueles que sempre acreditaram, um muito obrigada pela força que me trouxe até aqui!

RESUMO

As questões da (in)segurança urbana têm ocupado grande centralidade no âmbito do debate público e acadêmico, assim como ao nível das políticas da administração central e local dirigidas à prevenção da criminalidade nas cidades. A crescente visibilidade deste fenómeno, tanto ao nível dos discursos dos meios de comunicação social como no plano das representações sociais do cidadão comum, convida à reflexão sobre a influência que o “medo à cidade” pode deter sobre as práticas parentais. Ou seja, de que forma sentimentos de (in)segurança podem ou não criar impactos nos comportamentos e representações sociais dirigidos às crianças e nas perceções de risco em torno da infância?

O objetivo principal deste estudo foi identificar e explorar as causas do sentimento de (in)segurança urbana vivenciado por pais relativamente aos seus filhos, tendo como ponto de partida as representações sociais em torno da (in)segurança no “passado e no presente” e perceções sobre os efeitos dessas transformações no âmbito das práticas parentais. Esta questão de partida serviu de mote a que os participantes neste estudo expressassem as suas opiniões sobre os contornos da (in)segurança que marcam o contexto onde decorreu a investigação, os seus maiores medos relativamente à segurança dos seus filhos, as ideias subjacentes à influência que os *media* podem deter ao nível das práticas parentais, as posições adotadas face ao risco e as mudanças que se operaram ao longo dos anos em termos de segurança das crianças.

A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, baseada na técnica de pesquisa de entrevistas focais (*focus group*) com dois grupos de pais de crianças do 1.º ciclo de escolaridade.

Os resultados obtidos indicam que um considerável alarmismo social em torno do crime e da insegurança, em larga medida sustentado por noções de que o crime está a aumentar, tem determinado o despoletar de sentimentos de insegurança nos cidadãos e, conseqüentemente, provocado um condicionamento ao nível das práticas parentais que se expressa na crescente adoção de medidas cautelares mais ou menos fortes, adequando o medo ao risco perceptível. A insegurança traduz o reflexo das mudanças sociais que se têm vindo a registar ao longo dos tempos, devendo, portanto, ser entendida como mais um dos fenómenos que caracterizam a era pós-moderna, a qual é marcada por uma hiper-representação do risco, em parte alimentada pelos *media* à escala global.

Palavras-chave: Sentimentos de (in)segurança urbana; infância; risco; práticas parentais

ABSTRACT

The questions of urban (in)security, have occupied a great focus in the scope of public and academic debate, such as at level of the central and local politics of administration, directed to the criminal prevention in cities. The increase visibility of this phenomenon, like the level of the social communication and also the plan of the social representations of the common citizen, invites a reflection about the influence that the “fear to the city” can hold about the parental practices. Which means, in what way feelings of (in)security can or not create impact in social behaviors and representations of children’s and in the risk perceptions surrounding the childhood?

The main goal of this study was to identify and explore causes of feelings of urban (in)security experienced from the parents relatively to their children’s, having as a starting point the social representations around de (in)security in “past and present” and perceptions of the effects of those transformation in the scope of the parental practices. This starting question, served for the participants in this study to express their opinions about the counters of (in)security of the content where occurred the investigation, their biggest fears relatively to the security of their children’s, the ideas underlying to the influence that the *media* can hold at the level of parental practices, to the positions adopted according to the risk and changes that occur over the years in terms of child’s security.

The methodology adopted was a qualitative character, based in research techniques of focal interviews (*focus group*) with two parental groups of children’s of the 1st education cycle.

The obtained results, indicates that an considerable social alarmism around the crime and insecurity, in large scale sustained by options that the crime is increasing, as determined the awakening of feelings of insecurity in citizens consequently, causing a level of parental practices condicionament, that express the increasing adoption of precautionary measures stronger or less stronger, to suit the fear to the perceptible risk. The insecurity translate the reflex of social changes, that has been registered over the years, having being understood, more as one of the phenomenon that characterizes the post-modern era, which is marked for one hiper-representation of the risk, in part fed by the *media* in a global scale.

Keywords: Urban (in)security feelings; childhood; risk; parental practices

ÍNDICE

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice de quadros	xiii
INTRODUÇÃO	15
PARTE I – (IN)SEGURANÇA URBANA	19
Capítulo I – A Questão da Insegurança	19
1.1. Cidade, insegurança e crime: tendências e relações	20
1.2. A construção do sentimento de insegurança	23
1.2.1. Pistas ecossociais	26
1.2.1.1. Espaços de perigo	27
1.2.1.2. Figuras do medo	29
1.2.2. Espaço mediático	31
Capítulo II – Caminhos para a Segurança	33
2.1. Prevenção situacional do risco	34
2.2. Políticas de segurança	36
PARTE II – INFÂNCIA E RISCO	39
Capítulo III – A Investigação	39
3.1. Apresentação global do estudo	39
3.2. Objetivos da investigação	40
3.3. Opções metodológicas	41
Capítulo IV – Orientações Metodológicas da Investigação	43
4.1. O <i>Focus Group</i> como estratégia de investigação	43
4.1.1. Organização e caracterização dos grupos	43
4.1.2. Descrição das sessões	47
4.1.3. Procedimento de análise de dados	49

Capítulo V – Apresentação e Análise dos Dados	53
5.1. (In)Segurança urbana: representações sociais	55
5.1.1. A cidade	56
5.1.2. Tendências e causas da criminalidade	59
5.1.3. Perigos e riscos	61
5.2. Experiência pessoal	62
5.2.1. Medos	64
5.2.2. Situação de perigo	67
5.2.3. Experiências de vitimização	71
5.3. Influência dos <i>media</i>	73
5.4. Posição face ao risco	76
5.4.1. Medidas de segurança	77
5.4.2. Estratégias de proteção parental	80
5.5. Infância ontem e hoje: contrastes	83
5.5.1. Infância dos pais	85
5.5.2. Mudanças	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXOS	103
Anexo 1: Pedido de colaboração para realização de investigação	105
Anexo 2: Roteiro de <i>Focus Group</i>	111
Anexo 3: Ficha de caracterização de grupo	117
Anexo 4: Grelha de análise de dados	121

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização do Grupo I	46
Quadro 2: Caracterização do Grupo II	47
Quadro 3: Roteiro de questões dos <i>Focus Groups</i>	48
Quadro 4: Temas e categorias de análise	53
Quadro 5: (In)Segurança urbana: representações sociais	56
Quadro 6: Experiência pessoal	63
Quadro 7: Influência dos <i>media</i>	74
Quadro 8: Posição face ao risco	76
Quadro 9: Infância ontem e hoje: contrastes	84

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, as cidades, e em particular os grandes centros urbanos, têm registado inúmeras modificações não só na sua forma física como também nas suas dinâmicas populacionais. Paralelamente, tem-se assistido a um aumento considerável do alarmismo social em torno do crime e da insegurança, acréscimo que se constitui o signo superficial, captável e visível da alteração da experiência da cidade por parte dos cidadãos.

A difusão do medo, diretamente relacionada com a institucionalização da vida em sociedade e de certa forma alimentada por políticos e ampliada pelo sensacionalismo dos *media*, tem sido responsável pela projeção de uma visão do mundo urbano assolada pelo perigo e pelo risco. Talvez por isso, a infância de hoje, ao invés da de outrora, esteja cada vez mais confinada a atividades limitadas e isoladas como ver televisão ou jogar videojogos.

O lado profundo da insegurança inscreve-se muitas vezes no desconhecido e o seu imaginário é frequentemente constituído a partir de uma dispersão de acontecimentos, atores e contextos, fazendo convergir em seu torno múltiplos elementos da experiência social e vivência psicológica dos indivíduos. Comportando-se como uma “noção-contendor” na qual se confundem uma diversidade de fenómenos e situações difíceis de relacionar entre si, a insegurança urbana tem vindo a impor-se progressivamente como tema central dos debates sobre a questão social, sendo naturalizada no discurso político e mediático. Não obstante, chegou à comunidade científica com contornos difusos, reclamando um trabalho de filtragem e precisão, pelo que o modo como os seus significados invadem o espaço cultural dos indivíduos, especialmente quando estes possuem crianças, deve ser cuidadosamente examinado.

A presente dissertação surge no âmbito do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, ministrada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e, apresentando-se como um instrumento pedagógico fundamental no que concerne ao desenvolvimento de competências e à consolidação de conteúdos programáticos abordados ao longo do ciclo de estudos em questão, assume-se como o culminar de mais uma etapa na caminhada da procura do saber. Em termos gerais, procurar-se-á, por um lado,

identificar e explorar as causas do sentimento de (in)segurança urbana vivenciado por pais relativamente aos seus filhos, tendo por base as representações sociais acerca dos contornos que a cidade tem vindo a assumir em termos de (in)segurança e, por outro, analisar as perceções das repercussões desse sentimento ao nível das práticas parentais.

Visando compreender os significados que pais de crianças com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos conferem à (in)segurança urbana, assim como as circunstâncias envolvidas no processo de construção de sentimentos de (in)segurança, e descrever as modalidades e estratégias parentais utilizadas com vista à segurança das crianças, a metodologia de pesquisa eleita será de natureza eminentemente qualitativa, designadamente, através do recurso à técnica de *focus group*. Em termos gerais, o processo interacional com vista à apreensão das representações sobre os “perigos” e “riscos” a que as crianças estão expostas no seio da cidade será aplicado na cidade de Ílhavo e concretizado através da constituição de dois grupos de discussão, um com pais de crianças pertencentes ao 1º e 2º anos de escolaridade e outro com pais de crianças mais velhas, especificamente, alunos do 3º e 4º anos de escolaridade.

O trabalho que se apresenta encontra-se estruturado em duas partes, organizadas num total de cinco capítulos, sendo a primeira dedicada ao enquadramento teórico sobre o tema da (in)segurança urbana e a segunda ao estudo de campo propriamente dito, englobando a exposição dos trâmites da investigação, da metodologia adotada e dos resultados obtidos. A primeira parte do trabalho – *(In)Segurança Urbana* – subdivide-se em dois capítulos e a segunda – *Infância e Risco* – é constituída pelos três capítulos subsequentes.

Num primeiro momento, mais concretamente no Capítulo I, é introduzido um racional teórico sobre a questão da (in)segurança, procurando analisar este fenómeno à luz das tendências evolutivas que se têm vindo a registar em contexto urbano e dando ênfase às relações que têm vindo a ser estabelecidas, designadamente, com a criminalidade. Remete-se ainda para o modo como o sentimento de insegurança tem sido construído socialmente, sublinhando a importância que determinados elementos socioespaciais do ambiente urbano detêm a esse nível e alertando para a influência da dinâmica informativa e mediática transmitida pelos *media*.

No que se refere ao segundo capítulo, desenvolve-se uma análise compreensiva das estratégias de prevenção do risco e das políticas de segurança tomadas ou a tomar, com vista à redução da insegurança, quer individual quer coletiva.

Após o enquadramento teórico do presente estudo, o Capítulo III inaugura com uma descrição global de toda a investigação, procedendo-se à explicitação dos seus principais objetivos e, por conseguinte, à explanação das opções tomadas no plano metodológico.

O quarto capítulo expõe as orientações metodológicas adotadas, privilegiando a descrição da técnica de *focus group* e dos procedimentos utilizados no âmbito da sua aplicação. Apresentam-se ainda os métodos utilizados para a leitura e análise dos dados.

Por fim, o quinto capítulo ocupa-se da análise e discussão dos dados, de acordo com os principais tópicos orientadores do roteiro de *focus group*.

Tratando-se de um estudo exploratório, a intenção deste trabalho não passa pela elaboração de hipóteses a serem testadas, restringindo-se à simples definição de objetivos e recolha de mais informação sobre o assunto de estudo. Mais que tudo, pretende-se dar a conhecer mais uma perspetiva relativamente à temática da (in)segurança urbana e formular hipóteses significativas que possam impulsionar a busca de novas ideias e, como tal, que possam servir de base a pesquisas futuras.

PARTE I – (IN)SEGURANÇA URBANA

Capítulo I

A QUESTÃO DA INSEGURANÇA

O tema da insegurança, do crime e da ordem pública, marcado não só pela crença no aumento da criminalidade como pela perda de confiança nas instâncias de controlo social e pela emergência da insegurança enquanto problema social, tem vindo a ganhar espaço em Portugal desde os anos 90 do século XX, atingindo uma importante dimensão tanto no debate público como na investigação levada a cabo pelas ciências sociais (Agra, Quintas & Fonseca, 2001; Fernandes, 2006). De acordo com Fonseca (1998), foi nesta altura que este assunto se começou a destacar nas preocupações dos cidadãos comuns, passando também a dominar o discurso político da época. Assim, como referem Fernandes e Rêgo (2011), ainda que a emergência dos medos que atualmente fazem parte da experiência da vida em contexto urbano possa ser situada já ao longo do século XIX, época em que a cidade começa a ser percecionada enquanto “espaço predatório” e, conseqüentemente, se começa a gerar em Portugal um novo e distinto tipo de medos que ultrapassava os receios até aí, então, sentidos, designadamente os relativos às epidemias que dizimavam a população, às catástrofes que expressavam a ira divina ou aos perigos cujo *topos* era, sobretudo, fora de portas, é preciso avançar um século para assistir ao eclodir do sentimento de insegurança propriamente dito e aos conseqüentes discurso sociopolítico e narrativas mediáticas em torno no crime e da ordem pública. O mesmo será dizer que embora tenha sido no Portugal oitocentista que se começaram a desenvolver um conjunto de elementos que configuram as desordens e perigos modernos associados à grande cidade, somente em anos recentes é que as questões relacionadas com a insegurança, a criminalidade e a violência começaram a ser verdadeiramente objeto de debate e preocupação generalizada por parte dos mais diversos atores sociais (partidos políticos, imprensa e cidadãos anónimos), com progressiva insistência até aos dias de hoje (Frias, 2004).

Particularmente vivo na contemporaneidade, o conceito de insegurança possui níveis muito amplos de equívocos e de indeterminação, remetendo para diversas situações

que pouco têm em comum entre si: *a*) de verdadeiro e próprio perigo (seja pela propriedade ou pelas pessoas); *b*) de rejeição por comportamentos moralmente inconvenientes; e *c*) de desconforto perante aspetos da vida social que incomodam (por exemplo, pobreza, barulho, entre outros) sem se constituírem, no entanto, verdadeiros fatores de perigo (Indovina, 2001). De um modo geral, a insegurança corresponde a um fenómeno que assenta na combinação de práticas sociais com o psicológico, podendo ser entendida, portanto, como uma espécie de ressonância emocional: remete para o medo, elemento pertencente à esfera do psicológico e do subjetivo (Fernandes & Carvalho, 2000). Talvez por isso Michaux, citado em Imbert (1992), entenda a insegurança como a probabilidade do imprevisível e não como o terror em si.

Enquanto fenómeno urbano, além de um carácter inopinado e insituável, a insegurança possui um horizonte indiscernível, tratando-se portanto de uma “etiqueta de contornos mal definidos onde cabem desde os acidentes rodoviários ao desemprego, desde as bolsas de marginalidade ao mercado das drogas, desde o assalto de rua às incivildades” (Fernandes & Carvalho, 2000, pp. 75-76). Corroborando esta ideia, já em anos anteriores Ackermann, Dulong e Jeudy (1983) tinham observado que a insegurança, capaz de fazer convergir temas dispersos sobre a crise social, se trata de uma construção complexa, de um complexo simbólico e, portanto, de um conceito particularmente vago, isto porque pode dizer respeito não só à inflação e à crise de emprego, como também ao aumento da delinquência ou dos assaltos. Neste sentido, o discurso sobre a insegurança, ainda que parta de uma base factual, remete-nos frequentemente para o seu próprio imaginário que, composto pela imensa galeria de perigos que habitam a urbe, converge numa multitude de sentidos que, habitualmente tendo a cidade como território e os seus grupos-problema como atores, funciona como um atrator de tudo quanto seja capaz de gerar medos e evitamentos na vida cidadina.

1.1. Cidade, insegurança e crime: tendências e relações

A insegurança urbana, não se tratando de um fenómeno novo nem simples, remete para um contexto particular de vida que desde a Revolução Industrial se tem vindo a assumir progressivamente como o habitat que congrega a maioria dos indivíduos nos países ocidentais (Fernandes, 2006). A cidade é de facto o contexto de vida que cada vez mais gente habita e frequenta, o que faz de si não só um elemento de agregação e

construção do coletivo, mas também um terreno propício à emergência de conflitos de índole diversa¹ (Indovina, 2001).

No imaginário coletivo, o espaço urbano sempre foi cenário privilegiado de fantasias de desastre (Araújo, Fernandes & Bettencourt, 2012), daí que não raras vezes seja vivido como um “palco onde pululam atores perigosos e possibilidades de maus encontros” (Fernandes, 2004, p. 95). Contudo, se no passado era encarada como uma aglomeração humana de organização urbanizada com inúmeros recursos materiais e capacidades político-administrativas, hoje a cidade é tida como uma agregação frágil, sujeita a (de)formações humanas, bem como um espaço social vulnerável ou até mesmo incapacitado (Araújo *et al.*, 2012).

Segundo Fernandes e Carvalho (2000), desde que as cidades se expandiram ao longo de todo o século XIX, por efeito do crescimento demográfico resultante da Revolução Industrial, que a aliança entre insegurança e crime/incivildades é esboçada com nitidez. Paralelamente, Bauman (2006) refere que o fenómeno da globalização levou a que as cidades se transformassem em depósitos de problemas, influenciando fortemente o processo de construção do medo urbano. De facto, “a cidade atual parece oferecer aos seus cidadãos novos e maiores perigos e conseqüentes preocupações sobre a segurança de cada um” (Matias & Fernandes, 2009, p. 10), sendo impossível negar a realidade do medo e o facto de este ocupar em Portugal uma importante dimensão da vivência quotidiana, sobretudo em contexto urbano (Machado, 2004). Contudo, impõe-se a questão: poderá este medo ser explicado pelo agravamento do crime e, como tal, ser entendido como um mero reflexo da realidade criminal? Ou, haverá verdadeiramente um agravamento da criminalidade o qual é passível de justificar os medos veiculados pelos cidadãos?

O aumento contínuo, a partir dos anos 60 do século passado, da criminalidade aquisitiva, mantendo-se estável, em contrapartida, a criminalidade de sangue, é algo consensual entre os criminólogos a propósito dos países democráticos e desenvolvidos do Ocidente (Fernandes, 2004). De acordo com Lourenço e Lisboa (1996, p. 46), durante a primeira metade do século XX, “a criminalidade sofreu, nas sociedades da Europa Ocidental, um significativo recuo”, tendo-se registado apenas a partir da década de 60, ainda que não de uma forma absolutamente linear, uma elevação das curvas da criminalidade (essencialmente devido ao acréscimo dos crimes contra o património). A

¹ Com base na tipologia dos conflitos apresentada por Arielli e Scotto (1998), é possível distinguir *a*) conflitos relativos ao controle de determinados recursos; *b*) conflitos em relação ao sistema de valores e crenças; *c*) conflitos decorrentes das relações entre as partes e *d*) conflitos relativos à sobrevivência.

partir daqui, é possível referir que se, por um lado, foi nas cidades que esta tendência se revelou mais eloquente, por outro, foi ao crime de natureza aquisitiva, que reúne cerca de 80% da totalidade da criminalidade, que ela se ficou a dever (Cusson, 1990; Shelley, 1981). Em Portugal, com manifesto desfasamento temporal, este aumento da criminalidade é registado mais tardiamente, algures entre 1974 e meados da década de 80, de forma lenta mas detetável, sobretudo nas grandes áreas metropolitanas, sendo atribuído frequentemente, nas explicações de senso comum, à escalada do fenómeno droga em que a toxicodependência é entendida como a principal causa da criminalidade e ambas as responsáveis pela crença na instabilização da tranquilidade pública (Fernandes, 2004; Rêgo, 2014; Santos, Marques, Pedroso & Ferreira, 1996). Não obstante, “a sociedade de hoje é inegavelmente menos violenta do que a de séculos passados, parecendo que a tendência verificada em Portugal, na segunda metade do século XX, foi no sentido da estabilização dos crimes contra as pessoas e do aumento dos crimes contra a propriedade” (Machado, 2004, p. 26).

Com base na análise integrativa da criminalidade participada entre 1985 e 1996, Ferreira (1998, p. 102) conclui que a criminalidade em Portugal apresenta uma “significativa estabilidade”, contrariando “a representação, muito frequente, de que a criminalidade tem vindo a aumentar de forma (quase) exponencial”. De um modo geral, os números parecem sugerir algum agravamento da conflitualidade na sociedade portuguesa, bem como um certo “endurecimento” de algumas formas de criminalidade patrimonial, no entanto, não se demonstram suficientes para confirmar a imagem de uma sociedade assolada pela criminalidade violenta, muito menos para sustentar a noção de que a criminalidade portuguesa se trata de um fenómeno de dimensões alarmantes ou atípicas (ibidem). Entenda-se que não se está com isto a desvalorizar o fenómeno, colocando-o ao nível da insignificância. A criminalidade existe em Portugal e constitui um problema, contudo, “os sentimentos de insegurança que derivam de representações de que a sociedade portuguesa está cada vez mais violenta (...) não encontram sustentação nas probabilidades que um cidadão residente em Portugal tem de ser violentamente agredido, sexualmente molestado ou, no limite, assassinado” (idem, p. 126).

Embora diversos estudos (Fonseca, 1998; Machado, 2004; Roché, 1991) aparentem convergir na ideia de que o crime se encontra associado à insegurança que, por seu turno, está relacionada com o medo, segundo Frias (2004, p. 2), “tal não significa, porém, que o crime deva por si só ser entendido como causa única do sentimento de insegurança”. De acordo com Rêgo e Fernandes (2012), aceitar que a relação entre insegurança e crime é

direta, causal ou linear, estabelecida na ausência de outros elementos mediadores, implica negar ao sujeito o seu espaço de autoria. Neste sentido, ainda que o medo se encontre intimamente relacionado com os níveis de criminalidade e tenda a aumentar com o crescimento desta, não se pode aceitar sem rodeios a ideia de que a insegurança traduz uma mera função dos níveis de atividade criminal (Zedner, 1997). É certo que, tal como referem Matias e Fernandes (2009, p. 11), “a insegurança não existe enquanto objeto concreto e observável” e daí que o crime e respetivas variáveis², ainda que não esgotem a análise possível da temática da insegurança, surjam com frequência como alguns dos elementos que melhor se correlacionam com ela³. No entanto, convém salientar que “não parece pertinente centrar a emergência deste sentimento de insegurança unicamente no crime ou reduzir a problemática da insegurança ao agravamento da criminalidade” (Lourenço & Lisboa, 1996, p. 55). Como refere Frias (2004, p. 4) “o sentimento de insegurança, mais do que um produto das variações da criminalidade, deve sobretudo ser entendido como expressão de uma representação social do meio, em cuja formação influem múltiplos fatores”. Neste sentido, e “sem pretender minimizar a importância do aumento do número de crimes, é preciso buscar noutros fatores – em combinação com o crime – a origem deste recrudescimento do sentimento de insegurança” (Lourenço, 2010, p. 7).

1.2. A construção do sentimento de insegurança

Apesar de Portugal ser um país de baixa criminalidade, tendo havido mesmo notícias que o colocaram na nona posição dos países mais seguros do mundo e que o deram como o terceiro país da Europa com criminalidade mais baixa⁴, o sentimento de insegurança, o medo do crime e a intranquilidade coletiva, aparentemente, não param de aumentar na nossa sociedade, sobretudo em espaços urbanos (Fernandes & Rêgo, 2011). Segundo Fernandes (2004), sobre esta matéria existem duas teses fundamentais: uma que considera a insegurança uma consequência natural do aumento dos níveis de criminalidade e de violência; e outra que salienta as relações nada lineares entre as manifestações do

² Fonseca (1998), ao tentar compreender a representação social da insegurança, concluiu que a criminalidade e o medo, fortemente associados à insegurança, se relacionam com a droga e respetivos atores.

³ Na perspectiva de Roché (1993), a tendência generalizada em estabelecer uma relação de causa-efeito entre crime e sentimento de insegurança radica no facto de o crime, por um lado, atingir os indivíduos na vertente mais íntima e profunda, ligada ao seu corpo, à sua casa e aos seus bens e, por outro, dizer respeito ao futuro de uma comunidade cujo controle social se afigura cada vez mais frágil.

⁴ Dados divulgados pelo Economist Intelligence Unit, do grupo da revista *The Economist*, em 30 de Maio de 2008 (Fernandes & Rêgo, 2011).

medo à cidade e os respectivos níveis de criminalidade, identificando mesmo verdadeiros paradoxos⁵.

Atentando aos dados apurados em 2007 pelo Ministério da Administração Interna (2008), tanto os relativos à criminalidade geral como, sobretudo, os referentes à criminalidade violenta, é possível verificar que os valores “contrariam uma tendência inversa que parece vir a registar-se ao nível do sentimento de insegurança e do medo do crime, na nossa sociedade”. A partir daqui, Machado (2004) adianta que, embora ao longo das últimas décadas inúmeras explicações para o fenómeno da insegurança tenham sido avançadas por diversas investigações, a mais óbvia das quais entende o medo como decorrente do aumento do crime, ou seja, o sentimento de insegurança não como um problema em si, mas antes como o resultado do agravamento da criminalidade, por oposição a estas explicações “realistas” do medo do crime, outros autores têm vindo a reconhecer que estes dois fenómenos, embora relacionados, não se confundem, pelo que a insegurança deve ser considerada em si mesma, um objeto merecedor de estudo empírico.

Tendo ascendido à “categoria de preocupação nacional, associada ao recrudescimento de um sentimento de insegurança”, a questão da insegurança designa, no discurso político que fez dela um dos seus refrões, “quer o medo do crime, quer a falta de adesão ao sistema normativo da sociedade” (Lourenço & Lisboa, 1996, pp. 46-47). Não obstante, e não colocando em causa a tese de que o sentimento de insegurança corresponde a um “conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais quer coletivas, cristalizadas sobre o crime” (ibidem, p. 55), segundo Sá (2000), o medo e a insegurança devem ser estudados à luz de vários outros processos sociais, dos quais decorrem as alterações na estrutura da sociedade, designadamente, alterações no mundo do trabalho, aumento do desemprego, de economias paralelas, de indivíduos desintegrados, entre outros.

Embora nas últimas décadas, designadamente a partir de meados dos anos 60 do século passado, se tenha assistido em alguns países da Europa, nos quais se inclui Portugal, a um aumento da criminalidade, especificamente dos crimes contra o património, vários autores (Chesnais, 1992; Cusson, 1990; Lourenço & Lisboa, 1996; Roché, 1993) percecionam este agravamento como resultado das profundas e complexas mudanças que se têm inscrito na sociedade, contribuindo para a instauração de um clima de ansiedade

⁵ Agra *et al.* (1997), citado em Fernandes (2004, p. 97), dão conta desta polarização denominando-as “tese objetivista” – a insegurança existiria objetivamente, sendo possível identificar ocorrências concretas que legitimam o sentimento de insegurança – e “tese subjetivista e construcionista” – a insegurança seria mais um mito, da ordem do imaginário e, portanto, socialmente construída.

generalizada. A este nível, Lourenço (2010, p. 3) salienta que o movimento ascendente da criminalidade teve lugar num período de grande prosperidade económica, marcado pela explosão do consumo e crescimento das cidades, mas também pela desagregação do tecido social urbano, alteração dos modos de vida e dos valores, enfim, de um rol de “mudanças a que se associa um conjunto de indicadores de uma eventual e muito mencionada crise das sociedades ocidentais, como o enfraquecimento e a desorganização das estruturas familiares, a pobreza e a exclusão social e a toxicodependência”. Daí Roché (1994) defender que o sentimento de insegurança é a expressão subjetiva da vulnerabilidade cada vez maior da estrutura social das sociedades complexas, devendo ser entendido, portanto, como signo da desintegração e tributo a pagar nas sociedades desenvolvidas.

Lançando um olhar à atual conjuntura socioeconómica portuguesa, é possível constatar que camadas cada vez mais amplas da população têm vindo a ser afetadas por crescentes dificuldades e inseguranças de carácter económico ao mesmo tempo que se tem vindo a assistir a uma redução da despesa social, a qual tem determinado piores condições de vida para estratos crescentes da população. Assim, e no que respeita à construção do sentimento de insegurança, tal cenário deve também ser considerado, isto porque se, por um lado, a redução das garantias pessoais contribui para o desenvolvimento de um estado de ansiedade em relação ao futuro, estimulando a sensibilidade para os perigos (reais ou presumidos) e diminuindo significativamente o nível de tolerância dirigido à diversidade, por outro, a degradação económico-social de muitas famílias promove o crescimento de situações de marginalidade e respetivas manifestações visíveis e o aumento da atividade de pequena criminalidade (Indovina, 2001). A este nível, Hopenhayn (2002) acrescenta ainda que o aumento da insegurança não só reflete a existência de problemas de desintegração social como também reforça essa mesma desintegração, enfraquecendo laços e sentimentos de pertença à comunidade ou à sociedade.

De um modo geral, segundo Recasens (1996), a insegurança encontra-se fortemente ancorada a processos de construção social onde riscos, medos e perceções surgem muitas vezes relacionados diretamente com o quadro socioeconómico em que os cidadãos desenvolvem as suas relações. Paralelamente, corresponde, muitas vezes, a “um modo de «dizer» o mundo” e, neste sentido, o medo, vivido internamente, pode perfeitamente ser entendido como o reflexo de certas transformações capazes de despoletar inquietude, inquietude esta que na maioria das vezes acaba por se ancorar em torno da criminalidade (Rêgo, 2014, p. 105). Não obstante, é de salientar que, de acordo com Fernandes e Rêgo (2011), a literatura tem vindo a relacionar alguns elementos do ambiente urbano com o

sentimento de insegurança, sugerindo que a sua construção social enquanto objeto de inquietação resulta de outros elementos que não somente o crime.

1.2.1. Pistas ecossociais

Em termos simplistas, o sentimento de insegurança terá a sua origem num conjunto de fenómenos que tornam um determinado contexto de vida inseguro, porém, segundo Sá (2000), surge muitas vezes associado à urbanização e expansão das cidades. Segundo Fernandes (2004), diversas modificações quer ecológicas quer sociais, isto é, tanto na estrutura física como nas dinâmicas populacionais, têm vindo a ocorrer no ambiente urbano nas últimas décadas, facto que tem vindo a interferir no modo como o indivíduo constrói a sua experiência da cidade. A este nível, convém salientar que a estrutura dos medos, outrora centrada nas doenças e catástrofes naturais ou nos bichos e faunas que povoam as matas, se individualizou (Fernandes & Carvalho, 2000) originando assim um sentimento de insegurança concebido como mistura de uma preocupação relativa ao crime e respetivos atores, enfim, um medo pessoal (Fonseca, 1998).

Segundo Rosa, Souza, Oliveira e Coelho (2012), tem-se assistido, ao longo dos últimos anos, a um processo de individualização e isolamento dos habitantes da cidade, os quais têm vindo a reduzir a sua participação nos espaços coletivos, participando apenas quando a reivindicação coincide com os seus interesses pessoais. O reverso desta individualização é, pois, a insegurança que, ligada ao aumento da pluralidade própria das sociedades atuais, marca estruturalmente a própria constituição do indivíduo contemporâneo (Fernandes & Carvalho, 2000). De facto, uma exacerbação da reação ao estranho tem vindo a verificar-se nos grandes aglomerados, assim como uma rigidez moral por parte dos seus habitantes os quais, procurando incessantemente retraçar linhas normativas numa sociedade em que a normatividade se tem vindo a relativizar indefinidamente (fruto, justamente, da pluralidade), apresentam muitas vezes uma atitude de desconforto perante a ordem pública que se vive na cidade (ibidem).

De acordo com Ferreira (2003), os sentimentos de insegurança surgem frequentemente associados a uma perceção de baixo domínio e controlo de alguns espaços e, ao que parece, esta perceção é fortemente influenciada, tanto pelas características dos respetivos habitantes como pelas características arquitectónicas dos edifícios, ruas e outros espaços públicos. Segundo Fernandes (2004), o personagem desconhecido, o novo transeunte ou o habitante de quem não se tem referências bem como o próprio espaço, suscetível de ser estranhado por contraste com os lugares bem consolidados da cidade na

qual as nossas identidades foram criadas, constituem-se, muitas vezes, *aliens* das metrópoles, gerando intranquilidade. Face ao exposto, é possível afirmar que, enquanto fenómeno urbano, o sentimento de insegurança dispõe de matrizes ecossociais, as quais permitem descrever, como referem Fernandes e Carvalho (2000, p. 60), o “roteiro das zonas de má fama” de uma cidade, bem como os “poisos frequentados por atores e atividades considerados perigosos” ou a “toponímia dos evitamentos e dos percursos alternativos que o cidadão médio empreende ao deambular pela urbe”. Assim, determinadas zonas da cidade são muitas vezes associadas a um conjunto figuras, conjunto este que é interpretado pela população dita normalizada como determinante para a materialização de uma extensa panóplia de ameaças⁶ e que a leva, conseqüentemente, a agir em consonância com uma “topologização da desorganização social” (ibidem, pp. 68-69).

1.2.1.1. Espaços de perigo

A constatação de que uma das componentes do sentimento de insegurança é espacial tem levado diversos analistas da vida urbana a destacar o papel de certas zonas na economia dos medos coletivos. De acordo com Fernandes e Carvalho (2000), é inegável que espaços conotados como perigosos se constituem frequentemente como cenários propícios à elaboração de rumores insegurizantes capazes de reavivar de forma permanente temas como os da ordem e da desordem, do equilíbrio e da desestruturação do coletivo. O mesmo será dizer que o medo tem lugares e, neste sentido, que existem locais que carregam uma imagem na qual são projetadas muitas vezes determinadas explicações de senso-comum sobre o mal-estar social, o crime e a desordem (Fernandes & Neves, 1999).

Segundo Indovina (2001, p. 19), ainda que se manifeste onde é maior a concentração da população, ou seja, na cidade, a dita “violência normal”, que compreende desde furtos e extorsões a estupros e homicídios, não possui uma especificação de lugar e, neste sentido, o que existe na realidade é uma “específica violência de lugar, nas cidades, decorrente da convivência e da aglomeração”. A interação entre conhecidos e desconhecidos é, de facto, uma componente permanente da vida urbana e, talvez por isso, a cidade seja tantas vezes, como defende Bauman (2006), palco de conflito, ameaça e medo

⁶ Fernandes e Carvalho (2000, p. 69) enumeram uma amálgama de ameaças passíveis de recair sobre certas figuras da urbe: “ameaça à saúde pública (pela insalubridade das suas condições de vida), ameaça à ordem pública (pelo risco de contágio das classes laboriosas respeitáveis, com as suas ideias políticas perigosas), ameaça à ordem moral (pelo desrespeito dos princípios de sobriedade e autodisciplina vitorianos), ameaça à ordem legal (pelos padrões marginais de emprego, mendicidade, criminalidade) ”.

que contrastam com as cada vez mais inexistentes “comunidades” no sentido socioantropológico do termo (espaços de partilha, de comunhão, de conhecimento).

Apontando para a perda de unicidade da cidade, Donzelot e Jaillet (1999) referem que esta não se constitui mais um centro unificador ou um sistema organizado numa lógica concêntrica centro/periferia mas antes um espaço com uma suburbanização e exo-urbanização crescentes e, portanto, com um notável agravamento das polarizações sociais. A este nível, Fernandes (2004) acrescenta que a expressão “centro da cidade” se revela pouco precisa nos dias de hoje uma vez que as grandes cidades atuais se demonstram policêntricas. Neste sentido, segundo Fernandes e Carvalho (2000), atualmente, não só a periferia desqualificada é percebida como sinónimo de perigosidade, como também os enclaves de centro de cidade, os quais escondem por trás da cena diurna valorizada lugares de concentração de economias subterrâneas e de atores desviantes, designadamente, *dealers* de rua, *junkies*, sem-abrigo, arrumadores de carros, delinquentes juvenis.

Diversos estudos da criminologia ambiental demonstraram já que um dos elementos que contribui para a sensação de segurança dos moradores numa determinada zona, bem como para os comportamentos correspondentes, radica precisamente na sua perceção do estado da área em termos de limpeza, conservação, iluminação, entre outros (Fernandes & Neves, 1999). O mesmo será dizer que o medo à cidade tem sido associado de forma consistente com a perceção de sinais de desordem no espaço urbano por parte dos seus frequentadores (Skogan, 1990; Taylor, 1987). Assim, locais que apresentem sinais de rutura física (janelas partidas, *graffiti*, edifícios degradados ou abandonados, iluminação pública deficiente ou danificada, entre outros) ou social (alcoolismo público, toxicodependentes de rua, vandalismo, entre outros) são passíveis de ser percecionados enquanto ameaça e, traduzindo a impotência das instâncias de controlo, de inspirar receio (Fernandes & Rêgo, 2011). Certos bairros degradados ou de habitação social constituem um exemplo claro disso mesmo, constituindo referências incontornáveis. Representados muitas vezes como “lugares onde se geram todos os criminosos e todos os riscos e inseguranças daí derivadas” (Ferreira, 2003, p. 46) e rotulados não raras vezes de “espaços perigosos”, estes locais transformaram-se, fruto não só do desinvestimento público mas também das dificuldades económicas dos seus residentes, num *locus* privilegiado para a instalação de economias informais, onde o comércio e consumo de drogas assumem frequentemente grande visibilidade (Fernandes, 2006).

De um modo geral, quando um espaço “se disfuncionaliza, se desvitaliza, se desertifica, e só lá permanece determinado tipo de grupos sociais vistos como

desfavorecidos, pode gerar-se uma espécie de evitamento da zona” (Fernandes & Rêgo, 2011, p. 174). Não obstante, a verdade é que o espaço urbano é cada vez mais um “lugar de evitamentos” (Fernandes, 2004, p. 95), o que é passível de ser explicado pela desconfiança em relação ao que se apresenta diferente e que, segundo Bauman (2006), constitui um dos traços caracterizadores das cidades contemporâneas. Segundo Warr (1990), a não familiaridade com o meio constitui uma variável-chave na gênese do medo e, neste sentido, a percepção de domínio sobre o meio é essencial para os sentimentos de segurança. Face ao exposto, é possível depreender que imaginações hostis contribuem para a criação de uma postura “mixofóbica”⁷ e daí o desconhecido ser tantas vezes “a incógnita variável de todas as equações”, uma incógnita que, inevitavelmente receada, é muitas vezes calculada antes de qualquer decisão sobre o modo de proceder e agir (Bauman, 2006).

1.2.1.2. Figuras do medo

Embora uma das componentes do sentimento de insegurança seja espacial, as ideias que muitas vezes dominam o imaginário coletivo levam também a que determinados indivíduos ou grupos populacionais sejam sistematicamente associados a estes sítios. Daí Fernandes e Carvalho (2000) referirem que a insegurança sentida na urbe surge muitas vezes associada a um conjunto de figuras que, percebidas como ameaça à ordem social ou integridade da sociedade urbana, geram inquietação. Condensando uma variedade de perigos e determinando, portanto, a separação entre o “nós” e o “eles” figuras tais como, pobres passivos que recorrem ao assistencialismo, criminosos de rua perigosos que aterrorizam as cidades (frequentemente jovens toxicodependentes ou que abandonaram a escola), *hustlers* (que poderão não ser pobres, mas que vivem de uma economia subterrânea), alcoólicos traumatizados, sem-abrigo, vagabundos e doentes mentais que vagueiam pelas ruas das cidades constituem exemplos de figuras da cidade contemporânea que, embora com muito pouco em comum, remetem de forma difusa para as questões da desorganização, da desordem e da desmoralização, trazendo o medo à cidade (Ken Auletta, repórter, citado em Graham & Clarke, 1996).

Na grande cidade o círculo de convívio do indivíduo revela-se paradoxalmente pequeno e fechado, superficial e errático, facilmente hostil aos membros de outros círculos, isto é, aos estranhos (Costa, 2012). Como refere Giacomazzi (2000, p. 189), “a cultura ocidental caminhou para a ideologia do indivíduo centrado no «eu», internalizando as

⁷ Segundo Bauman (2006), a “mixofobia” refere-se ao receio de se estar em co-presença física com desconhecidos, isto é, ao medo de se misturar.

regras externas e vendo o «outro» a partir de si mesmo”. Neste sentido, a violência é frequentemente associada aos de fora (Hopenhayn, 2002; Sá, 2000), aos que residem em bairros vizinhos mais carentes e, como tal, considerados de risco. Daí Bauman (2006) defender que a presença de estranhos no campo de ação do habitante da urbe produz muitas vezes incomodidade, uma vez que complica em grande medida a tarefa que consiste em prever os efeitos das suas ações e as respetivas probabilidades de êxito ou fracasso.

Segundo Fernandes (2004) a relação dos cidadãos com os espaços urbanos, além de se ter alterado em função de diversas transformações físicas, redimensionou-se também em função do aparecimento de novas figuras da marginalidade e, conseqüentemente, de determinados fenómenos com os quais a convivência se tornou mais frequente no quotidiano. Neste sentido, se por um lado o fenómeno “droga” é o mais frequentemente apontado como causa da insegurança, por outro, os toxicodependentes são as pessoas mais fortemente referidas como estando ligadas a ela (Machado, 2004; Machado & Manita, 2000, 2009). Segundo Fernandes (2006, p. 101), o fenómeno “droga”, em particular, concorre para a paisagem de crise urbana, contribuindo com duas figuras da desordem muito presentes no sentimento de insegurança: “o toxicodependente de rua, cuja modalidade mais típica é a do arrumador, e os «bairros das drogas», que concentrariam o mercado de substâncias psicoativas e as múltiplas ilegalidades em seu torno”.

Parecendo oscilar entre a indignação e a ameaça, entre a mendicidade e a pequena criminalidade, de acordo com Bauman (2006), ao contrário da antiga “classe perigosa”, a qual era normalmente caracterizada pela exclusão temporária de trabalho, as classes perigosas atuais surgem com uma nova roupagem, sendo definitivamente colocadas à margem da sociedade como se esta se quisesse livrar delas. Estas novas figuras do interstício urbano, que o discurso do senso-comum associa normalmente ao toxicodependente de rua, são na realidade e na sua grande maioria “reformados, inválidos, desempregados, miúdos de rua, ex-reclusos” e, portanto, indivíduos que se encontram em situação de grande fragilidade social (Pais, 2002, citado em Fernandes, 2004, p. 107). Incapazes de se adaptarem às novas demandas do mercado, segundo Barreto e Barros (2010, p. 405), estes “indivíduos passam de temporariamente excluídos para definitivamente excluídos, inclinados ao crime ou ao estigma de subclasse”.

Partindo do pressuposto de que o discurso do medo se organiza pela diferenciação entre “nós” e os “outros”, Machado (2004) chama atenção para o fenómeno da estereotipificação inerente à produção do discurso social do medo e à construção da postura social que o define. Segundo Fernandes (2004, p. 107), a investigação etnográfica

não demonstra que figuras sejam agressivas ou violentas, verificando-se uma “paz no jogo dos conflitos” e, portanto, que a desclassificação e o estigma estão mais presentes do que a criminalidade ou a perigosidade. Neste sentido, embora os indivíduos apresentem frequentemente uma tendência para a criação de estereótipos sobre o outro, importa referir que uma generalização exagerada desse outro, eliminando diferenças individuais entre eles, alimenta processos de marginalização e exclusão social (Caldeira, 1992; Machado, 2004; Pain, 2001).

1.2.2. Espaço mediático

O debate em torno do tema da insegurança é, não raras vezes, alimentado por um dramático exagero dos níveis de risco efetivamente corridos por cada um, levando a que, paradoxalmente, cidades cada vez menos violentas se revelem, aos olhos dos cidadãos, como cada vez mais inseguras (Ferreira, 2003). De facto, o rumor insegurizante que foi invadindo não só as grandes metrópoles como também as cidades de menor escala, numa espécie de demonstração mediática de que a criminalidade se dispersou e de que ninguém está seguro em parte alguma, levou a que o medo e a insegurança se instalassem na vida quotidiana de muitos meios urbanos (Fernandes & Rêgo, 2011). No entanto, de acordo com Indovina (2001), esta falta de segurança não se trata de um dado objetivo, correspondendo sim ao resultado de uma construção social e, neste sentido, a percepção de se estar menos seguro não deriva propriamente de um aumento do número de atos que ameaçam a vida e propriedade dos indivíduos, mas funciona antes como o reflexo da situação de desconforto social que afeta uma fatia cada vez maior da população.

O medo à cidade é, em grande parte, sustentado através da circulação do rumor sobre a proliferação da criminalidade, sendo comum verificar-se uma clara sobrestimação da violência, bem como do seu risco, ao nível das representações coletivas. A este nível, Machado (2004) refere que o alarmismo social em torno da insegurança se organiza, recorrentemente, em torno do crescimento do medo, do aumento do crime, sobretudo do crime violento, e do estabelecimento de uma relação-causal entre insegurança e criminalidade. Não obstante, a propósito da relação entre o medo do crime e a vitimização, Lourenço (2010, p. 9) refere que tal relação é ténue, enunciando que vários estudos vieram já demonstrar que “o medo pode ser desproporcional relativamente ao risco real de vitimização”. De facto, muitas vezes, curiosa e paradoxalmente, pessoas que nunca experienciaram o crime “em primeira-mão”, ou seja, que nunca foram vítimas, possuem um elevado medo do crime. Daí Indovina (2001) defender que a insegurança não deriva

necessariamente de uma efetiva situação de perigo mas antes de um estado de ânimo na construção do qual participam diversos fenómenos. Na perspectiva de Roché (1993), os indivíduos avaliam o risco de vitimização através da interceção de vários mecanismos sociais de proximidade – a comunicação, a confiança na informação veiculada designadamente no que concerne à probabilidade de se ser vitimado, o exercício do controlo social por parte de determinadas instituições e o discernimento simbólico das experiências tidas no quotidiano – os quais detêm uma influência determinante no que respeita à construção de um estado de insegurança.

Segundo Leal (2010, p. 397), os indivíduos percecionam o seu quotidiano e constroem as suas representações acerca da insegurança e do mundo não só “a partir da experiência vivencial e interacional com o outro e com o meio, mas a partir de outros esquemas imagéticos, produtos da exposição às vagas informativas veiculadas pela opinião pública e pela comunicação social”. Neste sentido, e ainda que seja seguramente errado atribuir o sentimento de insegurança à exaltação da “crónica policial” operada pelos *media* de casos criminosos que atingem o imaginário das pessoas, o contributo dos meios de comunicação de massa no âmbito da construção de sentimentos de insegurança é inegável (Indovina, 2001).

Utilizando as palavras de Fernandes e Rêgo (2011, p. 168), “a acreditar na esfera mediática, em particular na sua modalidade televisiva, vivemos num país assolado por ondas de criminalidade violenta”. Seja nas séries de ficção televisiva, no cinema ou nos noticiários, este império do facto que ameaça e constrange, ao difundir um sem-fim de casos nos quais cenários de violência são retratados repetidamente, contribui inequivocamente para a produção de imagens pessimistas da realidade, interferindo ativamente na construção de representações sobre insegurança (Fernandes, 2004; Mena & Vega, 2006). Assim, e não desconsiderando a distorção que muitas vezes é operada pelos meios de comunicação social no sentido de proporcionar mais o entretenimento do que propriamente a informação (Ferreira, 2003), os *media* são indiscutivelmente potentes agenciadores de subjetividade no que diz respeito ao estímulo de uma cultura do medo e, portanto, eficazes fornecedores de propostas da realidade em torno da “cidade insegura”.

Capítulo II

CAMINHOS PARA A SEGURANÇA

O sentimento de insegurança, enquanto conjunto de manifestações, individuais ou coletivas, de inquietação, perturbação ou medo, expressa-se através de um complexo sistema de representações e práticas sociais (Lourenço, 2010) e, não existindo enquanto objeto concreto e observável, pode levar indivíduos a tomar medidas cautelares mais ou menos fortes, adequando o medo ao risco perceptível (Matias & Fernandes, 2009). A este nível, Indovina (2001) não só sublinha a importância que a condição psicológica e social dos membros de uma coletividade detém ao nível da construção de um estado de insegurança como também alerta para a própria natureza de construção social da insegurança, a qual é suscetível de variações no tempo e segundo as circunstâncias.

A sociedade moderna, além de continuar a ser a sociedade do medo dos fenómenos naturais a que o Homem se encontra destinado, é hoje também a sociedade em que o aprofundamento do medo se viabiliza dada a supervalorização do indivíduo e a constatação da fragilidade e vulnerabilidade desse mesmo indivíduo (Bauman, 2006). Investigações realizadas em Portugal (Machado, 2004; Machado & Manita, 2009) demonstraram já que os cidadãos percecionam um risco maior do que aquele que, tendo por base os dados estatísticos disponíveis, parece existir efetivamente, ao mesmo tempo que revelaram que o discurso do medo apresenta frequentemente uma hiper-estimação do crime que não encontra qualquer paralelismo nesses mesmos dados. Neste sentido, o sentimento de insegurança pode então ser definido como a “expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, isto é, ligadas à experiência do ator sobre a realidade vivida” (Lourenço & Lisboa, 1996, p. 55)”.

De um ponto de vista formal, o cidadão tipo – que, naturalmente, existe em milhares de variantes individuais – apresenta uma atitude que poderá descrever-se como de reserva (Simmel, 2004). De facto, os habitantes da urbe apresentam frequentemente uma postura de retraimento generalizada, fechando-se nas suas casas e abandonando em maior ou menor medida os espaços públicos (Schilling, 2004). De acordo com Rosa *et al.* (2012), este abandono é favorecido, e muitas vezes até forçado, por sentimentos de insegurança e medo, pelo que a confiança deve ser instigada de forma a reagir contra o medo incorporado

nas cidades contemporâneas. A este nível, Bauman (2006) salienta a importância do estabelecimento de proximidade entre os indivíduos, designadamente, através de espaços públicos abertos, acolhedores e convidativos para a convivência, enfim, de espaços que todos os cidadãos teriam vontade de frequentar assiduamente e compartilhar voluntariamente de bom grado.

A percepção de risco social depende fortemente da dimensão do contexto urbano, sendo maior em grandes cidades (Prezza, Alparone, Cristallo & Luigi, 2005). O mesmo será dizer que, corroborando as estatísticas e a própria “percepção” dos cidadãos, os níveis de insegurança se revelam naturalmente menores em pequenos centros do que em grandes cidades (Indovina, 2001). Não obstante, o discurso da insegurança impele, assim, à adoção de medidas sociais e políticas capazes de dar resposta a este fenómeno e, a este nível, Matias e Fernandes (2009) alertam não só para a necessidade de compreendê-lo no seu todo (afim de evitar a tomada de medidas sociais mais repressivas para alguns que não necessariamente os responsáveis pelo fenómeno) mas também para a importância de adotar uma abordagem suficientemente aberta que inclua não só as perspetivas dos receosos como também dos temidos.

2.1. Prevenção situacional do risco

Numa cidade em que a crença no elevado risco de vitimização se encontre fortemente enraizada, sendo produzida e reproduzida continuamente, é natural que um rol de comportamentos de prevenção situacional do risco sejam ativados com frequência, designadamente, nas mais elementares atividades da vida diária (Fernandes, 2004). Comportamentos racionais tais como fechar a porta de casa à chave, deixar a luz acesa ou colocar o cadeado na bicicleta apresentam-se como exemplos de condições iniciais para a garantia da segurança individual, bem como dos respetivos bens (Indovina, 2001). De acordo com Fernandes (2004), tais esquemas comportamentais são passíveis de se incorporar nas rotinas de tal forma que um *habitus* reativo à violência urbana se pode instalar nos indivíduos, podendo evoluir entre estes se o sentimento de insegurança for tomado como o seu próprio terreno de instalação. Por outras palavras, o medo pode levar, por um lado, ao investimento em medidas de segurança e, por outro, à restrição das atividades diárias ou até à mudança de zona habitacional (Lurigio, Skogan e Davis, 1990, citado em Machado, 2004).

O termo “segurança” possui significados múltiplos que não se limitam, de todo, ao domínio do espaço urbano, sendo comumente utilizado para *a)* designar caução e

cuidado; *b*) nomear ações e recursos utilizados para proteger algo ou alguém e/ou *c*) denominar todos os esforços para minimizar riscos ou perigos (Araújo *et al.*, 2012). Não obstante, Barreto e Barros (2010) referem que, em termos sociais, o mito da segurança sempre foi combatido segundo uma perspectiva de previsão, isto é, no sentido de controlo da situação.

Segundo Frois (2012), a proteção dos habitantes da cidade passa não só pelo estabelecimento de barreiras e/ou fronteiras que separam a esfera do familiar, do não familiar, como também pela edificação de lugares de proteção acrescida. A este nível, salienta-se a multiplicação de condomínios fechados, entendida por Fernandes (2004, p. 101) como uma “tentativa de restauração de fronteiras claras e de segregação eficazes” e a instalação cada vez mais frequente de grades e muros altos nas casas, a qual tem levado a que as relações entre os próprios moradores se “esvaziem”, comprometendo os processos coletivos inerentes à própria cidade (Rosa *et al.*, 2012). Paralelamente ao universo de respostas individuais com vista à redução da insegurança, de acordo com Indovina (2001), tem-se vindo assistir à expansão de um mercado que lucra com o medo, isto é, de um setor de negócios ligado a instrumentos de segurança (por exemplo, mercado de portas blindadas, de grades, de mecanismos para bloqueamento de janelas) bem como à incessante venda de serviços de seguros. Daí, Barreto e Barros (2010, p. 406) referirem que “a instauração de uma lógica do medo, ou mesmo de uma cultura do medo, é fonte de lucros para o mercado de segurança”.

Ao conceptualizar a insegurança através do medo do crime, Matias e Fernandes (2009) referem que os indivíduos, ao construírem as suas próprias interpretações do crime, além de aprenderem a lidar com ele, criam também uma série de estratégias de proteção e reação perante o mesmo as quais não só fomentam muitas vezes o isolamento social daqueles que têm medo, isto é, daqueles que percecionam os momentos de interação com estranhos como potencialmente perigosos, como também excluem (ainda mais) aqueles que são entendidos como ameaçadores. Não obstante, Bauman (2006) refere que a insegurança de hoje causa constrangimento nas pessoas não pela falta de segurança em si, mas sim pela inconsciente busca pela mesma. Corroborando esta ideia, Indovina (2001, p. 27) acrescenta que “uma «ansiosa» procura de segurança acaba por dar uma sensação de insegurança”: se, por um lado, é difícil “liquidar” uma sensação de perigo genérica, por outro, quaisquer quer sejam os meios ativados, eles serão sempre insuficientes pois não poderão eliminar por completo as ações criminosas ou de distúrbio.

2.2. Políticas de segurança

Segundo Indovina (2001), o tema da (in)segurança urbana pode ser encarado como um assunto persistente e recorrente no âmbito do debate político e cultural acerca das cidades: a percepção subjetiva amplifica-se e, paralelamente, também a procura de políticas securitárias se intensifica. Neste âmbito, Fernandes (2006) alerta para a difusão de imagens mediáticas sobre a vida urbana, a qual tem provocado efeitos não só ao nível da experiência individual da cidade como também ao nível das políticas levadas a cabo para intervir nos designados “problemas sociais”. Não obstante, o facto de parecer existir um elevado medo do crime entre os cidadãos constitui o ponto de partida para que questões securitárias se tornem, gradualmente, matéria de discussão banal na sociedade e se fortaleçam ao nível do debate público e político (Machado & Manita, 2009).

Fazendo uso das palavras de Indovina (2001, p. 24), “a situação de instabilidade social, de incerteza em relação ao futuro e de crispado individualismo, constituem as condições para construir uma situação de insegurança e, conseqüentemente, para se desenvolverem exigências de políticas de segurança dirigidas aos possíveis «delinquentes»”. De facto, atualmente, assiste-se a uma partilhada consideração de que as profundas transformações nas formas e intensidade das ameaças à segurança das sociedades contemporâneas exigem uma nova e reforçada capacidade de resposta institucional, bem como a promoção de uma diferente cultura de segurança por parte da comunidade nacional e internacional (Lourenço, 2010). Entenda-se que “uma renovada capacidade institucional pressupõe, como é unanimemente reconhecido, a atualização dos sistemas de segurança interna, conferindo-lhe modernidade, adaptabilidade e funcionalidade diante dos desafios contemporâneos e vindouros” (ibidem, p. 2).

De um modo geral, as políticas de segurança têm tido um papel central e centralizador na organização das estruturas sociais no Ocidente, possuindo repercussões cada vez mais fortes na forma como os habitantes da cidade se organizam, relacionam e refletem sobre o espaço urbano (Araújo *et al.*, 2012). Segundo Fernandes (2004, p. 109), duas vias de resposta nas políticas de gestão da cidade têm sido desenhadas desde há alguns anos: por um lado, “a intervencionista, que aciona energicamente mecanismos direcionados especificamente para as fontes que percebe como estando na causa da desordem”; e, por outro, “a crítica, que desconfia metodicamente da primeira e lê a desordem como sintoma das crises nos vários subsistemas da vida coletiva, sobre os quais se trataria de intervir através da promoção da cidadania e do acesso à qualidade de vida”. Segundo o autor, a linha intervencionista desenvolve-se com base num conjunto de

políticas que colocam a tónica no combate à criminalidade e marginalidade visíveis na urbe visando, numa lógica de “tolerância zero”⁸, a redução drástica dos níveis de delinquência e, em geral, de todos os sinais que o cidadão médio possa perceber como de negligência ou desordem social e, portanto, como atentatórios aos valores comuns da comunidade. Por seu turno, a linha crítica vem chamar a atenção para a “tentação totalitária deste tipo de gestão urbana, que criminaliza os mais vulneráveis e se limita a suprimir os traços visíveis de desordem, restaurando uma paz artificial” (ibidem, p. 110). A este nível, Indovina (2001) refere que se as políticas de segurança forem constituídas por uma forte, eficiente e eficaz despesa social, então, um sentido de segurança será concedido às pessoas, assim como alguma dignidade nas suas condições de vida.

Embora o apelo ao reforço da segurança e a obstinação em neutralizar qualquer zona ou grupo social tido como perigoso se manifestem com tanta mais nitidez quanto mais vigorar a crença na deterioração da vida coletiva e na escalada da violência, o que a história tem vindo a demonstrar é que, quando paira a ameaça da crise coletiva, o medo leva a que se opte mais facilmente por políticas meramente reativas, pensadas para curto-prazo, que não invertem o curso dos fenómenos e, portanto, com consequências na erosão da coesão social e no agravamento das tensões (Fernandes, 2004, 2006). De acordo com Indovina (2001), quando uma situação de maior segurança é reivindicada, o que se presume fundamentalmente é a eliminação de qualquer “elemento diversidade” e, talvez por isso, o sistema de tratamento coletivo que tende a prevalecer atualmente siga uma filosofia de repressão (de “tolerância zero”), não considerando minimamente as condições que possam estar na base de comportamentos ilegais ou criminais. A ideologia do *broken windows* assume-se aqui como um certo estilo de política da cidade que, detendo-se pouco nos fatores que desencadeiam os desequilíbrios responsáveis pela instalação de sinais visíveis de desordem e conferindo prioridade à eliminação de tais sinais, “visa libertar os espaços frequentados da urbe de tudo e todos quantos possam ser lidos como elementos de desordem” (Fernandes, 2006, p. 102).

Como refere Indovina (2001, p. 25), “a tentação repressiva aparece hoje integrando o conjunto do espectro político; o debate é sempre focalizado no «pacote segurança», que prevê, em qualquer caso, ainda que em diferentes versões, o aumento das penas, a ampliação dos poderes da polícia, a redução dos benefícios para os condenados, etc.”. Não

⁸ A política da “tolerância zero” teve origem nos EUA, especificamente em Nova Iorque, e tem vindo a difundir-se também na Europa, abolindo qualquer distinção entre ações criminais e comportamentos indecorosos, socialmente reprováveis ou simples distúrbios através de uma forte componente de perseguição racial ou até mesmo do uso da prisão em massa como estratégia política de luta contra a pobreza (Wacquant, 2000).

obstante, embora não seja possível contrariar a hipótese de que “apenas com um forte aumento do controlo social será possível aumentar o nível de segurança da cidade”, é evidente que o controlo sobre os indivíduos interfere e intervém na sua esfera privada, reduzindo a sua liberdade individual (ibidem, p. 30). Neste sentido, todas as opções que remetam para formas de “militarização da cidade” ou de divisão desta em “enclaves seguros e defendidos” devem ser rejeitadas, na medida em que constituem soluções de destruição da civilidade urbana, isto é, da cidade enquanto lugar de convivência e de relações entre pessoas e, portanto, de riqueza cultural e de múltiplas sensações assim como de oportunidades económicas, entre outros (idem, p. 28).

De acordo com Barreto e Barros (2010, p. 406), “o desafio que se coloca nas cidades contemporâneas para superar o medo é alcançar uma cidade democrática e tolerante, que proporcione aos habitantes confiança” e, como tal, é necessário ajustar a cidade à convivência e às diferenças, proporcionando interatividade entre as pessoas ao invés de criar ilhas de segurança. De um modo geral, não existem soluções eficazes com ações isoladas (Soares, 2005) e, como tal, a participação da comunidade na elaboração de propostas de intervenção, bem como na sua operacionalização, gestão e avaliação revela-se primordial, devendo ser devidamente valorizada e estimulada (Silveira, Silva & Beato, 2006). Neste sentido, as questões relacionadas com a insegurança devem ser discutidas no âmbito coletivo, a fim de se viabilizar a proposição de ações de combate a este sentimento, por um lado, e de se gerar uma mobilização coletiva capaz de fortalecer e encorajar a vivência mais ativa na cidade, por outro.

PARTE II – INFÂNCIA E RISCO

Capítulo III

A INVESTIGAÇÃO

3.1. Apresentação global do estudo

As questões da (in)segurança urbana têm ocupado grande centralidade no âmbito do debate público e académico, assim como ao nível das políticas da administração central e local dirigidas à prevenção da criminalidade nas cidades. Além disso, paralelamente à crescente visibilidade deste fenómeno, quer ao nível dos discursos dos meios de comunicação social quer no plano das representações sociais do cidadão comum, tem-se assistido a diversas alterações no modo como a infância é experienciada, designadamente, na forma como as crianças vivem o quotidiano em contexto urbano. De facto, ao longo dos últimos anos, as brincadeiras de rua foram sendo substituídas pelos jogos de consola, os trajetos casa-escola-casa realizados a pé (e/ou de bicicleta) exclusivamente na companhia de pares deixaram de ser socialmente aceitáveis e tal como estas, muitas outras mudanças se têm vindo a registar não só no âmbito da vivência infantil, mas também ao nível das dinâmicas inerentes às práticas parentais.

Face ao exposto, surge a questão: estarão os pais do século XXI mais inseguros relativamente à segurança dos seus filhos ou simplesmente mais protetores? Por outras palavras, de que forma sentimentos de (in)segurança podem ou não criar impactos nas práticas parentais e representações sociais dirigidos às crianças e nas perceções de risco em torno da infância?

De um modo geral, esta foi a questão que convidou à reflexão sobre a influência que o “medo à cidade” pode deter sobre as práticas parentais e a partir da qual se procurará identificar e explorar as causas do sentimento de (in)segurança urbana vivenciado atualmente por inúmeros pais relativamente aos seus filhos, analisando-o tendo por base o presente e o passado, bem como avaliar os seus efeitos no âmbito das práticas parentais.

Esclarecido o ou os porquês do interesse em realizar a presente investigação, importa referir que o seu principal objetivo é avaliar as representações de pais de crianças

com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos sobre os “perigos” e “riscos” que habitam a cidade e a tornam um espaço (in)seguro para as crianças.

Caracterizando-se fundamentalmente por se tratar de um estudo exploratório sobre as perceções de risco em torno da infância e respetivas repercussões no âmbito das dinâmicas inerentes às práticas parentais, esta investigação decorreu em Ílhavo, uma cidade pertencente ao distrito de Aveiro. Fazendo parte da Região Centro e sub-região do Baixo Vouga do país, Ílhavo é sede de um município com uma área territorial de cerca de 76 km² (Câmara Municipal de Ílhavo, 2012) subdividido em quatro freguesias, designadamente, Gafanha da Encarnação, Gafanha da Nazaré, Gafanha do Carmo e São Salvador. De acordo com o INE (2012), registando uma população residente constituída por 38 598 indivíduos, o município de Ílhavo é aquele que apresenta maior densidade populacional da região de Aveiro (525.1 hab/km²).

Sustentada num conjunto de pressupostos teóricos e operacionalizada mediante a realização de discussões em contexto de *focus group* numa escola de 1º ciclo do ensino básico localizada no centro da cidade de Ílhavo, a presente investigação contou com a participação de um total de treze pais/mães de alunos do Centro Escolar da Nossa Senhora do Pranto (sete pais/mães de alunos pertencentes aos 1º e 2º anos de escolaridade constituíram um grupo de discussão e seis pais/mães de alunos pertencentes aos 3º e 4º anos de escolaridade constituíram outro grupo de discussão).

3.2. Objetivos da investigação

Tendo em conta o objetivo geral já explicitado, designadamente, a análise das representações de indivíduos com filhos pertencentes ao grupo etário dos 6 aos 10 anos sobre os “perigos” e “riscos” a que as crianças estão expostas no seio da cidade, pretende-se com esta investigação, através da análise da vivência auto relatada pelos pais em contexto de *focus group*, alcançar a pluridimensionalidade das experiências e perspetivas sobre a (in)segurança urbana e perceber de que forma estas influenciam as práticas parentais. Para tal, procurar-se-á mais especificamente:

a) Perspetivar os sentidos atribuídos à (in)segurança urbana por pais de crianças com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos;

b) Explorar de que forma o sentimento de (in)segurança experienciado e/ou construído em contexto urbano por indivíduos com filhos com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos tem evoluído nos últimos anos;

c) Analisar as repercussões do sentimento de (in)segurança urbana no âmbito das dinâmicas inerentes às práticas parentais;

d) Identificar os fatores que parecem estar subjacentes à alteração da postura dos pais do presente e do passado;

e) Averiguar quais as medidas de prevenção adotadas por pais com vista à proteção e segurança dos filhos;

f) Verificar de que forma a mediatização de notícias propagadas pelos *media* (em particular, notícias de desaparecimentos de crianças) influenciam a visão dos pais e a sua postura em relação aos filhos.

Se, por um lado, a prossecução destes objetivos parte da delineação e execução de um plano de investigação descritivo (Almeida & Freire, 2008; Ribeiro, 2007), por outro, a metodologia utilizada para recolha e análise de dados assenta na preferência pelo método qualitativo, designadamente, pelo *focus group* enquanto estratégia ideal de investigação.

3.3. Opções metodológicas

Um dos eixos fundamentais de qualquer investigação, seja ela de que natureza for, é o metodológico. Em termos simplistas, a metodologia de investigação baseia-se na escolha das etapas, dos procedimentos e estratégias a utilizar no âmbito do processo de recolha de dados, correspondendo portanto ao momento da tomada de decisão, por parte do investigador, sobre quais os métodos a utilizar para dar resposta às questões da investigação. Com vista à exequibilidade e credibilidade do presente estudo, surgiu a necessidade de optar por um tipo de investigação que servisse da melhor forma o propósito do mesmo e, neste âmbito, não só a natureza dos assuntos em questão como também os objetivos que sustentam o desenvolvimento da presente investigação condicionaram, de certo modo, a escolha da metodologia de investigação e o tipo de técnicas a utilizar no âmbito do processo de recolha de dados. Neste sentido, tendo em conta o quadro teórico escolhido, os objetivos propostos, as questões a que se pretende dar resposta e as condições disponíveis para a implementação da presente investigação, optou-se por uma metodologia de investigação de natureza eminentemente qualitativa recorrendo, para isso, à aplicação da técnica de *focus group* no que diz respeito ao método eleito para a recolha de dados.

O *focus group*, além de permitir reunir num curto espaço de tempo diferentes opiniões e perspetivas de diferentes indivíduos, possibilita a extração de sentimentos, opiniões e reações a partir das atitudes e respostas dos participantes, os quais poderão fazer emergir novos conhecimentos, apresentando-se portanto como uma técnica bastante

vantajosa quando o que se pretende é a descoberta e compreensão em profundidade de um determinado assunto (Galego & Gomes, 2005). Tendo em conta a flexibilidade que o caracteriza, é possível declarar que este é uma técnica que, apesar de se orientar por um guião de tópicos a abordar, permite evitar a redução do campo de conhecimento a categorias predefinidas, mantendo aberta a possibilidade de descoberta, na medida em que o modo e o momento em que as questões são formuladas dependem das opções em cada momento feitas pelo investigador, em função do próprio fluxo conversacional. Além disso, a sua natureza aprofundada possibilita a compreensão dos fenómenos em estudo a partir da perspectiva dos participantes, facilitando o enquadramento de cada tema numa densa rede conceptual de significados estabelecida pelos próprios, ao invés de ser estatisticamente inferida pelo investigador (Hochschild, 1981, citado em Gaubatz, 1995).

Capítulo IV

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO

4.1. O *Focus Group* como estratégia de investigação

O *focus group*, também conhecido por *focus group interview*, *focused interview* ou *group depth interview* e habitualmente reportado na literatura portuguesa por expressões como grupos de discussão, entrevistas de grupo, grupo de focus (Xavier, Pereira, Corrêa & Almeida, 2002), grupos focalizados (Flick, 2005) ou grupos focais (Ribeiro, 2007), tem vindo a ser “adotado por uma vertente de investigadores das ciências sociais, de larga tradição nas investigações qualitativas” (Galego & Gomes, 2005, p. 176), ainda que em menor escala quando comparado com outros métodos de investigação qualitativa como a investigação-ação, a observação participante ou a entrevista individual.

Entendido por uns como um método (Morgan, 1997; Suter, 2000) e por outros como uma técnica (Saumure, 2001), o *focus group* é uma estratégia de investigação que, à semelhança de outros métodos ou técnicas de natureza qualitativa, tem a pretensão de encontrar o sentido e compreender fenómenos sociais. No entanto, atuando como diretrizes para a sua escolha em determinados tipos de estudos, um conjunto de componentes distinguem esta metodologia de outras que lhe são próximas, designadamente, entrevista, grupo, interação, moderador, tópicos e discussão (Kitzinger & Barbour, 1999; Krueger, 1994; Morgan, 1997, 1998; Vaughn, Schumm & Sinagub, 1996), o que permite uma multiplicidade de reações emocionais no contexto do grupo quando comparado com outros métodos ou técnicas.

De acordo com Morgan (1997, p. 6), o *focus group* corresponde a “uma técnica de investigação que recolhe informação através da interação em grupo sobre um tópico determinado pelo investigador. Em essência, é o interesse do investigador que fornece o *focus*, enquanto os próprios dados vêm da interação no grupo”.

4.1.1. Organização e caracterização dos grupos

A fim de identificar eventuais diferenças de opinião sobre os perigos que habitam a cidade e a tornam um espaço (in)seguro segundo a perspectiva de pais de crianças com

idades compreendidas entre os 6 e 10 anos e, conseqüentemente, possíveis variações em termos das dinâmicas inerentes às práticas parentais, em função não apenas a idade das crianças mas também das características do meio envolvente, a ideia inicial era a constituição de quatro *focus groups*: dois numa escola básica do centro de Aveiro (um com pais de crianças mais novas – com 6 ou 7 anos – e outro com pais de crianças mais velhas – com idades entre os 8 e os 10 anos) e dois numa escola básica da periferia da referida cidade (seguindo a mesma lógica). Após ponderada seleção de duas escolas de 1º ciclo de ensino básico de Aveiro, uma localizada numa zona central da cidade e outra situada numa zona periférica, diversos contactos foram realizados com os respetivos presidentes das direções das Associações de Pais e Encarregados de Educação das mesmas no sentido de solicitar a sua colaboração no processo de recrutamento de pais (e/ou encarregados de educação) com disponibilidade para participar na investigação (cf. Anexo 1). Contudo, e não colocando em causa o interesse manifestado pelos órgãos de direção dessas Associações, os esforços revelaram-se infrutíferos perante a falta de disponibilidade alegada pelos pais dos alunos dessas instituições.

Face a tal constrangimento, procurou-se então a adesão por parte de pais de alunos de uma escola localizada em Ílhavo, uma cidade de menores dimensões que Aveiro mas na qual, dada a existência de redes de contacto informais, se tornou possível a prossecução dos objetivos da investigação, ainda que com alguns ajustes nomeadamente no que concerne à criação de uma dimensão comparativa de carácter espacial, isto é, no que diz respeito à influência que um contexto urbano mais central ou mais periférico pode deter no âmbito das representações acerca da (in)segurança.

Foram então constituídos dois grupos de discussão com pais de alunos do 1º ciclo de ensino básico do Centro Escolar da Nossa Senhora do Pranto, sendo que um grupo foi formado por pais de crianças pertencentes ao 1º e 2º anos de escolaridade e o outro grupo por pais de crianças mais velhas, designadamente alunos do 3º e 4º anos de escolaridade (doravante designados por Grupo I e Grupo II, respetivamente). A intencional segmentação dos grupos em categorias específicas de participantes, pais de crianças mais novas e pais de crianças mais velhas, justifica-se pelo interesse em criar uma dimensão comparativa entre os grupos, designadamente ao nível das representações sobre os perigos que habitam a cidade e a tornam um espaço (in)seguro para as crianças, das perceções de risco em torno da infância e, conseqüentemente, das repercussões no âmbito das dinâmicas inerentes às práticas parentais e posturas relativamente aos filhos.

Embora o trabalho com apenas dois grupos focais não tenha sido opção, mas antes imposição por força das circunstâncias, os dados obtidos revelaram-se satisfatórios na medida em que, tendo em conta a aplicação dos mesmos procedimentos e questões a ambos os grupos, da discussão surgiu informação que permitiu dar resposta às questões colocadas com um certo grau de standardização a qual, segundo Morgan (1996), se torna importante quando o objetivo da investigação é a comparação de respostas de diferentes categorias de participantes.

Como é usual neste tipo de investigação, utilizou-se uma amostragem não probabilística (Almeida & Freire, 2008): procurou-se que cada grupo tivesse entre seis a oito participantes (Brotherson, 1994; Morgan, 1996, 1997), tendo sempre presente que “a composição do grupo deve assegurar que os participantes em cada grupo tenham algo a dizer sobre o tópico e se sintam confortáveis dizendo-o entre si” (Morgan, 1997, p. 36).

O primeiro contacto com os pais dos alunos foi mediado por um professor do Centro Escolar da Nossa Senhora do Pranto em cooperação com o Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação dessa mesma instituição, os quais apresentaram pessoalmente os objetivos da presente investigação, realizando uma sumária contextualização do pedido. Após ter sido autorizada a utilização de uma sala da escola para a posterior realização dos encontros, o Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação encarregou-se de aferir a disponibilidade dos pais que aceitaram participar no estudo em relação a uma data específica para cada grupo e a uma hora que fosse conveniente para todos.

Com vista à caracterização dos grupos de discussão, ao elaborar o roteiro de *focus group* (cf. Anexo 2), equacionou-se a existência de um espaço destinado à realização das apresentações por parte dos participantes no qual seriam exploradas variáveis tais como a idade, estado civil, habilitações literárias, situação profissional, entre outras. No entanto, após alguma ponderação e a fim de evitar algum tipo de constrangimento que pudesse decorrer das possíveis diferenças entre os participantes, comprometendo a sua participação ao longo da discussão, optou-se por realizar uma ficha de caracterização de grupo (cf. Anexo 3), a qual foi preenchida individualmente por cada participante. Desta forma, o momento reservado às apresentações teve lugar numa fase inicial no encontro, mas não com a profundidade estipulada na fase de elaboração do roteiro. De um modo geral, informações tais como nomes, ano escolar do(a) filho(a) em questão e zona de residência foram obtidas através de diálogo, ao passo que dados mais “privados” foram fornecidos pelos participantes, mediante o preenchimento de um pequeno questionário.

O Grupo I (Quadro 1) foi constituído por sete participantes, três pais e quatro mães de crianças pertencentes aos 1º e 2º anos de escolaridade. À exceção de dois, todos os participantes têm o(a) filho(a) em questão a frequentar o 1º ano de ensino básico tratando-se, portanto, de um grupo formado maioritariamente por pais de crianças com seis anos de idade. Neste grupo, as idades situam-se entre os 32 anos e os 45 anos (M=38 anos), sendo todo ele composto por pessoas casadas com residência em Ílhavo (dois em vivenda e os restantes em apartamento). Relativamente às habilitações literárias, quatro dos sujeitos participantes possuem formação académica de ensino superior, dois têm habilitações académicas ao nível do ensino secundário (12º ano) e um detém um grau de instrução equivalente ao 9º ano. Em termos de situação face ao emprego, quatro encontram-se empregados e três em situação de desemprego, sendo as profissões atuais ou ex-profissões bastante variadas.

Quadro 1 – Caracterização do Grupo I

GRUPO I									
PARTICIPANTES			Idade	Estado civil	Grau de instrução	Situação atual face ao emprego	Profissão/ Ex-Profissão	Área de residência	Tipo de alojamento
P	Género	Filho(a) (ano escolar)							
1	M	2º ano	40	Casado	9º ano	Empregado	Empregado fabril	Ílhavo	Apartamento
2	M	1º ano	45	Casado	Ensino Superior	Empregado	Docente	Ílhavo	Apartamento
3	F	1º ano	32	Casada	12º ano	Empregada	Militar da GNR	Ílhavo	Vivenda
4	F	1º ano	35	Casada	Ensino Superior	Desempregada (há 3 anos)	Técnica de ATL	Ílhavo	Apartamento
5	F	2º ano	39	Casada	Ensino Superior	Desempregada (há 1 ano)	Professora 2º CEB	Ílhavo	Vivenda
6	F	1º ano	33	Casada	12º ano	Empregada	Operadora de loja	Ílhavo	Apartamento
7	M	1º ano	45	Casado	Ensino Superior	Desempregado (há 16 meses)	Engenheiro Informático	Ílhavo	Apartamento

Quanto ao Grupo II (Quadro 2), num primeiro momento, eram esperados sete pais de crianças pertencentes aos 3º e 4º anos de escolaridade, mas só compareceram três, pelo que o encontro foi adiado por falta de participantes. Remarcado o encontro, foi possível contar com seis participantes, dois do sexo masculino e quatro do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 31 anos e os 45 anos (M= 40 anos). Equilibrado em termos de idade escolar dos filhos (três participantes com o(a) filho(a) no 3º ano e três participantes com o(a) filho(a) no 4º ano), o Grupo II é composto exclusivamente por indivíduos casados e residentes em Ílhavo, à semelhança do que acontece também com o Grupo I. Quanto à formação académica, este grupo é bastante heterogéneo, sendo composto por sujeitos com os mais variados graus de instrução – ensino superior (2), 11º

ano (1), 9º ano (1), 6º ano (1), 4º ano (1). Relativamente à situação profissional, à exceção de um, todos os participantes se encontram empregados, exercendo as mais diversas atividades profissionais.

Quadro 2 – Caracterização do Grupo II

GRUPO II									
PARTICIPANTES			Idade	Estado civil	Grau de instrução	Situação atual face ao emprego	Profissão/ Ex-Profissão	Área de residência	Tipo de alojamento
P	Género	Filho(a) (ano escolar)							
1	M	3º ano	45	Casado	Ensino Superior	Empregado	Docente	Ílhavo	Apartamento
2	M	4º ano	40	Casado	4º ano	Empregado	Operador de máquinas	Ílhavo	Apartamento
3	F	3º ano	44	Casada	Ensino Superior	Empregada	Empresária	Ílhavo	Vivenda
4	F	4º ano	41	Casada	6º ano	Desempregada (há 4 anos)	Documentalista	Ílhavo	Apartamento
5	F	4º ano	43	Casada	9º ano	Empregada	Emp. Escritório Ass. Oper.	Ílhavo	Vivenda
6	F	3º ano	31	Casada	11º ano	Empregada	Ação Educativa	Ílhavo	Apartamento

Segundo Morgan (1997, p. 38), “muitas vezes é basicamente impossível recrutar um grupo de participantes que se conheçam e outras vezes é praticamente impossível evitá-lo”. Considerando as características da comunidade onde a presente investigação decorreu, a existência de um conhecimento mútuo entre os participantes demonstrou-se praticamente inevitável. Assim, e não descartando o cuidado e preocupação tidos para que as pessoas se sentissem confortáveis umas com as outras, de um modo geral, os participantes de ambos os grupos já se conheciam, o que se revelou um fator não perturbador, mas antes facilitador da interação entre as pessoas.

4.1.2. Descrição das sessões

Os debates realizados tanto no Grupo I como no Grupo II foram orientados com base num guião ou roteiro de questões elaborado previamente com vista à exploração de cinco grandes temas, designadamente, “(In)Segurança urbana: representações sociais”, “Experiência pessoal”, “Influência dos *media*”, “Posição face ao risco” e “Infância ontem e hoje: contrastes” (Quadro 3). Não desconsiderando que o número de questões a colocar neste tipo de técnica de investigação deve ser limitado, tal como é amplamente referido na literatura, com base nos referidos temas, foram apresentadas onze questões mais específicas as quais serviram para orientar e dinamizar a discussão ao longo do seu desenvolvimento.

Quadro 3 – Roteiro de questões dos *Focus Groups*

TEMAS	QUESTÕES
(In)Segurança urbana: representações sociais	<ol style="list-style-type: none">1. Como caracterizariam Ílhavo em termos de segurança?2. A cidade está cada vez mais ou menos insegura? Porquê?3. Na vossa opinião, quais os maiores perigos/riscos que a nossa cidade oferece às crianças? Porquê?
Experiência pessoal	<ol style="list-style-type: none">4. Enquanto pais, quais os vossos maiores medos relativamente à segurança dos vossos filhos?5. Alguma vez tiveram uma experiência pessoal de situação de perigo? E os vossos filhos?6. Alguma vez foram vítimas de algum crime? E os vossos filhos?
Influência dos <i>media</i>	<ol style="list-style-type: none">7. Na vossa opinião, de que forma as notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, designadamente as de desaparecimentos de crianças ou de abuso sexual de menores, podem causar impacto no âmbito das dinâmicas parentais?
Posição face ao risco	<ol style="list-style-type: none">8. Na vossa opinião, que tipo de medidas ajudariam a tornar a cidade mais segura para as nossas crianças?9. No dia-a-dia, que medidas consideram que devem ser tomadas para proteger os vossos filhos?
Infância ontem e hoje: contrastes	<ol style="list-style-type: none">10. Falem-me da vossa infância (brincadeiras, tempos livres, percursos casa-escola/ escola-casa, ...).11. Olhando para a infância de hoje, o que mudou em termos de segurança das crianças? Porquê?

Ambas as discussões decorreram nas instalações do Centro Escolar da Nossa Senhora do Pranto, tendo a direção dessa instituição cedido a sala de professores para a sua realização, uma sala equipada com uma mesa que permitia a sua adaptação consoante o número de participantes. Para além destes, esteve naturalmente presente um moderador (neste caso, a própria investigadora) ao qual coube a gestão da reunião.

Nos dias agendados para a realização dos *focus groups* (31 de janeiro de 2014 e 07 de fevereiro de 2014), enquanto se aguardava pela chegada de todos os participantes, foi distribuído um pequeno questionário de auto-preenchimento destinado ao levantamento de dados identificativos relevantes para a caracterização dos grupos e, de um modo geral, para a investigação em si.

Após a chegada de todos os participantes e uma vez instalados, foi introduzido um primeiro momento do encontro, um momento que poderá muito bem ser designado por “acolhimento”. Durante o “acolhimento” *a)* cumprimentou-se o grupo; *b)* agradeceu-se a

presença de todos os presentes, reafirmando a importância da sua participação no estudo; *c*) a moderadora/investigadora realizou uma breve auto-apresentação; *d*) explicitaram-se os objetivos da reunião, contextualizando-a no âmbito da investigação; *e*) explicou-se o que é um *focus group*, o modo como iria decorrer e a estimativa da sua duração (90 minutos); *f*) solicitou-se a permissão para a gravação audiovisual da sessão, justificando o motivo; *g*) assegurou-se o anonimato e privacidade dos intervenientes e *h*) disponibilizou-se o acesso aos resultados da investigação. Posteriormente, seguiram-se as apresentações de cada participante (nome, ano escolar do(a) filho(a) em questão, zona de residência, entre outros) e, por fim, passou-se ao debate propriamente dito, através da apresentação das questões do roteiro de *focus group*. O primeiro *focus group* decorreu durante 90 minutos e o segundo durante 75 minutos.

No decorrer dos *focus groups*, além de se ter procurado manter o debate centrado nos temas predefinidos, ainda que as questões fossem fundamentalmente abertas, também se tentou que todos os elementos participassem de igual forma na discussão e, neste sentido, é possível afirmar que as discussões realizadas foram estruturadas (Flick, 2005; Morgan, 1996), registando o que Morgan (1996, 1997, 1998) define como um elevado nível de moderação. Em termos simplistas, em ambos os *focus groups* se procurou que a discussão fosse dirigida de forma a suscitar concreta e detalhadamente as experiências de cada participante, explorando com alguma profundidade as suas perspetivas, sem esquecer o contexto pessoal a partir do qual cada participante produz as suas respostas. Além disso, também a preocupação em abranger uma grande amplitude de tópicos relevantes foi similar nos dois grupos. No fundo, procurou-se observar aquilo que Merton, Fiske e Kendall (Flick, 2005; Morgan, 1997) definem como os quatro grandes critérios que devem orientar a condução de um *focus group*: especificidade, profundidade, contexto pessoal e amplitude.

De um modo geral, a utilização não só do mesmo guião mas também de procedimentos idênticos nos dois grupos de discussão, com a maior uniformidade possível entre si, permitiu que se alcançasse um nível elevado de standardização.

4.1.3. Procedimento de análise de dados

De modo a facilitar a análise dos dados resultantes das interações entre os participantes de ambos os *focus groups*, a presente investigação socorreu-se de meios técnicos audiovisuais os quais se revelaram de extrema importância no âmbito do processo de tratamento dos dados. Assim, e partindo do registo proporcionado pela gravação

audiovisual das sessões (após devido consentimento), numa primeira fase do processo de tratamento e análise dos dados, procurou-se realizar a transcrição destas com o máximo de respeito pela integridade dos dados sem, contudo, assumir um padrão de exatidão exagerada, transcrevendo apenas o requerido pela investigação (Flick, 2005; Krueger, 1998; Rausch, 1998).

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 205), a investigação qualitativa caracteriza-se por ser descritiva, pelo que a análise de dados “envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros”. Tendo em conta as características do estudo em questão, considerou-se que a estratégia mais oportuna para o tratamento e análise dos dados recolhidos seria a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1997, p. 42), pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Entenda-se que, neste caso em particular, as “comunicações” referidas por Bardin dizem respeito às interações registadas em contexto de *focus group*. Por outras palavras, a análise de conteúdo consiste genericamente numa “técnica de investigação através da qual se viabiliza, de modo sistemático e quantitativo, a descrição do conteúdo da comunicação” (Pardal & Correia, 1995, p. 72).

Partindo do pressuposto de que qualquer comunicação é suscetível de transporte de significação, de acordo com Bardin (1997), compete ao investigador a descodificação dos significados presentes nos conteúdos das mensagens, não se limitando a sua função ao tratamento descritivo dos dados. Neste sentido, como menciona a autora, entre o primeiro e último passos do processo de tratamento e análise dos dados, ou seja, entre a descrição destes (características do texto) e a sua interpretação (significação atribuída às características) existe um importante passo intermediário, designadamente, a inferência de conhecimentos. Não obstante, durante os procedimentos de recolha, organização e análise dos dados devem ser percorridas diferentes fases, as quais podem ser clarificadas segundo os seguintes pólos cronológicos: *a)* a pré-análise; *b)* a exploração do material; *c)* o tratamento dos resultados; *d)* a inferência e *e)* a interpretação (ibidem). No caso concreto da presente investigação, após a recolha dos dados emergentes em contexto de *focus group*, designadamente, através da gravação audiovisual das sessões, e da sua subsequente

transcrição, seguiu-se o momento de organização dos mesmos, correspondendo isto à fase de “pré-análise”. Este primeiro passo permitiu criar uma ideia geral dos dados obtidos ao longo das duas sessões de *focus group* realizadas, tendo para isso sido executada uma “leitura flutuante” de todos eles para, de seguida, se selecionarem aqueles que permitissem obter informações relacionadas com as questões e objetivos de investigação inicialmente estabelecidos.

Numa fase posterior, de “exploração do material”, procedeu-se à elaboração de indicadores de análise, os quais permitiram ajustar os sistemas de codificação provisórios elaborados previamente à organização dos dados. Por conseguinte, houve um trabalho de ajuste, modelagem e de estabelecimento de correspondências dos dados e das categorias de análise pré-definidas em função do enquadramento teórico. O momento final traduziu-se no “tratamento dos resultados”, na “inferência” e na “interpretação”, ou seja, correspondeu ao momento em que se trataram os dados em bruto, de forma a atribuir-lhes uma organização lógica e uma significação que fosse ao encontro da fundamentação teórica realizada nos dois primeiros capítulos, bem como, que procurasse dar resposta às questões de investigação levantadas inicialmente. Face ao exposto, é possível concluir que as fases enunciadas por Bardin (1997) correspondem também às fases adotadas no âmbito do processo de tratamento e análise de dados da presente investigação.

Atendendo às técnicas de análise de conteúdo, após a recolha dos dados, optou-se por um método de trabalho que se traduz no que Bardin (1997, p. 37) denomina por “método das categorias”, as quais, segundo a autora, consistem numa “espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem”.

Partindo do pressuposto de que para a elaboração de um esquema de categorias devem ser tidas em conta fundamentalmente as questões da investigação, mas também a literatura consultada assim como as evidências que o exame dos dados sugere (Krueger, 1998), à semelhança do que é procedimento habitual neste tipo de análise, o sistema de categorias da presente investigação foi idealizado não só com base naquilo que se pretendia encontrar, apoiando-se também na leitura flutuante dos dados recolhidos, isto é, na primeira análise exploratória do material realizada numa tentativa de encontrar padrões ou regularidades entre si. Assim, e não desconsiderando ainda os ajustes realizados após a recolha do todo o material, procedeu-se à identificação, codificação e classificação propriamente ditas, passos fundamentais de uma análise de dados, organizando os dados descritivos nas diversas “gavetas” segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido,

de forma a que os dados contidos num determinado tópico pudessem ser diferenciados dos restantes (Bardin, 1997; Bogdan & Biklen, 1994).

Do rol de diferentes possibilidades de categorização, a análise por temas, na qual um tema corresponde à “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 1997, p. 105), sustentou o desenvolvimento de um esquema organizador, permitindo assim distinguir unidades com significado, isolá-las e juntá-las novamente com conexões conceptuais ou categorias (Brotherson, 1994). Resumindo, tendo em conta que em termos gerais ambos os *focus groups* se orientaram pelos mesmos tópicos e seguiram a mesma ordem, analisou-se questão a questão, identificando temas e definindo categorias e subcategorias transversais a estes, e procurou-se elaborar uma grelha de análise que sumariasse, por um lado, o que cada grupo disse em relação a cada tópico e, por outro, que permitisse a comparação entre ambos os grupos (cf. Anexo 4).

Capítulo V

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Não desconsiderando o facto de poderem ser sujeitos a uma análise horizontal ou vertical (Rausch, 1998), os dados resultantes da realização dos *focus groups* serão seguidamente analisados seguindo uma lógica horizontal. Tal opção justifica-se pelo facto de a análise vertical salientar e individualizar a visão de cada um dos grupos acerca dos assuntos discutidos, ao passo que a análise horizontal permite englobar a respetiva contribuição específica para a compreensão de cada um dos tópicos. Face ao exposto, os dados serão analisados à luz dos temas iniciais, bem como através das categorias e subcategorias encontradas, procurando realizar simultaneamente a comparação entre ambos os grupos.

Partindo dos objetivos da investigação e com base nos temas de análise definidos à priori, a exploração do material foi concretizada através da definição de categorias e subcategorias de análise, as quais foram alinhadas sob cada uma das temáticas de partida, ainda que, de modo a facilitar a compreensão e discussão dos dados, algumas delas abrangem mais informação do que aquela que constava do roteiro inicial (Quadro 4). Deste modo, no que diz respeito ao presente estudo, à luz da grande temática da (in)segurança urbana e, mais concretamente, pretendendo analisar as representações de pais de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos acerca dos perigos que habitam a cidade e a tornam um espaço inseguro para as crianças, bem como explorar as perceções de risco em torno da infância e suas repercussões no âmbito das dinâmicas inerentes às práticas parentais, elaborou-se o seguinte sistema de categorização de dados:

Quadro 4 – Temas e categorias de análise

TEMAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
(In)Segurança urbana: representações sociais	A cidade	(In)Segurança Espaços de perigo Atores do desvio
	Tendências e causas da criminalidade	Criminalidade Desemprego
	Perigos e riscos	Droga

Quadro 4 – Temas e categorias de análise (continuação)

Experiência pessoal	Medos	Droga Crime Contornos das escolas de 2º e 3º ciclos <i>Bullying</i> Atropelamentos Perseguição Pedofilia Desaparecimento/Rapto
	Situação de perigo	Pais Filhos
	Experiências de vitimização	Pais Filhos Pessoas conhecidas
Influência dos <i>media</i>	Positiva	Alertam Estimulam a adoção de comportamentos protetores
	Negativa	Disseminam o medo
Posição face ao risco	Medidas de segurança	Mais policiamento Maior intervenção dos órgãos de segurança Implementação de reformas na justiça Endurecimento das políticas criminais
	Estratégias de proteção parental	Informar Estar atento Acompanhar Agir com prudência Ativar recursos de proteção
Infância ontem e hoje: contrastes	Infância dos pais	Espaços de lazer Percurso casa-escola-casa Postura parental Responsabilização
	Mudanças	Educação/Proteção Tráfego rodoviário Presença policial Dinâmicas (extra)familiares Novos perigos

De um modo geral, pretendendo dar resposta às cinco temáticas de partida, a exploração e análise da informação recolhida foi operacionalizada essencialmente através da apresentação dos dados relevantes para a presente investigação, isto é, dos dados que vão de encontro aos objetivos inicialmente traçados e que permitem elucidar melhor as questões iniciais. Contudo, sempre que outros aspetos pertinentes para a compreensão geral do tema se evidenciaram, também eles foram reportados. A este nível convém ainda salientar que, partindo do pressuposto de que um item mais falado não corresponde necessariamente ao mais importante mas antes ao mais interessante, e tendo em conta não

só os objetivos da investigação mas também o número de *focus groups* realizados, a contagem da frequência de aparecimento de um mesmo item foi excluída aquando da análise de dados por, neste caso, não parecer relevante.

De modo a facilitar uma visão abrangente da análise efetuada, apresenta-se de seguida para cada tema uma descrição pormenorizada das categorias e subcategorias definidas, recorrendo para isso à apresentação de uma grelha de análise na qual se incluem todos os itens da classificação, bem como alguns excertos das intervenções que os justificam. Antes de cada citação constará FG1 ou FG2 consoante tiver sido retirada da discussão no grupo dos pais de crianças pertencentes aos 1º e 2º anos de escolaridade (FG1) ou no dos pais de crianças pertencentes aos 3º e 4º anos de escolaridade (FG2). O facto de, em alguns casos, não se verificar a citação relativa um dos grupos, justifica-se por o aspeto em questão não ter sido abordado na respetiva discussão o que, em parte, permite também perceber como é que cada um dos grupos se posicionou relativamente às diferentes temáticas e à classificação operacionalizada.

5.1. (In)Segurança urbana: representações sociais

Reconhecida a impossibilidade, quer por problemas conceptuais quer por questões técnicas, de conhecer o grau de segurança real de uma sociedade a partir de uma quantificação exata do que atenta contra ela (Recasens, 1996), os esforços orientaram-se no sentido de conhecer as representações dos pais envolvidos na investigação sobre as questões da (in)segurança, designadamente, no âmbito do contexto urbano onde decorreu a investigação. Assim, procurou-se explorar o modo como a cidade de Ílhavo é percecionada em termos de segurança, bem como a forma como o fenómeno tem evoluído e respetivos fatores associados na opinião dos participantes, procurando inventariar, com base nas suas intervenções, os maiores perigos e riscos para as crianças existentes nesse contexto. Para tal, foram selecionadas três categorias de análise: “A cidade”, “Tendências e causas da criminalidade” e “Perigos e riscos” (Quadro 5).

Ao nível da categoria denominada “A cidade”, a análise será realizada a partir das representações acerca da (in)segurança do contexto urbano em questão, bem como dos “Espaços de perigo” e “Atores do desvio” que foram apontados pelos vários inquiridos ao longo dos debates. Por seu turno, no que diz respeito à categoria “Tendências e causas da criminalidade”, a análise subdividir-se-á em duas subcategorias designadas “Criminalidade” e “Desemprego”. Por último, a categoria “Perigos e riscos” será apenas explorada numa única direção, a qual se nomeou “Droga”.

Quadro 5 – (In)Segurança urbana: representações sociais

	(In)Segurança	Ílhavo	FG1/P1- Eu acho Ílhavo sossegado. FG2/P1- Eu ainda considero Ílhavo muito seguro. Seguro ou muito seguro. (...) Eu acho que ainda vivemos bem.
		Ílhavo e outras cidades	FG1/P1- Se compararmos Ílhavo a Aveiro... Ílhavo é um paraíso. FG2/P4- Comparando com outras cidades, estamos no céu...
A CIDADE	Espaços de perigo		FG1/P5- Aqui [Ílhavo] há certos sítios que têm a ver com os toxicodependentes. (...) Há pontos aqui de Ílhavo que é para esquecer... FG2/P5- Há certas zonas... há certas zonas que eu tenho um bocado de insegurança. (...) À noite, há certas zonas onde eu não passo... nem que me paguem... A Rua de Sto. António, por exemplo, tem aquele café na ponta... agora eu não passo lá à noite nem que me paguem. Na rua por trás... (...) É só mitras...
	Atores do desvio		FG1/P1- Se não são os ciganos... Os ciganos é que os meteram nessa vida [tráfico de droga e criminalidade associada]... FG2/ P5- E o que eles [ciganos] ganham por fora e nós não sabemos?! Com o tráfico...
TENDÊNCIAS E CAUSAS DA CRIMINALIDADE	Criminalidade		FG1/P7- É assim, eu moro cá há quinze anos e não tenho sentido grande variação. Atualmente, acho que é um bocadinho mais seguro do que era no início, há uns anos atrás. (...) Já foram apanhados os que andavam a fazer insegurança... FG2/P4- De uma forma geral acho Ílhavo seguro mas já não é o que era. (...) Há mais criminalidade... (...) Uma pessoa tem de ir buscar a algum lado... (...) Quem vive aqui há muitos anos...Eu acho que se olharmos para o que era há uns tempos atrás e para o que é agora... (...) Antigamente, aqui há uns dez anos atrás não se ouvia falar de assaltos como se ouve agora.
	Desemprego		FG1/P4- O que falta a essa gente é trabalho! FG2/P5- Eu acho que a insegurança tem tendência a aumentar. (...) Há mais desemprego... uma pessoa precisa de dinheiro [fricciona o dedo polegar no indicador] e toca a roubar.
PERIGOS RISCOS	Droga		FG1/P5- A droga é o meu maior medo nesta cidade... Acho que é o flagelo maior que temos aqui nesta zona. FG2/P6- Hoje em dia é... a droga.

5.1.1. A cidade

Com base nos dados recolhidos nos dois *focus groups* realizados é possível constatar que a cidade em questão (Ílhavo) é percecionada globalmente por todos os participantes como sendo um contexto urbano seguro. Ao colocar a questão “Como caracterizariam Ílhavo em termos de segurança?”, registou-se uma atitude espontânea por parte dos inquiridos os quais assumiram uma posição simples e direta através da utilização de expressões tais como “*Eu acho Ílhavo sossegado.*” (FG1/P1), “*Para já é uma cidade*

segura. (...) Eu, para já, considero Ílhavo seguro.” (FG2/P3) ou *“Eu ainda considero Ílhavo muito seguro. Seguro ou muito seguro.”* (FG2/P1).

Embora situações de pequena criminalidade tenham sido reportadas por alguns participantes, designadamente, a ocorrência de assaltos, isso não demonstrou constituir um fator determinante para a adoção de uma opinião menos positiva relativamente ao sentimento de segurança evidenciado instintivamente (*“Embora haja alguma criminalidade, não estamos num sítio, numa cidade muito violenta. (...) Há assaltos, mas... (...) Sai-se ainda bem à rua sem problema.”*, FG1/P5). Tal pode ser justificado pelo facto de crimes contra a propriedade (furtos ou roubos), ainda que temidos (pelo dano que lhe é associado), serem de alguma forma percebidos como um mal menor, por comparação com a violência (Sasson, 1995). Não obstante a opinião favorável registada nos dois grupos relativamente ao nível de segurança do contexto onde decorreu a investigação, a utilização de expressões tais como “ainda” ou “para já” deixam no ar a suspeita de um certo receio por parte dos participantes em relação ao futuro da segurança sentida no momento. Mais, apesar do sentimento de segurança declarado de forma geral, é possível assinalar, ainda assim, um certo desejo de melhoria a este nível quando um participante do Grupo II refere que *“Não há grandes problemas, mas podia estar melhor...”* (FG2/P2).

De um modo geral, embora a caracterização da cidade de Ílhavo em termos de segurança tenha sido realizada, em grande parte, de forma isolada, isto é, sem recorrer a termos de comparação, a certa altura, a realidade de outros contextos urbanos (ou melhor, a perceção que os participantes têm deles) serviu para justificar as suas opiniões. Cidades como Aveiro, Gafanha da Nazaré ou simplesmente “outras cidades” foram enunciadas pelos participantes a fim de fundamentar o clima de segurança sentido em Ílhavo, através do uso de expressões tais como *“Se compararmos Ílhavo a Aveiro... Ílhavo é um paraíso.”* (FG1/P1), *“Comparando Ílhavo com Gafanha, por exemplo... (...) A Gafanha, embora seja uma cidade mais pequena tem mais situações de insegurança. (...) Aqui [Ílhavo] há casos pontuais e estão definidos.”* (FG1/P3) ou *“Comparando com outras cidades, estamos no céu...”* (FG2/P4).

Apesar da cidade em questão ser perspectivada globalmente, quer por si só quer por referência a outros contextos urbanos, como segura, a existência de espaços de perigo não foi descartada pelos participantes, sendo destacada por diversas vezes em ambos os grupos de discussão. Locais circunscritos associados sobretudo ao tráfico e consumo de droga, aliados a determinados espaços temporais tais como a noite, ainda que não dissolvam a ideia de “cidade segura”, evidenciam-se como parte integrante da realidade de Ílhavo em

expressões tais como “*Aqui há certos sítios que têm a ver com os toxicodependentes. (...) Há pontos aqui de Ílhavo que é para esquecer...*” (FG1/P5), “*Daquela rua para lá é um tal... Aqueles edifícios, os prédios de habitação social... assim essas zonas é só tráfico...*” (FG1/P3) ou “*Há certas zonas... há certas zonas que eu tenho um bocado de insegurança. (...) À noite, há certas zonas onde eu não passo... nem que me paguem... A Rua de Sto. António, por exemplo, tem aquele café na ponta... agora eu não passo lá à noite nem que me paguem. Na rua por trás... (...) É só mitras...*” (FG2/P5).

Ainda no que concerne à caracterização da cidade de Ílhavo em termos de segurança, foi possível apurar a existência de certas figuras, aqui designadas por “atores do desvio”, que ligadas normalmente a atividades ilícitas e/ou de natureza criminal e marcadas geralmente por condições económico-sociais desfavoráveis, são entendidas pelos participantes como causadoras de incómodo, por um lado, e de revolta por outro.

Segundo Becker (1963, p. 9), autor interacionista de referência no âmbito da teoria da rotulagem, “o desvio não é uma qualidade do ato cometido por uma pessoa, mas antes a consequência da aplicação, pelos outros, de normas e de sanções a um «transgressor». O desviante é aquele ao qual este rótulo foi aplicado com sucesso e o comportamento desviante é aquele ao qual a coletividade atribui esse rótulo”. Neste sentido, se por um lado, pode haver indivíduos considerados desviantes sem terem transgredido normas, por outro, pode haver também indivíduos que transgridem mas que não recebem o rótulo de desviantes. O mesmo será dizer que o desvio é sobretudo uma consequência das reações dos outros ao ato de uma pessoa e o desviante aquele a quem essa classificação foi aplicada com sucesso.

De acordo com Matias e Fernandes (2009), apesar de não se verificar um aumento do crime na mesma proporção, o discurso do medo tem proliferado nas cidades, associando geralmente as pessoas mais desfavorecidas da sociedade às ditas “figuras do medo”. A este nível convém salientar que a associação da pobreza à criminalidade e, em paralelo, de espaços, tempos e atores a maiores perigos, tem sido recorrente no âmbito do debate social levado a cabo por diversas instâncias, alimentando desta forma estigmas e potenciando processos de (ainda) maior exclusão (Agra, 2002; Cunha, 2002; Fernandes, 2002, 2003; Pain, 2001; Wacquant, 2001).

Com base nas intervenções registadas, os indivíduos de etnia cigana evidenciam-se como os principais agentes da conduta insegurizante (“*Se não são os ciganos... Os ciganos é que os meteram nessa vida [tráfico de droga e criminalidade associada] ...*”, FG1/P1; “*E o que eles [ciganos] ganham por fora e nós não sabemos?! Com o tráfico...*”, FG2/P5).

Para além destes, também outros atores, ainda que não se integrem em nenhum grupo social em particular, foram evocados pelos participantes enquanto figuras da insegurança e/ou do desvio, independentemente de o serem verdadeiramente ou não, designadamente, indivíduos de cariz indefinido (*“Mas não são só os ciganos que roubam... (...) Uma coisa é certa... é para droga. Disso tenho a certeza.”*, FG1/P6) e pessoas cujos hábitos e costumes contrastam veemente com os da população dita normalizada, fazendo recair sobre si sentimentos de estranheza (*“Tu passas de manhã... A gente não os vê sem vez quando saímos. Estão lá sempre de manhã... Vais com o teu filho ao médico... Tu passas e eles estão lá sempre. E aquele dinheiro vem de onde? Olha, vem do que tu e eu andámos a descontar a vida toda...”*, FG2/P4). Em qualquer um dos casos, fazendo uso das palavras de Fernandes (2006, p. 107), “a droga parece ser o elemento produtor das novas «classes perigosas» e ninguém sabe já se ela é causa ou consequência, se vem antes ou depois, se é o agente patológico ou simplesmente o sintoma dum mal-estar civilizacional”.

Resumindo, apesar de perspectivada enquanto uma “cidade segura”, Ílhavo detém, à semelhança de tantos outros contextos urbanos, certos espaços e determinados indivíduos cuja essência gira em torno de dimensões conotadas negativamente, nomeadamente, a desorganização, o disruptivo, a incapacidade e a patologia. Locais e figuras parecem assim convergir em diversos aspetos: a droga é percebida como causa do crime, o toxicodependente como ator do crime e o bairro social como a zona, por excelência, do crime e do medo (Matias & Fernandes, 2009).

5.1.2. Tendências e causas da criminalidade

A fim de explorar de que forma o sentimento de (in)segurança experienciado e/ou construído pelos indivíduos envolvidos na investigação tem evoluído no contexto urbano em causa, colocou-se a questão “A cidade está cada vez mais ou menos insegura?”. Segundo Matias e Fernandes (2009), os trabalhos de investigação têm vindo a demonstrar, em geral, a existência de um “medo crescente”, ainda que diferencial de acordo com variáveis individuais (experiências anteriores de vitimização criminal, por exemplo) e sociodemográficas (género, grupo etário, classe social, zona de residência, entre outros).

No caso particular da presente investigação, foi possível apurar, em ambos os grupos, alguma disparidade de opiniões no que diz respeito à perceção evolutiva da (in)segurança. Neste sentido, se por um lado, houve quem referisse que, comparativamente há uns anos atrás, a cidade está mais insegura (*“Se olharmos para os assaltos que têm havido ultimamente... Há uns anos atrás não havia a insegurança que há agora.”*,

FG1/P1), por outro, houve também quem demonstrasse uma opinião favorável a este nível, considerando que houve melhorias em termos de segurança (*“Atualmente, acho que é um bocadinho mais seguro do que era no início, há uns anos atrás. (...) Já foram apanhados os que andavam a fazer insegurança...”*, FG1/P7).

Não obstante, constatou-se que a adoção de uma posição mais negativa ou mais positiva se encontra intimamente relacionada com a percepção que os indivíduos têm acerca da evolução da criminalidade (*“Agora há mais situações de criminalidade... Antigamente também havia, mas não era como agora...”*, FG1/P5; *“De uma forma geral acho ílhavo seguro mas já não é o que era. (...) Há mais criminalidade... (...) Uma pessoa tem de o ir buscar a algum lado... (...) Quem vive aqui há muitos anos...Eu acho que se olharmos para o que era há uns tempos atrás e para o que é agora... (...) Antigamente, aqui há uns dez anos atrás não se ouvia falar de assaltos como se ouve agora.”*, FG2/P4). Assim, e partilhando da opinião de Matias e Fernandes (2009, p. 11) “parece evidente que o crime, ainda que não esgote a temática da insegurança, é essencial para a sua compreensão”.

Atentando aos relatos acerca da temática em questão, é possível constatar que o agravamento dos sinais de desordem influencia fortemente a percepção que os indivíduos têm acerca da segurança de determinado contexto. A este nível, distinguem-se as transformações que se têm vindo a registar na esfera socioeconómica portuguesa, afetando inúmeros indivíduos, indivíduos estes que são mais perspetivados pela generalidade dos participantes enquanto categoria perigosa e verdadeira ameaça à ordem social do que propriamente como vítimas dessas transformações (*“O que falta a essa gente é trabalho!”*, FG1/P4).

Como refere Fernandes (2006, p. 101), alterações no mercado de trabalho têm convergido no “empobrecimento de largas camadas populacionais vítimas da retração dos postos laborais e forçadas ao desemprego de longa duração e à participação num contingente de mão-de-obra flutuante, ao sabor das necessidades de curto prazo em setores de atividades que se têm alimentado da precaridade do vínculo laboral”. Este cenário, de um modo geral, foi relacionado por vários participantes com o aumento do crime e, portanto, entendido como causa do aumento da insegurança. O uso de expressões tais como *“Eu acho que a insegurança tem tendência a aumentar. (...) Há mais desemprego... uma pessoa precisa de dinheiro [fricciona o dedo polegar no indicador] e toca a roubar.”* (FG2/P5) esboça bem a relação existente entre desemprego e criminalidade e, portanto, entre desemprego e insegurança, ao nível das representações dos indivíduos em estudo.

5.1.3. Perigos e riscos

O risco é transversal e recorrente na experiência humana, inerente a todas as circunstâncias da vida e, portanto, algo com o qual todos os indivíduos, em maior ou menor medida, se confrontam diariamente. Não obstante, padrões de vida não desejáveis, inconvenientes e desajustados, sujeitos a censura, controle e punição, encontram-se não raras vezes confinados à eventualidade da ocorrência de acontecimentos desfavoráveis, ativando assim sentimentos de insegurança. Colocada a questão “Na vossa opinião, quais os maiores perigos/riscos que a nossa cidade oferece às crianças?”, a droga assumiu-se enquanto elemento-chave no discurso de ambos os grupos, constituindo o ponto de encruzilhada de uma multiplicidade de perspectivas.

Partindo de uma análise geral das intervenções levadas a cabo pelos diversos participantes envolvidos na investigação, é possível constatar que a droga é claramente a ameaça que maior proeminência ocupa ao nível do imaginário do perigo dos pais inquiridos (“A droga é o meu maior medo nesta cidade... Acho que é o flagelo maior que temos aqui nesta zona.”, FG1/P5; “Hoje em dia é... a droga.”, FG2/P6), apresentando-se como o “eixo articulador de histórias de inocência corrompida, degradação e perigo, convocando, como nenhum outro crime, a identificação dos espaços temidos na cidade” (Machado, 2004, p. 207).

Salientam-se relatos tais como “*Eu moro num sítio que... Tenho uma cabine telefónica em frente que é a referência... e então quando estou à janela, principalmente quando esses senhores estão cá fora... [fora da prisão] (...) vêem-se os carros a parar ali, vai um ao telefone, depois sai, o carro vira... (...) Ou então vêm a pé. Vêm aqui a estes edifícios da câmara [habitação social] (...) Muitas vezes... Dezenas de vezes por dia... (...) Isso causa um bocado de insegurança. (...) Mete um bocado de respeito... porque eles precisam de dinheiro...*” (FG1/P1) ou “*A partir da escola ela [droga] passa aí... passa aqui nesta zona assim... [move o braço de um lado para o outro] ... Todas as classes sociais vêm buscá-la. (...) Pessoas que vocês nem imaginam! Eu fico assim... [boquiaberta] Como é que é possível... (...) Param o carrinho, lá vão, sobem lá acima, descem para baixo... E lá à frente, na casinha lá à frente a mesma coisa... (...) O pior é que há prédios habitacionais aqui ... mesmo aqui ao pé da escola... onde estão pessoas a habitar normalmente... e aquilo é um corrupio. Aqui, sais para ir buscar não sei o quê e vês de toda a classe social que possas imaginar a vir buscá-la. (...) Neste caso estamos a falar das pessoas que vão ali buscar para consumo próprio... Aí nem sequer é... É para consumo próprio. As pessoas vêem-se... Às vezes desesperados, completamente*

desesperados para consumir... Isso aí não me mete muito medo porque não vão influenciar ninguém. Agora... nesses sítios onde a gente passa...” (FG2/P4).

Em termos gerais, a opinião unânime de que a droga se constitui como um dos maiores perigos/riscos urbanos é passível de ser explicada por referência aos modelos defendidos por Goldstein (1985), designadamente, o modelo psicofarmacológico (o consumo da droga ativa comportamentos violentos), o modelo económico compulsivo (o consumidor de droga envolve-se em condutas violentas para suportar os custos da sua dependência) e o modelo sistémico (a violência está implicada nas redes sociais e económicas dos consumidores e traficantes de droga). A este nível, importa salientar também Seddon (2000) que, subentendendo a droga enquanto metáfora do crime e do mal-estar, elementos fundamentais na génese de sentimentos de insegurança, antevê *a)* o consumo de droga enquanto causa de crime (o crime é percebido como forma de satisfação da necessidade compulsiva de droga); *b)* o envolvimento em crimes como causa de consumo de drogas (a realização de crimes é frequentemente antecedida de consumos) e *c)* o crime e a droga como dois fenómenos relacionados com outros fatores (as redes socioeconómicas dos consumidores e traficantes de droga são permeadas pela violência).

Não contestando a possibilidade de estabelecer inúmeras relações entre droga e crime, e portanto, entre droga e insegurança, a ideia que predominou no âmbito do discurso dos entrevistados foi a de droga enquanto causa de crimes. Expressões tais como “*A criminalidade da nossa cidade está associada sobretudo à toxicodependência. Eles precisam de dinheiro e a seguir fazem os assaltos. Por aqui são mais roubos e assim...”* (FG1/P3) ilustram bem a perspetiva geral da perigosidade associada ao fenómeno droga. A partir daqui, subentende-se que a toxicodependência, além de ser relacionada quer com crimes contra a propriedade quer com a violência e, como tal, de ser percebida enquanto característica dos agentes criminais, é vista como algo que pode atingir o habitante comum da urbe, incluindo também as próprias crianças, direta ou indiretamente, deixando em aberto a possibilidade de vitimização por meio do crime ou da violência.

5.2. Experiência pessoal

Com vista à compreensão do impacto que a experiência pessoal pode deter ao nível das perceções de risco e das representações sobre a (in)segurança, selecionaram-se três categorias de análise, designadamente, “Medos”, “Situação de perigo” e “Experiências de vitimização” (Quadro 6).

Quando questionados acerca dos seus medos relativamente à segurança dos filhos, os participantes, no geral, elencaram um vasto leque de receios, pelo que a categoria denominada “Medos” será alvo de uma análise ramificada em diversas subcategorias, designadamente, “Droga”, “Crime”, “Contornos das escolas de 2º e 3º ciclos”, “*Bullying*”, “Atropelamentos”, “Perseguição”, “Pedofilia” e “Desaparecimento/Rapto”.

Por seu turno, com a definição das categorias “Situação de perigo” e “Experiências de vitimização”, procurar-se-á indagar de que forma a construção de sentimentos de insegurança se relaciona com a exposição a situações de perigo ou com a vitimização propriamente dita, pelo que as categorias supracitadas serão analisadas a partir da sua incidência quer ao nível dos pais, quer dos filhos. No âmbito da categoria denominada “Experiências de vitimização”, ainda que tal não constasse do roteiro de questões inicial, serão também reportados casos de pessoas conhecidas.

Quadro 6 – Experiência pessoal

MEDOS	Droga	FG1/P5- Embora não atinja muito os nossos pequenitos porque eles ainda estão numa faixa etária que não lhes [toxicodependentes/traficantes] interessa (...) a droga é o que mais me preocupa. FG2/P3- A droga é um medo... um receio para o futuro.
	Crime	FG2/P4- Eu acho que uma pessoa começa a imaginar tudo... Desde o assalto, o roubo... ao monte de coisas que lhes podem fazer para conseguirem o que querem... Pode-lhes acontecer tudo e mais alguma coisa.
	Contornos das escolas de 2º e 3º ciclos	FG2/P5- O meu filho está no quarto ano. Tenho muito medo de ele ir para um ciclo... O ciclo antigamente ia só até ao sexto ano. Agora vai até ao nono e andam lá aqueles matulões...
	<i>Bullying</i>	FG2/P4- O <i>bullying</i> é uma das coisas que também me mete medo...
	Atropelamentos	FG2/P3- O que me assusta também é o poder ser atropelado... Eu acho que se ele viesse a pé, eu tinha que saber que ele chegou à escola. Senão acho que andava o dia todo num <i>stress</i> ...
	Perseguição	FG2/P5- O facto de ele [filho] poder ser seguido também me causa medo... de estar à hora errada no sítio errado... Tudo acontece...
	Pedofilia	FG2/P4- Uma coisa que eu tenho muito medo também... pedofilia. (...) Apavora-me... Apavora-me e aí... [suspira] Não sei. Isso é daquelas coisas que...
	Desaparecimento/Rapto	FG1/P2- Desaparecer um filho é horrível... Deve ser... FG2/P3- Mas que isso [rapto de um filho] é assustador é... Só de pensar... Só de pensar já fico... Uma vez perdi a minha Maria [nome fictício de filha mais velha, 13 anos] e foi só uma fração de minutos... Aiii... Eu queria correr e não conseguia... (...) A sério, é um desespero... é uma angústia... Depois vi-a lá ao fundo ao pé do farol, na Barra... Aiii... [suspira] Nem é bom pensar...

Quadro 6 – Experiência pessoal (continuação)

SITUAÇÃO DE PERIGO	Pais	FG1/P5- Eu tive uma situação perto de casa... muito perto... debaixo de minha casa... Era um perigo... Eu sentia medo... Agora tenho menos problema de sair seja a que horas for para ir à vizinhança mas nessa altura não ia porque havia lá um fulano que vendia as doses. E então aquilo era um corrupio de pessoas. Eu não me atrevia a ir à vizinha... Assim que acabava a luz do sol eu não saía mesmo. Tinha medo de ser abordada, de ser assaltada... Sentia medo. Achava perigoso. E tanto que de manhã via fulanos por lá caídos.
	Filhos	FG1/P3- A turma do meu filho mais velho antes de mudar de escola era uma turma de doze alunos (...) em que... “Oh mãe olha tenho dois meninos na minha turma que os pais estão presos” ou “Tenho três que são...” Era uma turma... era um espetáculo. (...) muitas das situações aconteciam dentro da sala de aula. Ele chegou a ficar fechado dentro da sala de aula sem a professora se aperceber... escondido debaixo de uma secretária para não vir ao intervalo... FG2/P5- O meu filho quando veio para aqui [escola] foi vítima de <i>bullying</i> ... No segundo ano uma colega disse “Se vocês brincarem com o Tiago [nome fictício] eu não brinco com vocês porque ele é adotado.” (...) Ele sofreu isso... durante bastante tempo...
EXPERIÊNCIAS DE VITIMIZAÇÃO	Pais	FG1/P7- Já fui assaltado, já fui agredido na rua, ameaçado... FG2/ P6- A mim já é o terceiro carro que me assaltam à porta de casa...
	Filhos	FG1/P3- O meu filho mais velho passou por uma situação muito complicada... Ele mudou de escola porque era agredido diariamente...
	Pessoas conhecidas	FG1/P1- Foi tudo assaltado esta semana passada aqui... Os apartamentos quase todos... E ainda por cima viram os ladrões... a subir... FG2/P3- Conheço nomeadamente uma vizinha minha que foi assaltada na rua. Foi durante o dia... duas da tarde mais ou menos.

5.2.1. Medos

A questão dos medos possui, de uma forma geral, pelo menos dois sentidos: se por um lado, pode significar pavor ou terror, por outro, pode também ser entendida como a angústia em relação ao desconhecido, ao por vir (Elias, 1993, citado em Brandão, 2005). Para Matias e Fernandes (2009), o discurso do medo assenta na perceção de um risco e vulnerabilidade permanentes, ainda que aumentados perante determinadas características, justificando-se frequentemente por uma hiper-estimação do crime. Tendo em conta a faixa etária dos filhos dos participantes em estudo (idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade) e considerando, portanto, o estatuto social da criança que a coloca numa posição de elevada vulnerabilidade, dependência, incompetência, inocência e passividade, com base nos dados recolhidos, é possível constatar que o medo se apresenta incontornavelmente enquanto uma realidade evidente e intrínseca à parentalidade, permeando-a. Tal é passível de ser justificado pelo facto de, quando colocada a questão “Enquanto pais, quais os vossos maiores medos relativamente à segurança dos vossos

filhos?”, se ter registado um vasto leque de pontos de vista que se direccionaram para os mais diversos focos de apreensão.

Como já foi salientado em páginas anteriores, a droga é claramente aquilo que os participantes envolvidos na investigação mais temem ao nível do contexto urbano em questão (sobretudo pela relação que estabelecem entre toxicodependência e criminalidade ou violência) e que, frequentemente, identificam com a própria definição de insegurança. Não obstante, partindo da análise aprofundada dos dados recolhidos, designadamente no que concerne aos medos parentais relativamente à segurança dos filhos, é possível fitar o fenómeno droga segundo uma perspetiva diferente, isto é, através de uma conotação que o eleva a uma outra dimensão da ameaça: a droga enquanto receio para o futuro das crianças. Neste sentido, se no Grupo I foi referido que *“Embora não atinja muito os nossos pequenitos porque eles ainda estão numa faixa etária que não lhes [toxicodependentes/traficantes] interessa (...) a droga é o que mais me preocupa.”* (FG1/P5), no Grupo II também se registou uma opinião que corrobora o que foi dito anteriormente (*“A droga é um medo... um receio para o futuro.”*, FG2/P3). Resumindo, apesar da “tenra idade” dos filhos dos pais entrevistados, que de certa forma constitui um fator de proteção/inibição ao nível do seu envolvimento com o fenómeno, a droga é nomeada pelos participantes enquanto medo, devendo ser, no entanto, entendida como uma preocupação atual relativamente ao futuro. Transversalmente a este fenómeno é possível identificar no discurso dos participantes outras duas subcategorias do medo, nomeadamente, o crime e os contornos das escolas de 2º e 3º ciclos.

Relativamente ao medo do crime, ilustrado por expressões tais como *“Eu acho que uma pessoa começa a imaginar tudo... Desde o assalto, o roubo... ao monte de coisas que lhes podem fazer para conseguirem o que querem... Pode-lhes acontecer tudo e mais alguma coisa.”* (FG2/P4), verifica-se que este é um sentimento que se encontra fortemente relacionado com a representação da violência urbana, a qual gira em torno da ameaça a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial, designadamente, a integridade física e a garantia patrimonial (Silva, 2004). Daqui, subentende-se que o medo do crime é mais um ponto de cristalização do sentimento de insegurança do que propriamente a sua causa profunda (Fernandes & Carvalho, 2000).

Por seu turno, no que respeita à subcategoria “contornos das escolas de 2º e 3º ciclos”, foi possível apurar que a mudança de uma escola de 1º ciclo para uma instituição de 2º e 3º ciclos também ela é geradora de medos, afligindo alguns pais, em particular, os de crianças mais velhas (com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos de idade).

De um modo geral, nas últimas décadas, a população escolar multiplicou-se em função das leis de escolarização obrigatória, a sua estrutura social alterou-se sem que a escola tenha manifestado grande capacidade de adaptação à diversidade sociocultural do seu novo público, levando a que milhares de alunos frequentem espaços que foram concebidos apenas para umas centenas. Paralelamente, os comportamentos na escola mudaram, surgiram novas atitudes e valores (ou ausência deles), talvez porque “são forçados a nela conviver os que querem e os que não querem frequentá-la, aqueles que provêm de famílias para quem ela representa um bem promissor de bens futuros e aqueles que, não valorizando o que lhes pretendem ensinar, recusam a mudança que lhes é imposta, nada esperando a não ser que se confirme a sua exclusão” (Carita & Fernandes, 1997, p. 12).

Este cenário é claramente projetado em relatos tais como, *“Na EB23 há crianças de dez anos e crianças de catorze ou mais... com vivências completamente diferentes e outro tipo de experiências... E aqui acabo por culpar o Estado. Acaba por ser o Estado o culpado porque obriga... e acho que é um direito, pronto... as crianças têm que ter a escolaridade... Mas obriga as crianças do quinto ano que passam delas com dez, onze anos a estar com umas que estão a ser obrigadas e que muitas vezes nem aparecem às aulas mas têm que estar inscritas só para receber o rendimento mínimo. (...) E depois o que é que essas crianças... crianças... Jovens! O que é que esses jovens lá estão a fazer? Sabendo antemão que de onde eles vêm já vêm com antecedentes de drogas... Pais estão presos, mães estão presas por tráfico de droga, por venderem droga, por consumir... e depois os filhos vão pelo mesmo caminho...”* (FG2/P4) ou *“O meu filho está no quarto ano. Tenho muito medo de ele ir para um ciclo... O ciclo antigamente ia só até ao sexto ano. Agora vai até ao nono e andam lá aqueles matulões...”* (FG2/P5). Em termos simplistas, com base nos dados recolhidos, é possível subentender que o medo dos pais relativo à mudança de contexto escolar dos filhos, designadamente de uma escola de 1º ciclo para uma de 2º e 3º ciclos, se encontra enraizado, pelo menos em parte, na ameaça externa, no “outro”.

Para além dos medos supracitados, outros foram sendo reportados ao longo das discussões, principalmente no debate do Grupo II (pais de crianças pertencentes ao 3º e 4º anos de escolaridade), ainda que de forma superficial. O *bullying* (*“O bullying é uma das coisas que também me mete medo...”*, FG2/P4), os atropelamentos (*“O que me assusta também é o poder ser atropelado... Eu acho que se ele viesse a pé, eu tinha que saber que ele chegou à escola. Senão acho que andava o dia todo num stress...”*, FG2/P3), a

possibilidade de perseguição (“*O facto de ele [filho] poder ser seguido também me causa medo... de estar à hora errada no sítio errado... Tudo acontece...*”, FG2/P5) e a pedofilia (“*Uma coisa que eu tenho muito medo também... pedofilia. (...) Apavora-me... Apavora-me e aí... [suspira] Não sei. Isso é daquelas coisas que...*”, FG2/P4) são passíveis de ser identificados também enquanto medos parentais, constituindo-se de alguma forma como pano de fundo das existências dos pais inquiridos.

Por último, apresenta-se a situação de desaparecimento/rapto, a qual foi aludida em ambos os grupos de discussão enquanto suscitadora de medo através do uso de expressões tais como, “*Desaparecer um filho é horrível... Deve ser...*” (FG1/P2); “*Um rapto! É o meu maior medo...*” (FG1/P5) ou “*Mas que isso [rapto de um filho] é assustador é... Só de pensar... Só de pensar já fico... Uma vez perdi a minha Maria [nome fictício de filha mais velha, 13 anos] e foi só uma fração de minutos... Aiiii... Eu queria correr e não conseguia... (...) A sério, é um desespero... é uma angústia... Depois vi-a lá ao fundo ao pé do farol, na Barra... Aiii... [suspira] Nem é bom pensar...*” (FG2/P3).

Com base no rol de medos elencados, com maior ou menor ênfase, pelos participantes de ambos os *focus groups* (note-se que o Grupo II – grupo de pais de crianças pertencentes aos 3º e 4º anos de escolaridade – evidenciou maior inquietação relativamente a um maior leque de receios), constata-se que o medo, remetendo para o espaço psicológico dos sujeitos, é um objeto com forte variação individual. Além disso, atendendo à pluralidade de receios identificados, mais do que um objeto, esta emoção revela-se um atrator de temas vários, podendo ser entendida, portanto, como uma espécie de noção-contendor, na qual se misturam diversos fenómenos e situações difíceis de relacionar entre si. Fundamentalmente, o que é necessário reter é que a infância se assume enquanto um terreno fértil para a emergência dos mais variados medos e que, conseqüentemente, o imaginário receoso dos pais se constitui, nada mais nada menos, como o resultado de uma construção alicerçada numa vasta dispersão de acontecimentos, atores e contextos.

5.2.2. Situação de perigo

A fim de indagar a influência que a exposição pessoal ou dos filhos a situações de perigo pode deter ao nível das representações ou perceções de risco, colocaram-se as questões “Alguma vez tiveram uma experiência pessoal de perigo? E os vossos filhos?”. Relativamente à primeira questão, no caso do Grupo II, todos os participantes negaram alguma vez ter vivenciado uma situação em que se tivessem sentido verdadeiramente

ameaçados. Já no Grupo I, foi possível reunir, ainda que de forma ténue, alguns comentários a este nível.

Partindo da análise da primeira intervenção registada no grupo em questão – *“Tirando aqueles que me assaltaram a casa ao lado, não...”* (FG1/P6) – é possível constatar que a conotação atribuída ao perigo de uma situação não passa unicamente pela incidência direta, bastando, por vezes, a perceção de proximidade para ser percebida como tal. Paralelamente, com base nos relatos que se seguiram, verifica-se também que a abordagem desta categoria se encontra fortemente relacionada com a possibilidade de vitimização por meio do crime e, no caso concreto do contexto em questão, com o fenómeno droga.

Um dos participantes do grupo de pais de crianças pertencentes aos 1º e 2º anos de escolaridade expôs uma situação que vivenciou perto de casa, ligada ao tráfico e consumo de droga, percecionando-a enquanto perigo devido à possibilidade de abordagem ou assalto (*“Eu tive uma situação perto de casa... muito perto... debaixo de minha casa... Era um perigo... Eu sentia medo... Agora tenho menos problema de sair seja a que horas for para ir à vizinhança mas nessa altura não ia porque havia lá um fulano que vendia as doses. E então aquilo era um corrupio de pessoas. Eu não me atrevia a ir à vizinha... Assim que acabava a luz do sol eu não saía mesmo. Tinha medo de ser abordada, de ser assaltada... Sentia medo. Achava perigoso. E tanto que de manhã via fulanos por lá caídos.”*, FG1/P5).

Por seu turno, outro dos participantes do grupo em questão referiu já ter experienciado algumas situações de perigo iminente, não na cidade onde decorreu a investigação mas noutros contextos, relatando, especificamente, um episódio que vivenciou na cidade do Porto, no qual foi ameaçado com recurso a armas brancas no âmbito de uma tentativa de assalto mal sucedida (*“Cá em Ílhavo não, mas noutros sítios já [experienciei situações de perigo]... No Porto já fui ameaçado com facas e tudo isso... Na Venezuela também já... Eu sou de lá e lá é o pão nosso de cada dia. Mas aqui em Ílhavo não... (...) No Porto o tipo estava à procura de dinheiro fácil só que encontrou-se com a pessoa errada...”*, FG1/P7). Atentando ao discurso deste pai em particular e retornando a dois momentos anteriores da discussão, designadamente quando se procurou explorar as representações dos participantes acerca da segurança do contexto em questão e quando se pretendeu indagar a perceção destes relativamente à evolução do fenómeno (in)segurança, este participante além de ter partilhado da opinião da generalidade dos inquiridos, considerando Ílhavo uma cidade segura, acrescentou que sentia mais segurança do que há uns anos atrás. De um modo geral, a adoção de tal posição é agora passível de ser

relacionada com o facto de este indivíduo ser originário de um contexto perspectivado como mais violento quando comparado com Ílhavo, bem como pelas evidenciadas experiências anteriores de vitimização, sendo possível deduzir que a exposição a situações de perigo ou risco se constitui um fator suscetível de influenciar, pelo menos em parte, as representações que os indivíduos têm acerca da segurança.

O grau/intensidade de perigosidade subjacente a cada uma das situações supracitadas, que no primeiro caso se relaciona com a eventual possibilidade de vitimização no âmbito do meio envolvente e no segundo com a ameaça no verdadeiro sentido da palavra (ainda que sem concretização do crime em si), convida à reflexão sobre a influência que determinados fatores, designadamente o género ou a experiência anterior de vitimização, podem deter ao nível do discurso dos indivíduos. No que concerne à identificação do sexo enquanto variável intimamente relacionada com diferentes níveis de medo, as mulheres têm sido identificadas consensualmente como mais temerosas e evitantes (Almeida, 1993; Almeida & Alão, 1995; Machado & Manita, 1997; Manita & Machado, 1999; Negreiros, 1997), facto que sustenta a elevada apreensão e clara ansiedade registada no discurso da P5, por comparação ao relato do P7. Já no que diz respeito à influência de experiências anteriores de vitimização ao nível da predição do medo, é possível afirmar que embora a vitimização possa tornar os indivíduos mais prudentes e cautelosos, torná-los mais receosos é ainda uma questão em aberto (Hale, 1996, citado em Winkel, 1998), o que corrobora a atitude destemida que marcou todo o relato desenvolvido pelo P7.

Por último, salienta-se a resposta não-verbal de um quarto participante, um militar da GNR, o qual apenas acenou afirmativamente e sorriu quando colocada a questão, confirmando desta forma a sua efetiva experiência pessoal de situação de perigo, a qual deriva presumivelmente do risco inerente à sua profissão.

Ainda no âmbito da categoria “Situação de perigo”, mas agora relativamente aos filhos, o discurso dos pais foi liderado por dois participantes, um do Grupo I e outro do Grupo II, centrando-se em situações de *bullying* das quais tiveram conhecimento. A este nível, o participante do Grupo I referiu “*A turma do meu filho mais velho antes de mudar de escola era uma turma de doze alunos (...) em que... «Oh mãe olha tenho dois meninos na minha turma que os pais estão presos» ou «Tenho três que são...» Era uma turma... era um espetáculo. (...) Começou a tirar logo nos primeiros testes e naquelas primeiras provas... começou a tirar notas muito boas e os outros diziam-lhe «Olha se tiras mais uma nota destas...» E depois era... era aquilo que havia... (...) muitas das situações*

aconteciam dentro da sala de aula. Ele chegou a ficar fechado dentro da sala de aula sem a professora se aperceber... escondido debaixo de uma secretária para não vir ao intervalo...” (FG1/P3). Partindo do relato desta mãe, é possível concluir que o *bullying* é frequentemente associado à violência paterna, à criminalidade familiar, privação econômica, consumo de drogas, e ainda, a uma baixa auto-estima acadêmica e insucesso escolar, fatores potencialmente desencadeadores de situações de envolvimento em atos de violência na escola.

Considerando que é na família que as crianças obtêm os modelos de conduta que manifestam, logicamente, indivíduos que vivem num ambiente familiar problemático (atingido pela pobreza, violência doméstica, alcoolismo, toxicodependência, promiscuidade, ausência de valores, detenção prisional, demissão do papel educativo dos pais, entre outros) serão, além de alvos de violência em casa, possíveis agressores na escola, constituindo, portanto, um perigo para os demais.

Por sua vez, o participante do Grupo II também reportou uma situação marcada pelo perigo inerente ao *bullying*: *“O meu filho quando veio para aqui [escola] foi vítima de bullying... No segundo ano uma colega disse “Se vocês brincarem com o Tiago [nome fictício] eu não brinco com vocês porque ele é adotado.”. (...) Ele sofreu isso... durante bastante tempo...*” (FG2/P5).

De acordo com Amado e Freire (2002), as relações entre pares constituem um aspecto fundamental do desenvolvimento socioemocional e sociocognitivo da criança, contribuindo de forma decisiva para a construção social do conhecimento, de si própria e dos outros. Neste sentido, quando valores tais como, a solidariedade, o respeito mútuo (respeito pela integridade da pessoa e pela diferença entre as pessoas, seja ela física, psicológica, étnica, de estatuto social ou de gênero), a tolerância, a compreensão, a cooperação, a lealdade e a amizade, que se considera deverem existir dentro de uma escola, são postos em causa, verifica-se o despertar de consequências (aqui entendidas como perigos) que terão naturalmente repercussões na vida da criança-vítima. A este nível é possível mencionar que se a mesma criança for ameaçada no ambiente escolar com alguma frequência e intensidade, ocorrerá inevitavelmente uma baixa da sua auto-estima e autoconfiança, da sua noção de controlo sobre o meio, levando-o a refugiar-se, muitas vezes, no silêncio e na não-participação; terá maior tendência para a depressão para maiores dificuldades de inserção social ao longo de toda vida; poderá alterar também o seu comportamento de modo a agradar aos agressores, a ser integrado no seu grupo (ainda que

isso signifique renunciar a valores pró-escolares), tudo dependendo da própria estrutura da personalidade do aluno, da organização e dinâmica social da turma (Amado, 2001).

5.2.3. Experiências de vitimização

À semelhança do que se pretendeu analisar anteriormente, designadamente a possível influência que a exposição a situações de perigo (pessoal e/ou dos filhos) pode deter no âmbito das representações acerca da (in)segurança, partindo da definição da presente categoria (“Experiências de vitimização”), procurou-se explorar a existência de relações a este nível mas agora num sentido onde o perigo se intensifica passando à efetiva vitimização. Para isso, colocaram-se as questões “Alguma vez foram vítimas de algum crime? E os vossos filhos?”.

Não desconsiderando que aquilo que é considerado crime não é universal nem intemporal, importa antes de mais clarificar este conceito. Em termos gerais, segundo Walklate (2005), o crime pode ser definido como *a*) comportamento proibido pelo código criminal (dimensão legal); *b*) comportamento que ofende a consciência coletiva, sendo merecedor de punição (dimensão moral); *c*) comportamento que viola as normas (dimensão social); *d*) comportamento de indivíduos, instituições ou Estados que põem em causa os direitos humanos básicos (dimensão humanista) e/ou *e*) comportamento definido como crime pelos agentes e atividades dos detentores de poder (construcionismo social).

A definição jurídico-legal de crime define-o como todo o comportamento que infringe a lei e que esta tipifica como tal, convocando três elementos determinantes na definição do fenómeno criminoso: *a*) os danos, que remetem para a natureza, gravidade e extensão dos prejuízos e males causados, bem como para o tipo de vítimas; *b*) o acordo/consenso social sobre os impactos da vitimização e *c*) as respostas oficiais, que implicam a existência de leis sancionadoras e respetiva aplicação (Henry & Lanier, 2001). Para Durkheim (1977, p. 87), o crime corresponde a todo o comportamento que é definido como tal pela lei e que recebe a respetiva sanção jurídico-penal tratando-se, portanto de “todo o ato que, num qualquer grau, determina contra o seu autor essa reação característica a que se chama pena”. Neste sentido, do mesmo modo que não há crime sem lei, não há lei criminal sem existência de dano ou prejuízo.

Fazendo uso das palavras de Felson (1998, p. 75), “a vida diária constitui o palco em que as pessoas transgridem leis, magoam outras e a si próprias”. De um modo geral, este cenário convida, em termos de senso comum, à aceitação do pressuposto de que a vitimização se constitui como causa de medo e, conseqüentemente, como fator

determinante no âmbito da construção de representações acerca da insegurança. No entanto, se por um lado alguns autores apresentaram provas que sustentam a relação medo-vitimização, por outro, outros descobriram que tal relação é ténue ou inexistente (Hale, 1996, citado em Winkel, 1998).

Atentando ao discurso gerado no Grupo I, foi possível registar a presença de dois participantes que alegaram já ter sido vítimas de crimes, designadamente, de crimes contra a pessoa e de crimes contra a propriedade (*“Já fui assaltado, já fui agredido na rua, ameaçado...”*, FG1/P7; *“Assaltaram-me o carro uma vez. Mas por acaso apanhei o ladrão... Estava lá dentro a tentar por o Fiat Uno a trabalhar e eu cheguei... Pus o pé na porta e ele não saiu... Chamei a polícia...”*, FG1/P2). Por seu turno, no Grupo II, embora todos os participantes tenham negado alguma vez terem sido vítimas de algum crime quando questionados sobre o assunto, atentando a toda a conversa, foi possível filtrar em determinados momentos informação a este nível, nomeadamente, através do uso de expressões tais como *“Uma vez roubaram-me o rádio do carro.”* (FG2/P2) ou *“A mim já é o terceiro carro que me assaltam à porta de casa...”* (FG2/ P6). Considerando os excertos exibidos, apesar de ser possível constatar que os crimes contra a propriedade (furtos ou roubos) são indubitavelmente os mais mencionados, também o crime contra a pessoa foi alegadamente aludido por um pai pertencente ao FG1. Já no que toca aos filhos, foram apontadas no Grupo I duas situações de vitimização, uma ligada ao assalto e outra a agressões físicas (*“Os meus filhos foram assaltados uma vez...”*, FG1/P6; *“O meu filho mais velho passou por uma situação muito complicada... Ele mudou de escola porque era agredido diariamente...”* (FG1/P3).

Segundo Leal (2010, p. 423), “a experiência pessoal de vitimização e o conhecimento de outras emocionalmente próximas constituem elementos importantes no processo de construção da representação do sentimento de insegurança” e, embora este não possa ser confundido com o estado real de insegurança ou com as efetivas probabilidades de se poder vir a ser vitimado, “as representações sobre o sentimento de insegurança estão quase sempre associadas a experiências diretas de vitimização ou a avaliações quase sempre objetivas acerca das probabilidades de se ser vitimado” (p. 404). Apesar de não ter sido possível apurar informação suficientemente corroborante a este nível, partindo da análise geral das narrativas apresentadas e tendo em conta a expressão corporal inscrita nos relatos partilhados, foi possível constatar, à semelhança de Kury (1998), que uma experiência de vitimização é condição facilitadora, mas não necessária para o medo do crime. A este nível, importa ainda salientar que o facto de os crimes reportados se

caracterizarem por índices de violência relativamente baixos pode ter determinado a postura “tranquila” dos participantes.

De acordo com Ackermann *et al.* (1983), os rumores sociais que se geram a propósito de episódios de vitimização podem constituir uma fonte de insegurança. Talvez por isso, apesar de não constar do guião de questões inicial, diversos casos de vitimização de pessoas conhecidas dos participantes tenham dominado o discurso de ambas as sessões, sendo reportados por várias vezes: *“Foi tudo assaltado esta semana passada aqui... Os apartamentos quase todos... E ainda por cima viram os ladrões... a subir...”* (FG1/P1); *“Conheço nomeadamente uma vizinha minha que foi assaltada na rua. Foi durante o dia... duas da tarde mais ou menos.”* (FG2/P3); *“Eu conheço uma professora que é aqui da Escola Secundária, irmã do meu patrão, que foi de puxão. Dois indivíduos de motorizada, ela ia na beira da estrada, de dia... foi puxão de carteira... durante o dia.”* (FG2/P5); *“Aqui no meu bloco, onde eu vivo... Eu saí às duas menos cinco... o vizinho também saiu... só foi à Badaró [pastelaria] lá à frente... eu fui à Spral [fábrica]... Quando cheguei já tinham assaltado o apartamento do vizinho que já ia a subir para o apartamento e se cruzou com os indivíduos nas escadas. Passado uma semana foi assaltado o de baixo. E a polícia nada fez... Não faz nada ou não pode fazer nada. O dono do apartamento viu os indivíduos, conhecia-os e eles ainda lhe disseram para estar quietinho senão ainda era ele que ia pagar... e estamos assim...”* (FG2/P4).

De um modo geral, e com base na análise dos excertos supracitados, é possível deduzir que os laços sociais locais são passíveis de disseminar ou amplificar o impacto do medo do crime (Taylor & Schumaker, 1990, citado em Machado, 2004), uma vez que a partilha da experiência de vitimização estende as possibilidades da sua ocorrência a toda a comunidade de sujeitos, sobretudo quando a vítima é alguém com características próximas do próprio (Sykes & Cullen, 1992, citado em Machado, 2004).

5.3. Influência dos *media*

Segundo Leal (2010, p. 404), “o sentimento de insegurança não resulta só das experiências de vitimação ou da probabilidade de se poder vir a ser vitimado por um ato delinquente, mas também da dinâmica informativa e mediática transmitida ao vivo e em direto pelos *media*”. Partindo deste pressuposto, procurou-se indagar a influência que os meios de comunicação podem exercer ao nível das dinâmicas parentais mediante a colocação da questão “Na vossa opinião, de que forma as notícias veiculadas pelos órgãos

de comunicação social, designadamente as de desaparecimentos de crianças ou de abuso sexual de menores, podem causar impacto no âmbito das dinâmicas parentais?”. Apesar de se terem registado diversas opiniões relativamente ao tema, a natureza influenciadora dos *media* ao nível das práticas parentais esteve presente no discurso de todos os participantes envolvidos na investigação, sendo possível reconhecer, no entanto, duas variantes, designadamente, a influência positiva e a influência negativa, as quais foram constituídas categorias de análise (Quadro 7).

Quadro 7 – Influência dos *media*

POSITIVA	Alertam	FG1/P4- Eu acho que os <i>media</i> nos alertam mais... FG2/P6- Eu acho que nos levam a ficar mais alerta. (...) “Isto pode-me acontecer a mim” é algo que nos passa pela cabeça...
	Estimulam a adoção de comportamentos protetores	FG1/P5- Sem dúvida que esse tipo de notícias causam medo e nos levam a ser mais protetores. FG2/P4- A gente ouve as notícias e fica... Às vezes, e eu sei por mim... (...) Às vezes já não levo tanto pela mão, ou eu vou aqui a ver as montras e ela vai mais à frente... Depois, às vezes assusto-me quando não a vejo porque ela já está dois ou três metros mais à frente... É aquele espaço de dois metros e pode acontecer...
NEGATIVA	Disseminam o medo	FG1/P1- Nós agora ligamos a televisão e é só notícias de assassinatos, de não sei quem que matou não sei quem, de raptos... Não falam de outra coisa... Parece que fazem de propósito para terem notícia... FG2/P4- De vez em quando empolam e a gente fica... Eu lembro-me... Quando isso aconteceu [caso Maddie]... Eu havia noites que... [riso nervoso] que nem conseguia dormir... Então... Fiquei em pânico mesmo porque... Não conseguia... Então... [suspiro] Nem é bom pensar...

Relativamente à influência positiva que os meios de comunicação podem deter no âmbito das dinâmicas parentais, foi possível apurar, através de relatos tais como “*Há notícias que dão para pensar duas vezes... Ou que até dão para pensar muitas...*” (FG1/P1), “*Eu acho que os media nos alertam mais...*” (FG1/P4), “*Depois também se ouve tanta coisa nas notícias... (...) A gente fica sempre com o pé atrás.*” (FG2/P3) ou “*Eu acho que nos levam a ficar mais alerta. (...) «Isto pode-me acontecer a mim» é algo que nos passa pela cabeça...*” (FG2/P6), que os *media* são um importante meio de alerta para os pais, levando-os a adotar uma postura preventiva através de comportamentos protetores em relação aos filhos.

Seguindo esta linha de pensamento, constatou-se também que os *media*, da mesma forma que alertam, causam um forte impacto no âmbito das posturas parentais pelo estímulo que exercem ao nível da adoção de comportamentos mais protetores: “*Sem dúvida que esse tipo de notícias causam medo e nos levam a ser mais protetores.*” (FG1/P5);

“Hoje, a ler uma notícia por causa da Maddie... (...) Eu, agora, para todos os sítios onde for... Não me digam que é seguro... hotel ou o que seja... Não vou desgrudar da minha filha. Não vou confiar em empregada nenhuma. (...) Nunca mais!” (FG2/P4); *“A gente ouviu as notícias e fica... Às vezes, e eu sei por mim... (...) Às vezes já não levo tanto pela mão, ou eu vou aqui a ver as montras e ela vai mais à frente... Depois, às vezes assusto-me quando não a vejo porque ela já está dois ou três metros mais à frente... É aquele espaço de dois metros e pode acontecer...”* (FG2/P4).

Apesar de se considerar que existe um risco na vida sem riscos (designadamente, quando a superproteção parental interfere na autonomia da criança) e, portanto, um limite entre a preocupação parental aceitável e a excessiva (que pode fazer mais mal do que bem a uma criança), o impacto dos *media* que se materializa na estimulação da proteção parental é aqui classificado positivamente por se entender que a idade dos filhos dos inquiridos assim o justifica. No fundo, são ainda crianças pequenas, o que de certa forma legitima a ideia de que “a proteção nunca é demais”.

Subjacente aos relatos supracitados está o medo difundido pelos *media*, o qual pode ser perspectivado enquanto influência negativa. De um modo geral, foi possível constatar que as notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social muitas vezes também assustam, constituindo nesse sentido um possível elemento adverso no âmbito das dinâmicas parentais (*“Nós agora ligamos a televisão e é só notícias de assassinatos, de não sei quem que matou não sei quem, de raptos... Não falam de outra coisa... Parece que fazem de propósito para terem notícia...”*, FG1/P1; *“Na semana passada eu li que só em Portugal estão a desaparecer muitas crianças... Isso não é normal. (...) É horrível...”*, FG2/P4; *“De vez em quando empolam e a gente fica... Eu lembro-me... Quando isso aconteceu [caso Maddie]... Eu havia noites que... [riso nervoso] que nem conseguia dormir... Então... Fiquei em pânico mesmo porque... Não conseguia... Então... [suspiro] Nem é bom pensar...”*, FG2/P4).

Em suma, é inegável a influência que os *media* exercem sobre a forma como os indivíduos constroem as representações acerca da (in)segurança e, naturalmente, sobre o modo como direcionam o seu quotidiano enquanto pais. No entanto, recorrendo aos estudos de McCombs (2001, citado em Leal, 2010), importa salientar que embora as pessoas estejam sujeitas aos efeitos condicionantes dos *media*, estes apenas constituem mais um dos muitos elementos que influenciam as suas experiências e perspetivas (nomeadamente sobre a (in)segurança) e, portanto, apenas mais um dos fatores envolvidos no processo orientativo das suas condutas.

5.4. Posição face ao risco

A análise das posições dos participantes face ao risco seguiu fundamentalmente duas linhas de orientação: por um lado, as medidas de segurança percebidas como suscetíveis de tornar a cidade mais segura para as crianças e, por outro, as estratégias de proteção parental propriamente ditas, adotadas diariamente com vista à manutenção da segurança dos filhos (Quadro 8). Relativamente à categoria “Medidas de segurança”, a análise subdividir-se-á em quatro subcategorias, designadamente, “Mais policiamento”, “Maior intervenção dos órgãos de segurança”, “Implementação de reformas na justiça” e “Endurecimento das políticas criminais”. Já no que diz respeito à análise das práticas parentais protetoras, isto é, às “Estratégias de proteção parental”, serão exploradas subcategorias tais como “Informar”, “Estar atento”, “Acompanhar”, “Agir com prudência”, e “Ativar recursos de proteção”.

Quadro 8 – Posição face ao risco

MEDIDAS DE SEGURANÇA	Mais policiamento	FG1/P5- Não sei se um maior policiamento resolvia alguma coisa... Não há respeito pela autoridade... por isso... não sei se seria por aí... FG2/P5- Se houvessem mais polícias... e se não fossem tão corruptos também...
	Maior intervenção dos órgãos de segurança	FG1/P5- Se formos fazer uma queixa e dissermos à polícia que são ciganos, eles não vão lá. Nem se dão ao trabalho... Mandam-nos embora. Porquê? Porque é preciso mobilizar muitos meios... (...) E porque eles também têm medo. (...) Eles não vão... Não vão aos acampamentos. (...) Eu conheço casos em que eles nem sequer registam a queixa. (...) Basta dizer a palavra “cigano” e eles “Oh!”... [levanta o braço fazendo gesto de <i>nem vale a pena</i>] É logo... FG2/P6- A polícia não devia andar só a multar...
	Implementação de reformas na justiça	FG1/P3- Eu acho que o que nós precisamos é de uma justiça mais eficaz... FG2/P4- Isto para mim é assim... Quando nós estamos num país onde os principais deviam ser honestos, que é o governo, e não são... Como é que nós queremos que na escala por aí abaixo as pessoas sejam honestas?! Não podem. (...) O que é que a gente pode fazer no meio disso? Nada... Nada! Então, se mostram coisas claras a nível bancário, de futebol, do governo, de tudo... (...) O que é que a gente vê? Fez-se alguma coisa? Estão alguns na cadeia? Estão alguns na cadeia?! Não!
	Endurecimento das políticas criminais	FG1/P1- Precisamos de penas mais pesadas mas sem haver aquele perdão... FG2/ P5- Eu acho que a prisão... a prisão não devia ser assim. Eles deviam trabalhar! (...) Apanha vinte cinco anos ou apanha seis... Vais trabalhar! Há mato para limpar, há isto para fazer... Vão trabalhar!

Quadro 8 – Posição face ao risco (continuação)

ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO PARENTAL	Informar	FG2/P4- Eu já mostrei um vídeo ou dois à minha filha sobre o <i>bullying</i> para ela saber o que é que significa, o que faz... Que é para ela ter noção que se lhe fizerem alguma coisa... Para saber o que é que há-de fazer...
	Estar atento	FG1/P7- Nós nunca devemos estar à vontade em qualquer sítio onde estejamos... Temos de estar sempre a olhar para os lados... principalmente quando temos crianças... porque o mal está sempre à espreita... Onde menos esperamos ele aparece. FG2/P5- Ele [filho] é uma criança que não fala... Se alguém o tratar mal, ele não fala... Chega a casa não comenta... E por isso tento estar sempre atenta.
	Acompanhar	FG1/P3- Eu acho que o simples acompanhamento... que já os estamos a proteger... o vir à escola, o falar com a professora... vir às reuniões... FG2/P3- Eu todos os dias pergunto ao Miguel [nome fictício] se o dia correu bem, se se passou alguma coisa... Pronto. Tento acompanhar isso.
	Agir com prudência	FG1/P4- Eu não deixo o meu filho vir para o pátio brincar sozinho... Tenho um portão... O portão automático tem um interruptor para o abrir... Eu não o deixo vir para aí. (...) Pode estar naquele coiso de brincar ou ouve crianças cá fora a brincar, abre o portão e vem para fora. FG2/P5- Eu vou, por exemplo, ao Jumbo e tou sempre “Tiago [nome fictício] para ao pé de mim!”. Mais um metro e eu “Anda para aqui para ao pé de mim, não te quero longe!” [risos]
	Ativar recursos de proteção	FG1/P3- Eu, às vezes, deixo-o com o irmão mais velho. Por períodos pequeninos, mas eu entro muitas vezes às oito e o meu marido sai às oito... Tem aquele vazio... Mas ficam os dois na cama... (...) Geralmente o mais velho já está acordado, tem o telemóvel com o número da mãe, com o número do pai e a vizinha fica sobreavisada... FG2/ P6- O meu [filho] também fica [sozinho em casa por curtos períodos de tempo]... fica com o telemóvel. (...) Quando tenho que sair e ele fica, digo à minha vizinha... “Olhe eu vou sair agora sem ele...” Ela tem a chave... se acontecer alguma coisa...

5.4.1. Medidas de segurança

Ao solicitar aos participantes sugestões conducentes à conquista de uma cidade mais segura para as crianças (“Na vossa opinião, que tipo de medidas ajudariam a tornar a cidade mais segura para as nossas crianças?”), diversas medidas instigadoras de segurança foram inventariadas em ambos os grupos de discussão, sendo possível organizá-las em quatro subcategorias, designadamente, “Mais policiamento”, “Maior intervenção dos órgãos de segurança”, “Implementação de reformas na justiça” e “Endurecimento das políticas criminais”.

Quanto à sugestão da medida “Mais policiamento” como forma de combate à insegurança, foi possível constatar a sua referência em ambos os grupos, ainda que com mais força no Grupo II, através de expressões tais como “A *polícia devia fazer mais rondas...*” (FG2/ P3) ou “*Se houvessem mais polícias... e se não fossem tão corruptos também...*” (FG2/P5). Partindo da análise desta última intervenção, é possível verificar,

ainda que não se negue a importância que um maior policiamento detém ao nível da implementação de um maior grau de segurança na cidade, algum descrédito relativamente aos agentes de autoridade. Por seu turno, também a hipótese de tal medida estar sujeita ao fracasso foi reportada, designadamente por um participante do Grupo I, o qual evocou o desrespeito pela autoridade que impera atualmente como possível obstáculo ao sucesso desta medida (*“Não sei se um maior policiamento resolvia alguma coisa... Não há respeito pela autoridade... por isso... não sei se seria por aí...”*, FG1/P5).

Embora tenham deixado claro o seu entendimento de que a presença efetiva da polícia nas ruas é de certa forma relevante no que diz respeito ao combate da insegurança na cidade, ao solicitar aos participantes que abordassem a atuação dos órgãos de segurança no combate à insegurança, as avaliações giraram quase com unanimidade de forma negativa em torno da atuação da polícia, considerando-a precária e ineficiente, o que ficou explícito em intervenções tais como *“Se formos fazer uma queixa e dissermos à polícia que são ciganos, eles não vão lá. Nem se dão ao trabalho... Mandam-nos embora. Porquê? Porque é preciso mobilizar muitos meios... (...) E porque eles também têm medo. (...) Eles não vão... Não vão aos acampamentos. (...) Eu conheço casos em que eles nem sequer registam a queixa. (...) Basta dizer a palavra “cigano” e eles «Oh!»... [levanta o braço fazendo gesto de nem vale a pena] É logo...”* (FG1/P5), *“Uma vez roubaram-me o rádio do carro. Na altura apresentei queixa e disseram-me «Ah já sabemos quem é... nem vale a pena.» Ainda me perguntaram «Você trouxe o carro?» e eu disse «Claro que trouxe o carro, não vinha a pé». E eles «Então você diminuiu as provas...». Ohh!! Fui perder tempo e ninguém fez nada.”* (FG2/P2), *“A polícia não devia andar só a multar...”* (FG2/P6) ou *“Se nós sabemos os locais onde se vende, por exemplo, a droga eles [polícia] também sabem. Porque é que não atuam? (...) Por amor de deus caramba... não é?”* (FG2/P5).

Subjacente a estes relatos está pois à reivindicação de uma “maior intervenção dos órgãos de segurança” cujo reprovado desempenho é passível de ser justificado pela falta de autonomia que é concedida às forças policiais no que respeita ao desenvolvimento das ações de manutenção de segurança que lhes são confiadas. A este nível, com base nas intervenções de dois participantes do Grupo I (um deles polícia de profissão), é ainda possível acrescentar que se, por um lado, a actuação efetiva da polícia depende da difícil tarefa de obter de provas, por outro, também a falta de recursos humanos e técnicos impede a sua intervenção (*“Uma coisa é eles [polícia] saberem e outra coisa é conseguirem provar... Se não conseguem provar, logicamente não atuam... (...) E não tendo provas*

físicas, provas tangíveis que consigam dar a um juiz para que eles [atores do crime] fiquem lá [em reclusão] não podem avançar...”, FG1/P7; “Nós [polícias] temos que fazer tudo e mais alguma coisa para arranjar as provas...”, FG1/P3; “Nós [polícias] não podemos ir aos acampamentos pela própria segurança... Para se ir a um acampamento tem que ir sempre um destacamento de intervenção e tem que ser sempre uma operação bem pensada.”, FG1/P3).

Atentando ao debate gerado em ambos os grupos, a reclamação de uma justiça mais eficaz, também ela foi enfatizada pela generalidade dos participantes como forma de tornar a cidade mais segura para as crianças. Tal encontra-se presente em intervenções genéricas tais como “*Eu acho que o que nós precisamos é de uma justiça mais eficaz...*” (FG1/P3) e “*Eles podem fazer as reformas que fizerem mas enquanto não cumprirem as leis que estão... não... não vale a pena.*” (FG1/P1) ou, por outro lado, em intervenções de cariz mais específico, designadamente, “*Aquela ama que foi apanhada por um vídeo amador ou alguém no outro prédio a bater numa criança... Ainda por cima era ama ilegal ou o que seja... Ela depressa saiu daquilo... (...) Não lhe aconteceu nada...*” (FG1/P7). Quer num caso, quer noutra, é inegável a falta de confiança no sistema de segurança pública e, conseqüentemente, o descrédito em relação às ações estatais, o que contribui, segundo Rosa *et al.* (2012), para a criação ou aumento do sentimento de insegurança e medo.

Incontestavelmente, todos os participantes acabaram por reivindicar, em maior ou menor medida, a implementação de reformas na justiça por considerarem que ela não funciona: “*O problema é eles [atores do crime] pensarem, e bem, que não vai acontecer nada. (...) Eles não têm medo da polícia porque sabem que a justiça não funciona. Eles até podem ir lá uns dias mas saem... e eles estão-se a marimbar para as autoridades... não respeitam. Se calhar, um polícia chega lá e eles ainda gozam... Quer dizer... «Vens fazer o quê?! Vais-me prender? Daqui a bocado estou cá fora...»*” (FG1/P5); “*Isto para mim é assim... Quando nós estamos num país onde os principais deviam ser honestos, que é o governo, e não são... Como é que nós queremos que na escala por aí abaixo as pessoas sejam honestas?! Não podem. (...) O que é que a gente pode fazer no meio disso? Nada... Nada! Então, se mostram coisas claras a nível bancário, de futebol, do governo, de tudo.. (...) O que é que a gente vê? Fez-se alguma coisa? Estão alguns na cadeia? Estão alguns na cadeia?! Não!*” (FG2/P4).

Como refere Penedo (2003), a perceção do crime enquanto ameaça social torna-nos mais recetivos ao endurecimento das políticas criminais, bem como às soluções de controlo coercivo que se configuram, regra geral, como soluções imediatistas e diretas no combate à

criminalidade. Expressões tais como “*Era fazer uma limpeza... tudo a eito!*” (FG1/P5), “*Precisamos de penas mais pesadas mas sem haver aquele perdão...*” (FG1/P1) ou “*Nos casos de pedofilia devia ser como no Japão... [faz gesto de cortar o pescoço] Radical! Uma vez, duas... À terceira não havia!*” (FG2/P2) ilustram bem esta ideia. De facto, também sugestões assentes em soluções mais repressivas, limitadas a ações de cunho punitivo, foram destacadas pelos participantes ao serem questionados sobre a melhor forma de combater e reduzir a criminalidade e, conseqüentemente, de tornar a cidade mais segura para as crianças. No entanto, da análise das intervenções registadas foi possível constatar que para os participantes, mais importante que o cumprimento efetivo das penas de prisão seria a imposição do trabalho, não remunerado, a favor da comunidade. Tal encontra-se explícito em expressões tais como “*Era pô-los todos lá dentro [prisão]. (...) Ou então pô-los todos a trabalhar...*” (FG1/P4), “*Eu acho que a prisão... a prisão não devia ser assim. Eles deviam trabalhar! (...) Apanha vinte cinco anos ou apanha seis... Vais trabalhar! Há mato para limpar, há isto para fazer... Vão trabalhar!*” (FG2/ P5) ou “*Na cadeia deviam trabalhar! Deviam trabalhar lá!*” (FG2/P3).

5.4.2. Estratégias de proteção parental

Quanto às práticas parentais adotadas diariamente com vista à proteção das crianças, foi possível recolher, após a colocação da questão “No dia-a-dia, que medidas consideram que devem ser tomadas para proteger os vossos filhos?”, um conjunto de estratégias de proteção restritas ao âmbito individual, o qual se revelou bastante multidirecional. Assim, e partindo da análise geral do discurso desenvolvido em ambos os grupos, foi possível definir cinco subcategorias de análise, as quais foram denominadas “Informar”, “Estar atento”, “Acompanhar”, “Agir com prudência” e “Ativar recursos de proteção”.

A estratégia de proteção parental “Informar” foi enunciada no Grupo II por dois participantes através de relatos tais como “*Eu já mostrei um vídeo ou dois à minha filha sobre o bullying para ela saber o que é que significa, o que faz... Que é para ela ter noção que se lhe fizerem alguma coisa... Para saber o que é que há-de fazer...*” (FG2/P4) ou “*Eu ao domingo à tarde costumo jogar à bola com ele [filho] na rua. Só que eu digo-lhe... «Os carros são os inimigos. A bola não pode tocar em nenhum carro e tu também não.» Vamos jogando e vamos ter la abaixo ao campo de futebol... os dois a jogar.*” (FG2/P2). De um modo geral, é possível deduzir que o diálogo que visa informar, explicar ou alertar para determinados temas é percebido pelos pais como medida de proteção de extrema

importância, especialmente quando os filhos já possuem uma idade mais avançada (8 ou 10 anos) e, portanto, quando o seu desenvolvimento cognitivo já permite que a informação transmitida possa ser utilizada como defesa contra eventuais perigos ou riscos.

Já no que respeita à medida de proteção parental intitulada “Estar atento”, foi possível verificar o seu destaque no debate realizado em ambos os grupos de discussão por diversas vezes e em diversos momentos das conversas, ainda que assumindo diferentes conotações. Neste sentido, se por um lado houve quem relacionasse o “estar atento” com o alerta em relação à ameaça externa (“*Nós nunca devemos estar à vontade em qualquer sítio onde estejamos... Temos de estar sempre a olhar para os lados... principalmente quando temos crianças... porque o mal está sempre à espreita... Onde menos esperamos ele aparece.*”, FG1/P7; “*Eu tou sempre com o olho em cima dele...*”, FG2/P2), por outro, houve também quem associasse esta atitude à vigilância de sinais indicativos de algum problema (“*Há dias... Há dias que a gente nota diferenças neles... Se estivermos atentos...*”, FG1/P1; “*Às vezes, basta olhar para a carita deles [filhos] ...*”, FG1/P5; “*Ele [filho] é uma criança que não fala... Se alguém o tratar mal, ele não fala... Chega a casa não comenta... E por isso tento estar sempre atenta.*”, FG2/P5). Assim, independentemente do sentido atribuído à importância de se estar atento, quando o está em causa é a preservação da integridade das crianças e, portanto, a garantia da sua segurança, a adoção desta medida revela-se igualmente preponderante ao nível das práticas parentais que visam a proteção.

Por seu turno, também o simples acompanhamento foi enunciado pela generalidade dos pais inquiridos como uma importante forma de proteger as crianças. Tal encontra-se presente em extratos tais como “*É importante falar com eles todos os dias, perguntar como é que foi o dia... (...) Se notarmos que eles estão assim mais em baixo... “O que é que foi? O que é que se passou?”...*” (FG1/P1) ou “*Eu todos os dias pergunto ao Miguel [nome fictício] se o dia correu bem, se se passou alguma coisa... Pronto. Tento acompanhar isso.*” (FG2/P3). Para além do diálogo progenitor/filho que caracteriza o acompanhamento parental, também o acompanhamento que se estende à escola é destacado como uma importante forma de proteger em registos tais como “*Eu acho que o simples acompanhamento... que já os estamos a proteger... o vir à escola, o falar com a professora... vir às reuniões...*” (FG1/P3). De um modo geral, é possível deduzir que o contexto escolar é percecionado enquanto meio de excelência para a obtenção de informação relativa ao estado geral da criança e, portanto, a instância à qual os pais recorrem quando pretendem um acompanhamento mais completo dos filhos. Não obstante,

a subcategoria “Acompanhar” é ainda passível de ser observada segundo uma terceira perspectiva, a qual confunde acompanhamento com presença parental propriamente dita, designadamente, nas atividades rotineiras da criança (*“Deixá-los três ou quatro [crianças] a brincar na rua não... isso está fora de questão... Com um pai ou dois é outra coisa... agora, sozinhos não...”*, FG2/P3).

Além de considerarem fundamental a adoção de estratégias enraizadas no informar, no estar atento e/ou no acompanhar, os participantes envolvidos na investigação destacaram também a importância de “Agir com prudência” como uma forma incontestável de proteger os filhos.

Partindo da análise dos dados recolhidos, foi possível constatar que o “ir sozinho para a escola” ou “ficar sozinho em casa” são possibilidades reprovadas pela esmagadora maioria dos participantes envolvidos na investigação pelo risco que lhe é associado. Neste sentido, apurou-se que os percursos casa-escola-casa são realizados sempre em companhia parental (*“Eu moro aqui em frente e o meu filho não vai sozinho para a escola... (...) Não deixo. E é só atravessar a estrada... (...) Eu só não deixo o meu filho com o carro dentro da escola porque não posso... Se o carro entrasse aqui dentro... Eu falo por mim!”*, FG1/P1; *“Eu venho trazê-lo e buscá-lo à escola... Ao menos assim sei que ele entrou a porta e estou tranquila... É uma segurança.”*, FG2/P4) e que a possibilidade de “deixar sozinho em casa” é de um modo geral rejeitada quando as crianças são mais novas (*“Eu ainda não deixo [ficar em casa sozinha] porque ela é pequenina ainda... Tem sete anos, não é...”*, FG1/P7) e apenas aceite por alguns pais de crianças mais velhas se o período de ausência for reduzido (*“A ideia de ele de ir e vir sozinho pra casa... a mim assusta-me um bocado... assusta-me... [sorri nervosamente] Eu não deixo... (...) Não o deixo andar sozinho... Em casa, deixo-o... Por exemplo, vou tomar café... «Queres vir com a mãe?» «Não!»... Ele fica lá... «Miguel [nome fictício], não sais daqui! Não abres a porta a ninguém!» (...) Mas não aguento mais que meia hora...”*, FG2/P3).

Por conseguinte, é possível reconhecer em relatos tais como *“Eu não deixo o meu filho vir para o pátio brincar sozinho... Tenho um portão... O portão automático tem um interruptor para o abrir... Eu não o deixo vir para aí. (...) Pode estar naquele coiso de brincar ou ouve crianças cá fora a brincar, abre o portão e vem para fora.”* (FG1/P4) ou *“Eu vou, por exemplo, ao Jumbo e tou sempre «Tiago [nome fictício] para ao pé de mim!»... Mais um metro e eu «Anda para aqui para ao pé de mim, não te quero longe!»* (FG2/P5), que a proximidade e a supervisão parentais é algo que alguns pais não

prescindem, levando-os, muitas vezes, a não permitir o desenvolvimento de determinadas condutas.

Finalmente, ainda no que concerne à subcategoria “Agir com prudência”, foi possível identificar através do relato de uma mãe do Grupo II que a imposição de barreiras que restrinjam o acesso a possíveis perigos cibernéticos também ela não é esquecida por alguns pais no dia-a-dia (“*No computador, a Sofia [nome fictício] só tem acesso aos 1001 jogos. Ponto. Porque o resto, mesmo que ela queira... não consegue... Eu bloqueei o acesso ao resto da internet.*”, FG2/P6).

Com base nas intervenções dos diversos pais e mães que participaram na investigação, verificou-se que muitas vezes as estratégias de proteção parental assentam na ativação dos designados “recursos de proteção”, nos quais se incluem o telemóvel e a vizinhança (“*Eu, às vezes, deixo-o com o irmão mais velho. Por períodos pequeninos, mas eu entro muitas vezes às oito e o meu marido sai às oito... Tem aquele vazio... Mas ficam os dois na cama... (...) Geralmente o mais velho já está acordado, tem o telemóvel com o número da mãe, com o número do pai e a vizinha fica sobreavisada...*”, FG1/P3; “*O meu [filho] também fica [sozinho em casa por curtos períodos de tempo] ... fica com o telemóvel. (...) Quando tenho que sair e ele fica, digo à minha vizinha... «Olhe eu vou sair agora sem ele...» Ela tem a chave... se acontecer alguma coisa...*”, FG2/ P6). De um modo geral, alguns pais identificam o telemóvel, o senso de comunidade e a boa relação com a vizinhança como fatores de proteção aos quais recorrem para proteger os seus filhos e, conseqüentemente, diminuir a perceção de risco. Todavia, partindo do relato de uma mãe pertencente ao Grupo II – “*Eu quando deixo a minha [filha] sozinha em casa... às vezes são só cinco minutos mas fecho a porta por fora. Assim, mesmo que toquem à campainha e ela queira abrir... não abre... (...) São só cinco minutos e só em situações muito pontuais... Mas fecho por fora... Tem telefone e telemóvel...*” (FG2/P4) – verifica-se que os recursos de proteção são passíveis de adquirir outros moldes sendo ativados através de comportamentos tais como “fechar a porta por fora”.

5.5. Infância ontem e hoje: contrastes

Com vista à exploração dos fatores que parecem estar subjacentes à alteração da postura dos pais do presente e do passado, definiram-se dois focos de análise categoricamente codificados “Infância dos pais” e “Mudanças” (Quadro 9). No que concerne à categoria “Infância dos pais”, a análise subdividir-se-á em quatro subcategorias,

designadamente, “Espaços de lazer”, “ Percursos casa-escola-casa”, “Postura parental” e “Responsabilização”. Quanto à categoria “Mudanças” procurar-se-á explorar, com base nas recordações expostas pelos diversos pais envolvidos na investigação, o conjunto de transformações que ocorreram na esfera da segurança infantil ao longo dos últimos anos. Para tal, a análise abrangerá cinco subcategorias, as quais foram designadas: “Educação/Proteção”, “Tráfego rodoviário”, “Presença policial”, “Dinâmicas (extra)familiares” e “Novos perigos”.

Quadro 9 – Infância ontem e hoje: contrastes

INFÂNCIA DOS PAIS	Espaços de lazer	FG1/P1- Brincávamos na rua. E se calhar éramos alguns dez, doze, quinze garotos... e estávamos ali. (...) Éramos sempre muitos e era todos os dias. FG2/P6- Brincar era... era na rua...
	Percursos casa-escola-casa	FG1/P4- É assim, eu sempre fui para a escola a pé e vim... Mas havia grupos, não é? FG2/P5- Eu... Só no primeiro dia de escola da primária é que a minha mãe me foi levar, para eu saber o caminho. A partir daí... sozinha...
	Postura parental	FG1/P1- Às vezes acabávamos de jantar e ainda podíamos vir cá para fora um bocado... A mãe deixava mas quando chamava tínhamos que ir para dentro senão... FG2/P4- Quando vinha da escola tinha sempre a minha mãe à minha espera. (...) E os pais dos meus colegas também estavam sempre à porta à espera... pronto... para ver se chegava tudo bem, para ver se o grupo estava todo certinho...
	Responsabilização	FG1/P7- Quando era pequeno vivi quase sempre sozinho porque os meus pais trabalhavam... A minha mãe trabalhava e eu com dez anos tinha de tomar conta do meu irmão que tinha cinco e de outro irmão que tinha menos dois anos... E estávamos em casa os três sozinhos... Eu tinha dez ou onze anos... (...) Os nossos filhos agora, não sei porquê, não têm essa vivência que nós tínhamos no passado... FG2/ P5- Aos nove anos... fiquei com a casa ao meu encargo...
MUDANÇAS	Educação/Proteção	FG1/P3- Eu acho que a nossa própria educação é uma educação muito diferente da educação que os nossos pais nos davam a nós... Nós tentamos protegê-los mais. (...) Se calhar não os expomos a situações para eles próprios criarem autodefesas e saberem defender-se... (...) Não deixamos se calhar os miúdos fazerem por eles, pensarem também por eles e resolverem algumas coisas também por eles... FG2/ P5- Eu acho que nós tivemos uma infância muito melhor do que eles agora... Convivíamos mais. Mas quê... Vamos deixá-los vir para a rua? Para serem atropelados, para serem levados por alguém?
	Tráfego rodoviário	FG1/P7- Não digo insegurança, mas dantes não havia a passagem de automóveis que há agora... FG2/P3- A minha filha mais velha tem treze anos e já vai e vem para a escola... pronto... aí já se orienta. Agora, eu acho que o meu mais novo ainda é muito pequenino... Acho. Há muito... São carros, depois é a questão se passam na passadeira ou não... (...) Dantes não havia o movimento que há agora...

Quadro 9 – Infância ontem e hoje: contrastes (continuação)

MUDANÇAS (continuação)	Presença policial	FG1/P1- Antigamente, não há muitos anos... mas há uns anitos lembro-me... e vocês devem-se lembrar também... os polícias andavam por aqui [gira o dedo no ar] a pé. Via-se a PSP, muita GNR... FG2/P3- Eu lembro-me que era garota e andava a estudar... Andava sempre um polícia... [gira o indicador no ar] Sempre... (...) Andava sempre um polícia ou dois...
	Dinâmicas (extra)familiares	FG1/P3- A vizinhança antes era diferente... A vizinhança se calhar era protetora... Hoje em dia eu não sei se calhar quem são os meus vizinhos... (...) A maior parte das mães não trabalhava e ficava com os miúdos em casa ou assim, não é? Agora não. FG2/P4- Antigamente a gente tinha a mãe em casa, não é? Tínhamos a mãe em casa e facilitava porque... estava sempre alguém por ali... ou a mãe, ou um irmão mais velho... pronto... Tínhamos sempre com quem brincar. A gente agora vai deixar as crianças onde? Sozinhas em casa? É impossível...
	Novos perigos	FG2/P5- Quantas notícias é que a gente não ouve que foi ter com fulano de tal que conheceu na internet... um encontro... e aconteceu uma desgraça? Tava em casa... a criança estava em casa! (...) O perigo hoje também está dentro de casa...

5.5.1. Infância dos pais

Ao solicitar aos participantes que falassem um pouco da sua infância, e partindo dos relatos decorrentes de tal pedido, é possível constatar que a infância dos pais inquiridos se afasta inegavelmente da infância contemporânea em inúmeros aspetos os quais serão alvo de análise seguidamente.

No que respeita aos espaços de lazer, as memórias dos participantes convergem num único sentido: a rua como espaço de socialização, lazer e brincadeira por excelência. Tal foi evidenciado por todos os pais envolvidos na investigação sem exceção em intervenções das quais se toma como exemplo “*Brincávamos na rua. E se calhar éramos alguns dez, doze, quinze garotos... e estávamos ali. (...) Éramos sempre muitos e era todos os dias.*” (FG1/P1) ou “*Brincar era... era na rua...*” (FG2/P6).

Embora seja indubitável a importância que o espaço ao ar livre detém para o desenvolvimento físico, social e psicológico do ser humano, diversas mudanças de cariz social e económico ocorreram nos últimos anos, interferindo no que diz respeito ao usufruto de tais espaços por parte das pessoas, em particular, das crianças (Luz, Raymundo & Kuhnen, 2010). Assim, e lançando um olhar para a forma como a infância é vivida atualmente, é possível deduzir que a rua de outrora, hoje é percebida como via de circulação e lugar de perigo (especialmente para as crianças), isto é, um espaço de potenciais confrontos cuja modalidade não é necessariamente a da violência mas a da

ameaça (Fernandes, 2004), o que tem contribuído fortemente para a crescente inibição das brincadeiras em espaços públicos ao ar livre.

Para Korpela (2001), a falta de acesso a espaços ao ar livre e a sua não utilização por parte das crianças são entendidas não apenas como um problema social e espacial, mas também como uma questão de saúde física e psicológica, sendo apontadas como prejudiciais à saúde e desenvolvimento infantil. A este nível importa referir que, embora os espaços públicos ao ar livre sejam entendidos pela generalidade dos pais envolvidos na investigação como lugares importantes para as crianças, a sua perceção de risco e sensação de insegurança apresentam-se muitas vezes como verdadeiras barreiras à atividade física dos filhos (Carver, Timperio & Crawford, 2008). Neste sentido, conclui-se que a perceção parental sobre o ambiente social interfere no uso dos espaços pelas crianças (Romich, 2009), sobrepondo-se não raras vezes aos provados benefícios decorrentes do seu usufruto e, como tal, a existência de um ambiente seguro revela-se essencial para o aumento das oportunidades a este nível (Weir, Etelson & Brand, 2006).

Relativamente aos percursos casa-escola-casa foi possível apurar que, contrariamente ao que regra geral se verifica hoje, os pais inquiridos realizavam os trajetos a pé, sozinhos ou na companhia de pares. Tal encontra-se presente em expressões tais como “*Muitos quilómetros fazia a pé de casa para a escola e da escola para casa.*” (FG1/P1), “*É assim, eu sempre fui para a escola a pé e vim... Mas havia grupos, não é?*” (FG1/P4) ou “*Eu ia, passava cinquenta metros e estava o meu vizinho à minha espera que também ia...depois... A gente chegava à escola e éramos quase sete. Íamos sempre apanhando uns a uns e à vinda iam ficando... E pronto, eu era a última e eram quê... eram uns cinquenta metros depois. Eu tou a dizer «Ia sozinha» mas não... Eu ia, a cinquenta metros o meu vizinho já estava... pronto, só se eu não fosse à escola é que ele seguia e depois apanhava mais dois ou três... sempre... Éramos quase sete até chegar à escola. Nunca sozinhos. E depois à vinda, pronto, cada um ficava nas suas também...*” (FG2/P4). Em páginas anteriores, designadamente, quando se procurou explorar que práticas parentais eram tomadas com vista à proteção dos filhos⁹, apurou-se que hoje os percursos casa-escola-casa são realizados geralmente de carro e na companhia de um progenitor, realidade que contrasta deveras com as vivências relembradas pela esmagadora maioria dos pais envolvidos na investigação.

Outro dos aspetos recordados por alguns participantes encontra-se relacionado com a postura apresentada pelos seus pais, por sinal bem mais descontraída do que a sua. De um

⁹ Cf. “Posição face ao risco” analisada em “Estratégias de proteção parental”.

modo geral, com base nos relatos desenvolvidos, depreende-se que as mães do passado eram de certa forma mais permissivas (*“Às vezes acabávamos de jantar e ainda podíamos vir cá para fora um bocado... A mãe deixava mas quando chamava tínhamos que ir para dentro senão...”*, FG1/P1) e menos preocupadas (*“As nossas mães não sabiam nada... Não haviam telemóveis...”*, FG1/P5), o que em parte é passível de ser explicado pelo facto de muitas delas não trabalharem e, como tal, poderem estar mais presentes na vida dos filhos (*“Quando vinha da escola tinha sempre a minha mãe à minha espera. (...) E os pais dos meus colegas também estavam sempre à porta à espera... pronto... para ver se chegava tudo bem, para ver se o grupo estava todo certinho...”*, FG2/P4).

Por último, salientam-se as intervenções de dois participantes, um do Grupo I e outro do Grupo II, as quais remetem para a responsabilização infantil existente no passado e aceite como natural dadas as circunstâncias da vida da altura – *“Quando era pequeno vivi quase sempre sozinho porque os meus pais trabalhavam... A minha mãe trabalhava e eu com dez anos tinha de tomar conta do meu irmão que tinha cinco e de outro irmão que tinha menos dois anos... E estávamos em casa os três sozinhos... Eu tinha dez ou onze anos... (...) Os nossos filhos agora, não sei porquê, não têm essa vivência que nós tínhamos no passado...”* (FG1/P7); *“Aos nove anos... fiquei com a casa ao meu encargo...”* (FG2/ P5) – responsabilização essa que hoje não caracteriza a infância dos filhos dos inquiridos.

5.5.2. Mudanças

Atentando ao rol de aspetos que foi possível reunir a partir do debate gerado em ambos os grupos de discussão, depreende-se que a resposta à pergunta “Olhando para a infância de hoje, o que mudou em termos de segurança das crianças?” assenta, de um modo geral, na ideia de que diversas mudanças ocorreram ao nível da segurança das crianças nos últimos anos.

Relativamente à “Educação/Proteção” das crianças, não há dúvida que os pais de hoje são mais protetores, facto que é passível de avaliações contraditórias: se, por um lado, a proteção parental pode ser entendida positivamente pela segurança que é edificada em torno da criança, por outro, pode constituir uma estratégia desabonatória em termos de segurança pela própria despreparação para a existência que pode proporcionar. Partindo do relato de uma mãe do Grupo I – *“Eu acho que a nossa própria educação é uma educação muito diferente da educação que os nossos pais nos davam a nós... Nós tentamos protegê-los mais. (...) Se calhar não os expomos a situações para eles próprios criarem*

autodefesas e saberem defender-se... (...) Não deixamos se calhar os miúdos fazerem por eles, pensarem também por eles e resolverem algumas coisas também por eles...” (FG1/P3) –, o mesmo será dizer que, de alguma forma, as crianças de hoje vivem numa espécie de bolha, protegidas pelos pais dos aspetos mais triviais do quotidiano, o que em parte poderá constituir um risco.

Aparentemente, um filho sob a irrestrita vigilância dos pais está mais seguro. No entanto, ao adotar esse tipo de estratégia os pais ignoram uma peça-chave do desenvolvimento infantil: a autonomia. Intervenções tais como *“Eu vivia na Ermida e ia para cima, para a escola de Vale de Ílhavo, a pé e vinha por ali abaixo. Mas pronto... sempre com a minha mãe e o meu pai a dizer o que é que eu havia de fazer ou se alguém se chegasse ao pé de mim... Sempre com os cuidados todos... Mas agora... Eu mesmo a avisar a minha filha tenho medo...”* (FG2/P4) ou *“Eu acho que nós tivemos uma infância muito melhor do que eles agora... Convivíamos mais. Mas quê... Vamos deixá-los vir para a rua? Para serem atropelados, para serem levados por alguém?”* (FG2/ P5), são ilustradoras de uma infância atual que se distancia inegavelmente da infância de outrora.

De facto, atualmente, os medos parentais impõem-se mais que nunca, determinando a adoção de posturas protetoras que procuram eliminar do desenvolvimento infantil todo e qualquer perigo e, portanto, assegurar a máxima segurança, ainda que tal possa constituir em si mesmo um risco para a criança, designadamente, no que concerne ao desenvolvimento da sua capacidade para lidar com imprevistos e resolver problemas.

O “Tráfego rodoviário” que marca a atualidade dos centros urbanos foi outro dos aspetos mencionados por vários participantes envolvidos na investigação como algo que se amplificou ao longo dos tempos, interferindo na segurança das crianças de hoje. Tal encontra-se presente em excertos tais como *“Não digo insegurança, mas dantes não havia a passagem de automóveis que há agora...”* (FG1/P7). Justificando de certa forma a atual e frequente não-utilização dos espaços públicos ao ar livre por parte das crianças, bem como as alterações verificadas em termos do formato relativo aos percursos casa-escola-casa¹⁰, a presente subcategoria foi apontada em relatos tais como *“Agora há muito mais movimento nas ruas... Uma criança anda a brincar, não anda atenta se vem um carro ou se não vem... No meu tempo era um carro que passava, se calhar, de hora a hora... (...) Nós quando vinha um carro até nos púnhamos no passeio, não é? Mas agora é impossível... Agora não há hipótese de eles andarem a brincar cá fora...”* (FG2/P5) ou *“A minha filha mais velha tem treze anos e já vai e vem para a escola... pronto... aí já se orienta. Agora,*

¹⁰ Cf. subcategoria de análise anterior.

eu acho que o meu mais novo ainda é muito pequenino... Acho. Há muito... São carros, depois é a questão se passam na passadeira ou não... (...) Dantes não havia o movimento que há agora...” (FG2/P3).

Por seu turno, também a “Presença policial” (ou falta dela) foi aludida em ambos os grupos de discussão como realidade que tem vindo a sofrer transformações, contribuindo para a génese de sentimentos de insegurança nos pais. Através de exposições tais como *“Antigamente, não há muitos anos... mas há uns anitos lembro-me... e vocês devem-se lembrar também... os polícias andavam por aqui [gira o dedo no ar] a pé. Via-se a PSP, muita GNR...”* (FG1/P1) ou *“Eu lembro-me que era garota e andava a estudar... Andava sempre um polícia... [gira o indicador no ar] Sempre... (...) Andava sempre um polícia ou dois...”* (FG2/P3), é possível apreender a importância que a presença de forças da autoridade nas ruas detém para os habitantes da urbe e, portanto, o seu papel em termos de manutenção de segurança.

No que diz respeito à subcategoria aferida e denominada “Dinâmicas (extra)familiares”, é possível referir que a segurança das crianças, segundo a perspetiva geral dos participantes envolvidos na investigação, também tem vindo a ser afetada, por um lado, pelas mudanças que se têm vindo a operar no seio da família, consequência da aquisição de novos papéis por parte dos progenitores (especialmente das mães), e por outro, pelas transformações que se têm vindo a registar ao nível dos laços entre vizinhos.

De facto, atualmente, a maioria das famílias vê-se confrontada com a necessidade de conciliar a vida familiar com a profissional, o que é percebido pela generalidade dos pais inquiridos como obstáculo a uma infância tão vigiada e, portanto, tão protegida como a infância de outros tempos. Tal encontra-se explícito em intervenções tais como *“A maior parte das mães não trabalhava e ficava com os miúdos em casa ou assim, não é? Agora não.”* (FG1/P3), *“A vida dos pais antigamente era diferente...”* (FG2/P6) ou *“Antigamente a gente tinha a mãe em casa, não é? Tínhamos a mãe em casa e facilitava porque... estava sempre alguém por ali... ou a mãe, ou um irmão mais velho... pronto... Tínhamos sempre com quem brincar. A gente agora vai deixar as crianças onde? Sozinhas em casa? É impossível...”* (FG2/P4).

Por conseguinte, atendendo a relatos tais como *“A vizinhança antes era diferente... A vizinhança se calhar era protetora... Hoje em dia eu não sei se calhar quem são os meus vizinhos...”* (FG1/P3) ou *“E a tua mãe era capaz de te deixar ir brincar lá fora porque sabia que havia sempre algum vizinho a olhar do outro lado...”* (FG1/7) deduz-se que, se no passado a vizinhança era percebida como rede de proteção, hoje os indivíduos

percepcionam-na desabonatoriamente no que diz respeito ao seu contributo em termos de segurança das crianças, o que é perfeitamente justificável pelo facto de tantas vezes não conhecerem sequer de vista aqueles que durante todo o ano são seus vizinhos.

Por último, destaca-se a existência de novos perigos decorrentes do acesso à internet, em particular às redes sociais, facto apurado a partir do debate gerado no Grupo II (grupo de pais de crianças mais velhas) e presente em relatos tais como “*Eu acho que... Se tiverem acesso à internet... Se tiverem acesso, sei lá, ao facebook ou a outras redes sociais... a criança corre tanto perigo... ou mais perigo ainda do que fora de casa... Eu acho que isso tem de ser mesmo um trabalho de casa...*” (FG2/P4) ou “*Quantas notícias é que a gente não ouve que foi ter com fulano de tal que conheceu na internet... um encontro... e aconteceu uma desgraça? Tava em casa... a criança estava em casa! (...) O perigo hoje também está dentro de casa...*” (FG2/P5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem de uma cidade em rápida transformação, percebida frequentemente como estando em desordem, tem contribuído para o redimensionamento da relação dos habitantes da urbe com os seus espaços e atores. A este nível, salientam-se os temas frequentes nas falas quotidianas da cidade tais como o mercado de drogas, as concentrações *junkie* de rua, a delinquência ou até mesmo a degradação físico-ambiental do aglomerado populacional, os quais têm vindo a determinar a atitude dos habitantes das cidades tanto ao nível da escolha dos percursos urbanos como da adoção de comportamentos autodefensivos.

Sentimentos de insegurança radicam muitas vezes no desconhecido, que na urbe nos é trazido pela figura do “outro”. Daí a atitude dos habitantes da cidade ser comumente a de evitar uma relação com a alteridade uma vez que esta se apresenta frequentemente como motivo de medo. Não obstante, a verdade é que atualmente se vive sob a pressão de mensagens no mínimo pouco tranquilizantes: *a)* a visibilidade do toxicodependente de rua; *b)* o alarme social que se tem vindo a impor, aumentando a estigmatização da periferia urbana desqualificada e dos respetivos atores; *c)* a associação entre drogado e crime; *d)* a perceção generalizada de que o crime está a aumentar; *e)* o aumento real do delito contra o património; *f)* a constatação da grande quantidade de transgressões cometidas pelos toxicodependentes e *g)* a crise económico-social que se tem vindo a fazer sentir na sociedade portuguesa contribuem para um sentimento de insegurança na cidade que tem vindo a crescer (Matias & Fernandes, 2009).

De acordo com Barreto e Barros (2010, p. 405), “o medo marca a cidade quando as relações entre as pessoas se tornam mais frias”, refletindo-se habitualmente num aumento dos atos de intolerância perante *drop outs*, percecionados muitas vezes como potencialmente perigosos, e comportamentos que, mesmo não sendo violentos, parecem ser desviantes. Por outro lado, agindo (e reagindo) permanentemente em função do desconhecido, os indivíduos avaliam muitas vezes a possibilidade de vitimação com base em pistas do meio físico e social, pelo que a “hipótese predatória”, funcionando como um esquema interpretativo das interações com o “outro”, condiciona, muitas vezes, a liberdade de circulação no habitat urbano. A este nível, alguns autores (Fernandes, 2003, 2004;

Machado, 2004) sublinham o caráter aleatório, imprevisível, inevitável e planejado do crime, considerando que tais características o tornam mais ameaçador e, como tal, mais temível. Não obstante, como refere Giacomazzi (2000, p. 190), “na formação de uma cultura etnocêntrica, quanto mais se fecha ao outro, maior o isolamento, maior o medo”.

Seja qual for o futuro dos espaços urbanos, e por mais que mudem o seu traçado, aspeto ou estilo, existe uma sua característica que, ao longo dos anos e dos séculos, permanecerá sempre presente, designadamente, o facto de constituírem lugares cheios de conhecidos e desconhecidos que convivem e interagem entre si em estrita proximidade. Neste sentido, o tratamento da cidade, em termos da sua estrutura e respetiva organização, sendo suscetível de gerar segurança nos cidadãos, deve então ser parte integrante de políticas securitárias, as quais se devem aliar à aposta em ambientes iluminados, espaços públicos tratados, zonas reservadas às crianças, entre outros.

Em páginas anteriores, procurou-se realizar uma aproximação às raízes da insegurança urbana, tendo por base os quadros de referência de pais de crianças com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos, bem como indagar sobre o modo como o sentimento de insegurança tem sido construído socialmente, levando a que, não raras vezes, se assista a uma espécie de condicionamento territorial em contexto urbano.

Atentando aos principais resultados alcançados com a investigação realizada, é possível referir que, embora a cidade onde decorreu o estudo seja percecionada pela generalidade dos participantes como “segura”, a existência de determinados “espaços de perigo” e de certas “figuras do desvio” é também ela parte integrante do imaginário coletivo da (in)segurança relativa ao contexto em questão, encontrando-se a sua representação intimamente relacionada com atividades ligadas ao consumo e comércio de droga. Assim, e ainda que a perceção de algum agravamento da criminalidade não tenha deixado de ser reportada, em termos gerais, na ótica dos pais inquiridos, o maior perigo/risco urbano existente é a droga, sendo muitas vezes associada ao crime.

No que respeita aos medos parentais relativamente à segurança das crianças, a droga, a criminalidade, os contornos das escolas de 2º e 3º ciclos, o *bullying*, os atropelamentos, a possibilidade de perseguição, o desaparecimento e /ou rapto e a pedofilia foram apresentados como os maiores receios dos pais inquiridos, não sendo possível, no entanto, estabelecer uma relação clara de causa-efeito entre estes e a exposição a situações de perigo e/ou experiências de vitimização (dos pais e/ou dos filhos).

Relativamente à influência dos *media* no âmbito das dinâmicas parentais foi possível apurar que se, por um lado, é percebida positivamente por alertar e levar à adoção

de comportamentos parentais protetores, por outro, é também passível de ser conotada negativamente na medida em que difunde o medo.

No que concerne às medidas com vista a uma cidade mais segura para as crianças, foram apontadas a importância de um maior policiamento e de uma maior intervenção por parte dos órgãos de segurança, bem como a relevância da implementação de reformas na justiça e do endurecimento das políticas criminais. Por seu turno, no âmbito das estratégias de proteção parental com vista à segurança dos seus filhos, os pais, de uma forma geral, salientaram a importância de fornecer informação às crianças, bem como de estar atento, acompanhar e agir com prudência, ativando sempre que necessário recursos de proteção (vizinhança, por exemplo).

A infância de hoje afasta-se incontestavelmente da infância do passado em diversos aspetos, designadamente, no que diz respeito aos espaços e formas de lazer, ao modo como são realizados os percursos casa-escola-casa, entre outros. A própria postura parental de hoje releva-se diferente da de outrora. De facto, inúmeras mudanças ocorreram em termos da vivência infantil, talvez por paralelamente se terem registado também mudanças em termos da segurança das crianças, ou melhor, da forma como esta é perspectivada pelos pais. Partindo da análise dos dados obtidos, a este nível é possível salientar fatores tais como o aumento considerável do tráfego de automóveis e a cada vez menor presença policial nas ruas, bem como as inúmeras transformações que ocorreram no âmbito das dinâmicas (extra)familiares e a emergência de novos perigos, dos quais se destaca a internet.

Numa fase de reflexão e avaliação do estudo desenvolvido, tendo em consideração o tamanho da amostra utilizada no âmbito da presente investigação, bem como a circunscrição da área geográfica em que foi aplicada a metodologia, impõe-se a questão “Foi suficiente para descobrir um efeito?”. A resposta a esta pergunta é passível de seguir duas orientações: se, por um lado, é óbvio que o tamanho da amostra utilizada não é suficiente para permitir a generalização dos resultados da investigação a toda a população de pais de crianças com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos, sendo a sua representatividade naturalmente discutível, por outro, é de salientar que o objetivo da presente investigação também não era de todo esse, mas antes a obtenção de dados ricos e aprofundados.

Tratando-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa, mais importante que alcançar dados robustos e estatisticamente representativos da população, será conhecer profundamente os sujeitos a partir dos seus quadros de referência. A este nível, é possível

referir que, se por um lado, a investigação permitiu compreender os sentidos atribuídos à (in)segurança urbana por parte de pais de crianças em idades de 1º ciclo e averiguar os efeitos dessas representações ao nível das práticas parentais, por outro, também abriu horizontes a novas pesquisas, deixando pistas passíveis de serem retomadas e ampliadas em investigações futuras mais aprofundadas.

A vivência infantil de hoje encontra-se deveras condicionada pela atitude protetora dos pais, os quais são levados muitas vezes a agir em função de representações sociais frequentemente dominadas pelo imaginário do perigo e do risco. Face ao exposto, impõe-se a questão: até que ponto as representações parentais em torno da insegurança não se constituem um potente agenciador de subjetividade no que concerne ao estímulo de uma cultura do medo nas crianças?

Por outro lado, atentando à crescente inibição das brincadeiras ao ar livre e sua substituição por atividades limitadas e isoladas tais como ver televisão ou jogar videogames, em parte impulsionadas pela ideia “rua/via de circulação e lugar de perigo”, não estarão os pais do século XXI a proteger os filhos de forma contraproducente, prejudicando o seu normal desenvolvimento físico, social e psicológico? Mais, tendo em conta os níveis de violência que não raras vezes imperam nos videogames e programas televisivos direcionados às crianças, não se estará a pactuar inconscientemente com uma espécie de “normalização da violência”?

Lançando agora um olhar ao modo como a fase posterior à infância é hoje vivenciada, sendo incontestável, por exemplo, o facto de ser cada vez mais frequente que os adolescentes iniciem a sua vida social noturna com as primeiras saídas à noite para bares e discotecas cada vez mais cedo, como se explica o redimensionamento da postura parental que passa da “eliminação de todo e qualquer perigo” na fase da infância para a “aceitação da probabilidade do risco” na fase da adolescência?

Não obstante o conhecimento proporcionado por todo o processo de investigação, é óbvio que ainda assim ficam no ar algumas interrogações... Neste sentido, e fazendo uso das palavras de Frois (2012, p. 104), “Ao abrir a “Caixa de Pandora do Medo” será que não estamos a descobrir que os estranhos somos nós próprios, contagiados pelo temor, o receio e insegurança?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKERMANN, Werner; DULONG, Renaud e JEUDY, Henri Pierre (1983). *Imaginaires de l'insécurité*. Paris: Librairie des Méridiens.
- AGRA, Cândido (2002). *Entre droga e crime* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- AGRA, Cândido; QUINTAS, Jorge e FONSECA, Ernesto (2001). De lá securité démocratique à la démocratie sécuritaire: le cas Portugais. *Déviance et Sociétés*, 25(4), pp. 499-513.
- ALMEIDA, Leandro S. e FREIRE, Teresa (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- ALMEIDA, Maria R. C. (1993). *Inquérito de vitimação 1992*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- ALMEIDA, Maria R. C. e ALÃO, Ana P. (1995). *Inquérito de vitimação 1994*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- AMADO, João S. (2001). *Interacção pedagógica e indisciplina na aula* (1ª ed.). Porto: Edições ASA.
- AMADO, João S. e FREIRE, Isabel P. (2002). *Indisciplina e violência na escola: compreender para prevenir* (1ª ed.). Porto: Edições ASA.
- ARAÚJO, Susana; FERNANDES, Ana R. e BETTENCOURT, Sandra (2012). *(In)Seguranças no espaço urbano – perspectivas culturais* (1ª ed.). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- ARIELLI, Emanuele e SCOTTO, Giovanni (1998). *I conflitti*. Milão: Bruno Mondadori.
- BARDIN, Laurence (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARRETO, Adriano A. e BARROS, Solange, A. B. M. (2010). Confiança e medo na cidade: uma reflexão sobre o espaço urbano. *Emancipação*, 10(1), pp. 403-407.
- BAUMAN, Zygmunt (2006). *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio d'Água.
- BECKER, Howard S. (1963). *Outsiders. Studies in the sociology of deviance*. Nova Iorque: Free Press.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

- BRANDÃO, Carlos F. (2005). O controle das emoções, o medo e a violência. In A. B. Carvalho e C. F. Brandão (Orgs.). *Introdução à Sociologia da cultura: Max Weber e Norbert Elias*. São Paulo: Avercamp.
- BROTHERSON, Mary J. (1994). Interactive focus group interviewing: a qualitative research method in early intervention. *Topics in Early Childhood Special Education*, 14(1), pp. 101-118.
- CALDEIRA, Teresa (1992). *City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Dissertação de Doutorado. Berkeley: University of California.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO (2012). *Município: caracterização*. Acedido em 12 agosto, 2014, em <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/68>.
- CARITA, Ana e FERNANDES, Graça (1997). *Indisciplina na Sala de Aula – Como prevenir? Como remediar?* (1ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- CARVER, Alison; TIMPERIO, Anna e CRAWFORD, David (2008). Playing it safe: the influence of neighbourhood safety on children's physical activity – a review. *Health & Place*, 14(2), pp. 217-227.
- CHESNAIS, Jean-Claude (1992). Histoire de la violence: l'homicide et le suicide à travers les ages. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 132, pp. 127-234.
- COSTA, Fernanda G. (2012). Georg Simmel – As metrópoles e a vida mental. In S. Araújo, A. R. Fernandes e S. Bettencourt. *(In)Seguranças no espaço urbano – Perspetivas Culturais* (pp. 23-24). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- CUNHA, Manuela (2002). *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- CUSSON, Maurice (1990). *Croissance et décroissance du crime*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DONZELOT, Jacques e JAILLET, Marie C. (1999). Fragmentation urbaine et zones défavorisées: le risqué de désolidarisation. *Hommes & Migrations*, 1217, pp. 5-17.
- DURKHEIM, Émile (1970). *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 67-116.
- FELSON, Marcus (1998). *Crime and everyday life* (2ª ed.). Thousand Oaks, CA: Pine Forge.
- FERNANDES, Luís (2002). *O sítio das drogas* (3ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- FERNANDES, Luís (2003). A imagem predatória da cidade. In G. Cordeiro, L. Baptista e A. F. Costa (Coords.). *Etnografias Urbanas* (pp.53-62). Oeiras: Celta Editora.

- FERNANDES, Luís (2004). Bases ecossociais do sentimento de insegurança. *Educação, Sociedade e Culturas*, 21, pp. 93-112.
- FERNANDES, Luís (2006). O medo à cidade. *Livro de Atas de Conferência Nacional* (pp. 99-110). Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- FERNANDES, Luís e CARVALHO, Maria C. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objectos fluidos: os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Educação, Sociedade e Culturas*, 14, pp. 59-87.
- FERNANDES, Luís e NEVES, Tiago (1999). Insegurança urbana e “espaços perigosos”. *Olhars Seguros*, 1(2), pp. 9-13.
- FERNANDES, Luís e RÊGO, Ximene (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15(1), pp. 167-181.
- FERREIRA, Eduardo V. (1998). *Crime e insegurança em Portugal: padrões e tendências, 1985-1996*. Lisboa: Celta.
- FERREIRA, Eduardo V. (2003). Violência e insegurança urbana: um fenómeno em crescimento ou em transformação? O caso da área metropolitana de Lisboa. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 7, pp. 37-57.
- FLICK, Uwe (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- FONSECA, Ernesto (1998). *Representação social da insegurança: crime e crise*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- FRIAS, Graça (2004). *A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na actualidade*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra.
- FROIS, Catarina (2012). Zygmunt Bauman – Confiança e medo na cidade. In S. Araújo, A. R. Fernandes e S. Bettencourt (Orgs.). *(In)Seguranças no espaço urbano – Perspetivas Culturais* (pp. 103-104). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- GALEGO, Carla e GOMES, Alberto (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o focus group como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5 (pp. 173-184). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- GAUBATZ, Kathlyn T. (1995). *Crime in the public mind*. Michigan: Ann Arbor.
- GIACOMAZZI, Maria C. G. (2000). Medo e violência no contexto urbano: o caso de José. *Horizontes Antropológicos*, 6(13), pp. 177-194.

- GOLDSTEIN, Paul J. (1985). The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework. *Journal of Social Issues*, 15, pp. 493-506.
- GRAHAM, Peggotty e CLARKE, John (1996). Dangerous places: crime and the city. In J. Munice e E. McLaughlin (Orgs.). *The problem of crime*. Londres: Sage.
- HENRY, Stuart e LANIER, Mark (2001). *What is Crime?*. New York: Rowman and Littlefield Publishers, Inc.
- HOPENHAYN, Martin (2002). A cidadania vulnerabilizada na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(2), pp. 5-18.
- IMBERT, Gérard (1992). *Los escenarios de la violencia*. Barcelona: Icaria Editorial.
- INDOVINA, Francesco (2001). Geologia da insegurança urbana: a construção social do medo nas cidades. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 2, pp. 19-31.
- INE (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Centro*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- KITZINGER, Jenny e BARBOUR, Rosaline S. (1999). Introduction: The challenge and promise of focus groups. In R. S. Barbour e J. Kitzinger (Eds.). *Developing focus group research: Politics, theory, practice* (pp. 1-20). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- KORPELA, Kalevi (2001). Children's environment. In R. B. Bechtel e A. Churchman (Eds.). *Handbook of Environmental Psychology* (pp. 363-373). New York: John Wiley & Sons.
- KRUEGER, Richard A. (1994). *Focus groups: A practical guide for applied research*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- KRUEGER, Richard A. (1998). *Analysing and reporting focus group results*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- KURY, Helmut (1998). Fear of crime and victimization. In J. Baros, I. Munnich e M. Szegedi (Eds.). *Psychology and Criminal Justice. International Review of Theory and Practice* (pp. 346-353). Berlim: Walter de Gruyter.
- LEAL, José M. P. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologias*, 12(23), pp. 394-427.
- LOURENÇO, Nelson (2010). Cidades e sentimento de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana?. In E. A. Pereira Júnior, J. F. Silva e J. Maron (Org.). *Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social.

- LOURENÇO, Nelson e LISBOA, Manuel (1996). Violência, criminalidade e sentimento de insegurança. *Textos*, 2, pp. 45-64.
- LUZ, Giordana M.; RAYMUNDO, Luana S. e KUHNNEN, Ariane (2010). Uso dos espaços urbanos pelas crianças: uma revisão. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(3), pp. 172-184.
- MACHADO, Carla (2004). *Crime e insegurança – discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- MACHADO, Carla e MANITA, Celina (1997). Percepções e figuras do medo na cidade do Porto. In C. da Agra (Dir.). *Insegurança Urbana na Cidade do Porto. Estudos Interdisciplinares*, vol. II. Porto: Centro de Ciências do Comportamento Desviante, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- MACHADO, Carla e MANITA, Celina (2000). *Percepções e figuras do medo na cidade do Porto. Resultados de 3 anos de investigação*. Porto: Observatório Permanente de Segurança.
- MACHADO, Carla e MANITA, Celina (2009). Fear of crime: methodological considerations and results from a biannual survey in the city of Oporto. *The European Journal of Psychology applied to Legal Context*, 1(1), pp. 69-99.
- MANITA, Celina e MACHADO, Carla (1999). In C. da Agra (Dir.). *Insegurança Urbana na Cidade do Porto. Estudos Interdisciplinares*, vol. I. Porto: Observatório Permanente de Segurança.
- MATIAS, Margarida e FERNANDES, Luís (2009). Desarrumar o medo... O arrumador de carros como figura do medo na cidade. *Revista Toxicodependências*, 15(3), pp. 9-22.
- MENA, Fernando C. e VEGA, Jorge N. (2006). La inseguridad en la ciudad: hacia una comprensión de la producción social del miedo. *Eure*, 32(97), pp. 7-16.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2008). *Relatório Anual de Segurança Interna 2007*. Ministério da Administração Interna: Gabinete Coordenador de Segurança. Acedido em 15 de janeiro, 2014, em: http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Relatorios%20Seguranca%20Interna/RAS I2007_Versao-Parlamento.pdf.
- MORGAN, David L. (1996). Focus groups. *Annual Review of Sociology*, 22, pp. 129-152.
- MORGAN, David L. (1997). *Focus groups as qualitative research*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.

- MORGAN, David L. (1998). *The focus group guidebook*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- NEGREIROS, Jorge (1997). Vitimização criminal, medo e punição. Um estudo na cidade do Porto. In C. da Agra (Dir.). *Insegurança Urbana na Cidade do Porto. Estudos Interdisciplinares*, vol. VII. Porto: Centro de Ciências do Comportamento Desviante, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- PAIN, Rachel (2001). Gender, race, age and fear in the city. *Urban Studies*, 38(5-6), pp. 899-913.
- PARDAL, Luís e CORREIA, Eugénia (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Ariel Editores.
- PENEDO, Cristina (2003). *O crime nos media – o que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PREZZA, Miretta; ALPARONE, Francesca R.; CRISTALLO, Carmela e LUIGI, Secchiano (2005). Parental perception of social risk and of positive potentiality of outdoor autonomy for children: the development of two instruments. *Journal of Environmental Psychology*, 25(4), pp. 437-453.
- RAUSCH, Marilyn J. (1998). Analyzing and reporting focus groups results. In R. A. Krueger (Ed.). *Analyzing and reporting focus group results* (pp. 94-95). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- RECASENS, Amadeu (1996). La seguridad y el modelo policial español. *VII Seminario Duque de Ahumada: Seguridad y Estado Autonómico* (pp. 45-63). Madrid: Ministerio de Justicia y Interior.
- RÊGO, Ximene (2014). Entre a utopia e a crise: nos meandros da (in)segurança urbana na segunda metade do século XX. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 74, pp. 93-110.
- RÊGO, Ximene e FERNANDES, Luís (2012). As falas do medo. Convergências ente as cidades do Porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(78), pp. 51-65.
- RIBEIRO, José L. P. (2007). *Metodologia de investigação em psicologia e saúde*. Porto: Legis Editora/Livpsic.
- ROCHÉ, Sebastian (1991). Insécurité: incivilités, citoyenneté et ordre public. In Y. Bernard e M. Segaud (Eds.). *La Ville Inquiète: habitat et sentiment d'insécurité* (pp. 135-155). La Garenne-Colombes: Éditions de L'Éspace Européen.

- ROCHÉ, Sebastian (1993). *Le sentiment d'insecurité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- ROCHÉ, Sebastian (1994). *Insécurité et libertés*. Paris: Le Seuil.
- ROMICH, Jennifer (2009). Trying to keep children out of trouble: child characteristics, neighborhood quality, and within-household resource allocation. *Children and Youth Services Review*, 31(3), pp. 338-345.
- ROSA, Edinete M.; SOUZA, Lídio; OLIVEIRA, Daniela M. e COELHO, Bianca I. (2012). Violência urbana, insegurança e medo: da necessidade de estratégias coletivas. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 32(4), pp. 826-839.
- SÁ, Teresa V. (2000). Segurança e seu sentimento na cidade. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra. Acedido em 26 novembro, 2013, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.PDF.
- SANTOS, Boaventura; MARQUES, Maria; PEDROSO, João e FERREIRA, Pedro (1996). *Os tribunais nas sociedades contemporâneas. O caso português*. Porto: Edições Afrontamento.
- SASSON, Theodore (1995). *Crime talk. How citizens construct a social problem*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- SAUMURE, Kristie (2001). *Focus group - an overview*. Acedido em 4 janeiro, 2014, em http://www.slis.ualberta.ca/cap02/kristie/focus_group_paper.htm.
- SCHILLING, Flávia (2004). *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo: Moderna.
- SEDDON, Toby (2000). Explaining the drug-crime link: theoretical, policy and research issues. *Journal of Social Policy*, 29(1), pp. 95-107.
- SHELLEY, Louise (1981). *Crime and modernization. The impact of industrialization and urbanization on crime*. Carbondale, IL: Southern Illinois University Press.
- SILVA, Luís A. M. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19(1), pp. 53-84.
- SILVEIRA, Andréa M.; SILVA, Bráulio A. F. e BEATO, Cláudio C. (2006). Prevenção de crimes urbanos: o programa fica vivo. In P. Liana e R. S. Lima (Orgs.). *Segurança Pública e Violência – O Estado está cumprindo seu papel* (pp. 77-88). São Paulo: Contexto.
- SIMMEL, Georg (2004). As metrópoles e a vida mental. *Fidelidade e Gratidão e outros Textos* (pp. 75-94). Lisboa: Relógio D'Água.

- SKOGAN, Wesley G. (1990). *Disorder and decline: crime and spiral of decay in american neighbourhoods*. Berkeley & Los Angeles: University California Press.
- SOARES, Luiz E. (2005). A esperança como dever. In C. Athayde, M. V. Bill e L. E. Soares. *Cabeça de porco* (pp.115-125). Rio de Janeiro: Objetiva.
- SUTER, Elizabeth A. (2000). Focus Group in ethnography of communication: expanding topics of inquiry beyond participant observation. *The Qualitative Report*, 5(1, 2).
- TAYLOR, Ralph B. (1987). Toward an environmental psychology of disorder: delinquency, crime and fear of crime. In D. Stokols e I. Aluman (Eds.). *Handbook of Environmental Psychology*. EUA: John Willey & Sons.
- VAUGHN, Sharon; SCHUMM, Jeanne S. e SINAGUB, Jane (1996). *Focus group interviews in education and psychology*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- WACQUANT, Loic (2000). *Parola d'ordine: tolleranza zero*. Milão: Feltrinelli.
- WACQUANT, Loic (2001). *Os condenados da cidade – estudos sobre marginalidade avançada* (pp. 161-198). Rio de Janeiro: Editora Revan.
- WALKLATE, Sandra (2005). *Criminology: the basics*. London: Routledge.
- WARR, Mark (1990). Dangerous situations: social context and fear of victimization. *Social Forces*, 68, pp. 891-907.
- WEIR, Lori A.; ETELSON, Debra e BRAND, Donald A. (2006). Parent's perceptions of neighborhood safety and children's physical activity. *Preventive Medicine*, 43(3), pp. 212-217.
- WINKEL, Frans W. (1998). Fear of crime and criminal victimization. *British Journal of Criminology*, 38, pp. 473-484.
- XAVIER, Miguel; PEREIRA, Manuel G.; CORRÊA, Bernardo B. e ALMEIDA, José. M. C. (2002). Questionário de problemas familiares: Desenvolvimento da versão portuguesa de um instrumento de avaliação da sobrecarga familiar. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 3(2), pp. 165-177.
- ZEDNER, Lucia (1997). Victims. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (eds.). *The Oxford Handbook of Criminology* (pp. 577-612). Oxford: Clarendon Press.

ANEXOS

Anexo 1

Pedido de colaboração para realização de investigação

Exmo(a). Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola _____,

Assunto: **Pedido de colaboração para realização de investigação**

Ílhavo, ___/___/_____

Eu, Ana Carolina Ferreira Augusto, aluna de Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, venho por este meio solicitar a V. colaboração no âmbito de uma investigação intitulada “**(In)Segurança urbana, infância e risco**”, em desenvolvimento na instituição supracitada, sob orientação da Dra. Helena Machado.

Pretende-se analisar as representações de pais de crianças com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos sobre os perigos que habitam a cidade e a tornam um espaço (in)seguro para as crianças bem como explorar as perceções de risco em torno da infância e suas repercussões no âmbito das dinâmicas inerentes às práticas parentais, pelo que a V. participação num processo de recolha de dados a realizar sob a forma de *focus group* se demonstra crucial para a boa prossecução da presente investigação.

Em traços gerais, a investigação visa:

- a) perspetivar os sentidos atribuídos à (in)segurança urbana;
- b) explorar de que forma sentimentos de (in)segurança experienciados e/ou construídos em contexto urbano têm evoluído nos últimos anos;
- c) identificar os fatores que parecem estar subjacentes à alteração da postura dos pais do presente e do passado;
- d) analisar eventuais repercussões destes sentimentos de (in)segurança no âmbito das dinâmicas inerentes às práticas parentais;
- e) averiguar as medidas de prevenção adotadas com vista à proteção e segurança das crianças;
- f) verificar de que forma a mediatização de notícias propagadas pelos meios de comunicação (notícias de desaparecimentos de crianças, por exemplo) influenciam a visão dos pais e a sua postura em relação aos filhos.

Relativamente à metodologia, o *focus group* é eleito enquanto estratégia de recolha de dados de excelência no âmbito da presente investigação na medida em que além de permitir aflorar simultaneamente diversas dimensões e visões de diferentes indivíduos, permite também extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo, sentimentos, opiniões e reações que poderão fazer emergir novos conhecimentos.

Assim, e de um modo geral, o que venho solicitar é a V. cooperação no que concerne à constituição de dois grupos de discussão organizados idealmente da seguinte forma: **um grupo de pais de crianças pertencentes ao 1º e 2º anos de escolaridade e outro grupo de pais de crianças pertencentes ao 3º e 4º anos de escolaridade.**

Cada grupo de discussão deverá ser composto por seis a oito elementos com disponibilidade para uma conversa informal com a duração máxima de 1h30min, a decorrer num local e horário a definir posteriormente (preferencialmente, numa sexta-feira entre os meses de Janeiro e Março de 2014).

Toda a informação recolhida será considerada confidencial e, em momento algum, os participantes serão identificados, pelo que se garante a privacidade dos dados.

Fico à V. disposição para quaisquer esclarecimentos que entender necessários através de e-mail (carolinaugusto@hotmail.com) ou telemóvel (960423038).

Agradeço antecipadamente a atenção que me venha a ser dispensada, apresentando os meus melhores cumprimentos.

Atenciosamente,
Carolina Augusto

GRUPOS DE DISCUSSÃO

GRUPO I (pais de crianças do 1º e 2º anos de escolaridade)

NOME	CONTACTO	SUGESTÃO DE DATA E HORA DO ENCONTRO

GRUPO II (pais de crianças do 3º e 4º anos de escolaridade)

NOME	CONTACTO	SUGESTÃO DE DATA E HORA DO ENCONTRO

Anexo 2
Roteiro de *Focus Group*

ROTEIRO DE *FOCUS GROUP*

DATA: ___/___/_____

ESCOLA: _____

GRUPO: Pais de crianças pertencentes ao ___ e ___ anos de escolaridade

1ª PARTE: INTRODUÇÃO

1. Cumprimentar o grupo e agradecer a participação;

Boa noite. Antes de mais gostaria de vos agradecer todos por se terem disponibilizado a participar neste encontro.

2. Realizar uma breve auto-apresentação;

O meu nome é Carolina, sou aluna de Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho UM e encontro-me a realizar um estudo sobre (In)Segurança Urbana no âmbito da minha dissertação.

3. Introduzir o objetivo e contexto do *focus group*;

O objetivo da investigação que estou a desenvolver é:

- analisar as representações de pais de crianças com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos sobre os perigos que habitam a cidade e a tornam um espaço (in)seguro para as crianças;*
- explorar as perceções de risco em torno da infância e suas repercussões no âmbito das dinâmicas inerentes às práticas parentais.*

*Porquê o *focus group* como estratégia de recolha de dados e não questionários ou entrevistas?*

*O *focus group* permite:*

- reunir num curto espaço de tempo diferentes opiniões e perspetivas de diferentes indivíduos;*

- extrair das atitudes e respostas dos participantes do grupo, sentimentos, opiniões e reações que poderão fazer emergir novos conhecimentos.

4. Explicar o que é um *focus group* e como irá decorrer;

O Focus Group é uma técnica de pesquisa qualitativa, através da qual se procura obter uma série de perspectivas acerca de uma mesma temática, neste caso a (in)segurança urbana sob a visão de pais.

Irei de seguida apresentar algumas questões relativamente às quais gostaria que cada um desse a sua opinião.

Neste debate é importante ter a participação de todos. Não há respostas certas ou erradas. Todos vocês têm alguma coisa para dizer e eu estou aqui para aprender convosco.

5. Solicitar a permissão para a filmagem da sessão e justificar o motivo;

6. Realizar as apresentações.

É provável que alguns de vocês já se conheçam, mas de qualquer forma gostaria de vos pedir que falassem um pouco sobre vós... para também eu vos conhecer.

2ª PARTE: APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES

TEMAS	QUESTÕES
(In)Segurança urbana: representações sociais	1. Como caracterizariam Ílhavo em termos de segurança? 2. A cidade está cada vez mais ou menos insegura? Porquê? 3. Na vossa opinião, quais os maiores perigos/riscos que a nossa cidade oferece às crianças? Porquê?
Experiência pessoal	4. Enquanto pais, quais os vossos maiores medos relativamente à segurança dos vossos filhos? 5. Alguma vez tiveram uma experiência pessoal de situação de perigo? E os vossos filhos? 6. Alguma vez foram vítimas de algum crime? E os vossos filhos?

Influência dos <i>media</i>	7. Na vossa opinião, de que forma as notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, designadamente as de desaparecimentos de crianças ou de abuso sexual de menores, podem causar impacto no âmbito das dinâmicas parentais?
Posição face ao risco	8. Na vossa opinião, que tipo de medidas ajudariam a tornar a cidade mais segura para as nossas crianças? 9. No dia-a-dia, que medidas consideram que devem ser tomadas para proteger os vossos filhos?
Infância ontem e hoje: contrastes	10. Falem-me da vossa infância (brincadeiras, tempos livres, percursos casa-escola/ escola-casa, ...). 11. Olhando para a infância de hoje, o que mudou em termos de segurança das crianças? Porquê?

3ª PARTE: FINALIZAÇÃO

- **Agradecer aos participantes;**
- **Explicar de que forma a informação irá ser utilizada e quando estará terminado o processo.**

Anexo 3

Ficha de caracterização de grupo

FOCUS GROUP ____

DATA: ____/____/____

ESCOLA: _____

PARTICIPANTE ____: Pai/Mãe de uma criança pertencente ao ____ ano de escolaridade

DADOS PESSOAIS:

IDADE: ____

ESTADO CIVIL:

- Solteiro(a)
- Casado(a)/União de facto
- Separado(a)/Divorciado(a)
- Viúvo(a)

GRAU DE INSTRUÇÃO:

- Menos de 4 anos de escolaridade
- 4 anos de escolaridade (1.º Ciclo do Ensino Básico)
- 6 anos de escolaridade (2.º Ciclo do Ensino Básico)
- 9.º Ano (3.º Ciclo do Ensino Básico)
- 11.º Ano
- 12.º Ano (Ensino Secundário)
- Curso Tecnológico/Profissional/Outros (Nível III¹¹)
- Ensino Superior (Universitário ou Politécnico)
- Outros

SITUAÇÃO ATUAL FACE AO EMPREGO:

- Empregado(a)
- Desempregado(a)
- Outra Qual? _____

✓ **Se respondeu “Empregado(a)”, qual a sua profissão?** _____

¹¹ Nível de Qualificação da Formação (com equivalência ao Ensino Secundário)

✓ Se respondeu “Desempregado(a)”, exercia alguma profissão?

Sim Qual? _____

Não

Há quanto tempo se encontra nesta situação? _____

DADOS HABITACIONAIS:

ÁREA DE RESIDÊNCIA: _____

TIPO DE ALOJAMENTO:

Vivenda

Apartamento

Outro Qual? _____

Anexo 4

Grelha de análise de dados

Tema 1 – (In)Segurança urbana: representações sociais

A cidade	(In)Segurança	Ílhavo	<p>FG1/P5- Embora haja alguma criminalidade, não estamos num sítio, numa cidade muito violenta. (...) Há assaltos, mas... (...) Sai-se ainda bem à rua, sem problema.</p> <p>FG1/P1- Eu acho Ílhavo sossegado.</p> <p>FG2/P3- Para já é uma cidade segura. (...) Eu, para já, considero Ílhavo seguro.</p> <p>FG2/P2- Não há grandes problemas, mas podia estar melhor...</p> <p>FG2/P1- Eu ainda considero Ílhavo muito seguro. Seguro ou muito seguro. (...) Eu acho que ainda vivemos bem.</p>
		Ílhavo e outras cidades	<p>FG1/P5- Eu acho que não é das piores [cidades]. Não é cem por cento segura mas comparando com outras cidades, não é muito má.</p> <p>FG1/P1- Se compararmos Ílhavo a Aveiro... Ílhavo é um paraíso.</p> <p>FG1/P3- Comparando Ílhavo com Gafanha, por exemplo... (...) A Gafanha, embora seja uma cidade mais pequena tem mais situações de insegurança. (...) Aqui [Ílhavo] há casos pontuais e estão definidos.</p> <p>FG2/P4- Comparando com outras cidades, estamos no céu...</p> <p>FG2/P5- Ílhavo sempre foi mais calmo que outros sítios...</p>
Espaços de perigo			<p>FG1/P5- Aqui [Ílhavo] há certos sítios que têm a ver com os toxicodependentes. (...) Há pontos aqui de Ílhavo que é para esquecer...</p> <p>FG1/P3- Daquela rua para lá é um tal... Aqueles edifícios, os prédios de habitação social... assim essas zonas é só tráfico...</p> <p>FG1/P6- Nós aqui em Ílhavo temos muitos acampamentos...</p> <p>FG2/P5- Há certas zonas... há certas zonas que eu tenho um bocado de insegurança. (...) À noite, há certas zonas onde eu não passo... nem que me paguem... [riso nervoso] A Rua de Sto. António, por exemplo, tem aquele café na ponta... agora eu não passo lá à noite nem que me paguem. Na rua por trás... [acena negativamente com a cabeça] (...) É só mitras...</p> <p>FG2/P6- E por cima do antigo BPA... [movimenta a cabeça de um lado para o outro em sinal de reprovação] Aí é o ponto de encontro... A gente passa de carro e vê-os a trabalhar [vender droga].</p>
Atores do desvio			<p>FG1/P6- Mas não são só os ciganos que roubam... (...) Uma coisa é certa... é para droga. Disso tenho a certeza.</p> <p>FG1/P1- Se não são os ciganos... Os ciganos é que os meteram nessa vida [tráfico de droga e criminalidade associada]...</p> <p>FG2/P4- Tu passas de manhã... A gente não os vê sem vez quando saímos. Estão lá sempre de manhã... Vais com o teu filho ao médico... Tu passas e eles estão lá sempre. E aquele dinheiro vem de onde? Olha, vem do que tu e eu andámos a descontar a vida toda...</p> <p>FG2/ P5- E o que eles [ciganos] ganham por fora e nós não sabemos?! Com o tráfico...</p>

Tema 1 – (In)Segurança urbana: representações sociais (continuação)

Tendências e causas da criminalidade	Criminalidade	<p>FG1/P1- Se olharmos para os assaltos que têm havido ultimamente... Há uns anos atrás não havia a insegurança que há agora.</p> <p>FG1/P5- Agora há mais situações de criminalidade... Antigamente também havia, mas não era como agora...</p> <p>FG1/P7- É assim, eu moro cá há quinze anos e não tenho sentido grande variação. Atualmente, acho que é um bocadinho mais seguro do que era no início, há uns anos atrás. (...) Já foram apanhados os que andavam a fazer insegurança...</p> <p>FG2/P4- De uma forma geral acho Ílhavo seguro mas já não é o que era. (...) Há mais criminalidade... (...) Uma pessoa tem de o ir buscar a algum lado... (...) Quem vive aqui há muitos anos...Eu acho que se olharmos para o que era há uns tempos atrás e para o que é agora... (...) Antigamente, aqui há uns dez anos atrás não se ouvia falar de assaltos como se ouve agora.</p>
	Desemprego	<p>FG1/P4- O que falta a essa gente é trabalho!</p> <p>FG2/P5- Eu acho que a insegurança tem tendência a aumentar. (...) Há mais desemprego... uma pessoa precisa de dinheiro [fricciona o dedo polegar no indicador] e toca a roubar.</p> <p>FG2/P3- O desemprego também ajuda...</p>
Perigos e riscos	Droga	<p>FG1/P1- Eu moro num sítio que... Tenho uma cabine telefónica em frente que é a referência... e então quando estou à janela, principalmente quando esses senhores estão cá fora... [fora da prisão] (...) vêem-se os carros a parar ali, vai um ao telefone, depois sai, o carro vira... (...) Ou então vêm a pé. Vêm aqui a estes edifícios da câmara [habitação social] (...) Muitas vezes... Dezenas de vezes por dia... (...) Isso causa um bocado de insegurança. (...) Mete um bocado de respeito... porque eles precisam de dinheiro...</p> <p>FG1/P5- A droga é o meu maior medo nesta cidade... Acho que é o flagelo maior que temos aqui nesta zona.</p> <p>FG1/P3- A criminalidade da nossa cidade está associada sobretudo à toxicod dependência. Eles precisam de dinheiro e a seguir fazem os assaltos. Por aqui são mais roubos e assim...</p> <p>FG2/P6- Hoje em dia é... a droga.</p> <p>FG2/P4- A partir da escola ela [droga] passa aí... passa aqui nesta zona assim... [move o braço de um lado para o outro]... Todas as classes sociais vêm buscá-la. (...) Pessoas que vocês nem imaginam! Eu fico assim... [boquiaberta] Como é que é possível... (...) Param o carrinho, lá vão, sobem lá acima, descem para baixo... E lá à frente, na casinha lá à frente a mesma coisa... (...) O pior é que há prédios habitacionais aqui ... mesmo aqui ao pé da escola... onde estão pessoas a habitar normalmente... e aquilo é um corrupio. Aqui, saís para ir buscar não sei o quê e vês de toda a classe social que possas imaginar a vir buscá-la. (...) Neste caso estamos a falar das pessoas que vão ali buscar para consumo próprio... Aí nem sequer é... É para consumo próprio. As pessoas vêem-se... Às vezes desesperados, completamente desesperados para consumir... Isso aí não me mete muito medo porque não vão influenciar ninguém. Agora... nesses sítios onde a gente passa...</p>

Tema 2 – Experiência pessoal

Medos	Droga	FG1/P5- Embora não atinja muito os nossos pequenitos porque eles ainda estão numa faixa etária que não lhes [toxicodependentes/traficantes] interessa (...) a droga é o que mais me preocupa. FG2/P3- A droga é um medo... um receio para o futuro.
	Crime	FG2/P4- Eu acho que uma pessoa começa a imaginar tudo... Desde o assalto, o roubo... ao monte de coisas que lhes podem fazer para conseguirem o que querem... Pode-lhes acontecer tudo e mais alguma coisa.
	Contornos das escolas de 2º e 3º ciclos	FG2/P4- Na EB23 há crianças de dez anos e crianças de catorze ou mais... com vivências completamente diferentes e outro tipo de experiências... E aqui acabo por culpar o Estado. Acaba por ser o Estado o culpado porque obriga... e acho que é um direito, pronto... as crianças têm que ter a escolaridade... Mas obriga as crianças do quinto ano que passam delas com dez, onze anos a estar com umas que estão a ser obrigadas e que muitas vezes nem aparecem às aulas mas têm que estar inscritas só para receber o rendimento mínimo. (...) E depois o que é que essas crianças... crianças... Jovens! O que é que esses jovens lá estão a fazer? Sabendo antemão que de onde eles vêm já vêm com antecedentes de drogas... Pais estão presos, mães estão presas por tráfico de droga, por venderem droga, por consumir... e depois os filhos vão pelo mesmo caminho... FG2/P5- O meu filho está no quarto ano. Tenho muito medo de ele ir para um ciclo... O ciclo antigamente ia só até ao sexto ano. Agora vai até ao nono e andam lá aqueles matulões... FG2/P3- Estou com um bocado de receio de quando ele [filho] for para o ciclo...
	<i>Bullying</i>	FG2/P4- O <i>bullying</i> é uma das coisas que também me mete medo...
	Atropelamentos	FG2/P3- O que me assusta também é o poder ser atropelado... Eu acho que se ele viesse a pé, eu tinha que saber que ele chegou à escola. Senão acho que andava o dia todo num <i>stress</i> ...
	Perseguição	FG2/P5- O facto de ele [filho] poder ser seguido também me causa medo... de estar à hora errada no sítio errado... Tudo acontece...
	Pedofilia	FG2/P4- Uma coisa que eu tenho muito medo também... pedofilia. (...) Apavora-me... Apavora-me e aí... [suspira] Não sei. Isso é daquelas coisas que...
	Desaparecimento/Rapto	FG1/P2- Desaparecer um filho é horrível... Deve ser... FG1/P5- Um rapto! É o meu maior medo... FG2/P3- Mas que isso [rapto de um filho] é assustador é... Só de pensar... Só de pensar já fico... Uma vez perdi a minha Maria [nome fictício de filha mais velha, 13 anos] e foi só uma fração de minutos... Aiiii... Eu queria correr e não conseguia... (...) A sério, é um desespero... é uma angústia... Depois vi-a lá ao fundo ao pé do farol, na Barra... Aiii... [suspira] Nem é bom pensar...

Tema 2 – Experiência pessoal (continuação)

Situação de perigo	Pais	<p>FG1/P6- Tirando aqueles que me assaltaram a casa ao lado, não...</p> <p>FG1/P5- Eu tive uma situação perto de casa... muito perto... debaixo de minha casa... Era um perigo... Eu sentia medo... Agora tenho menos problema de sair seja a que horas for para ir à vizinhança mas nessa altura não ia porque havia lá um fulano que vendia as doses. E então aquilo era um corrupio de pessoas. Eu não me atrevia a ir à vizinha... Assim que acabava a luz do sol eu não saía mesmo. Tinha medo de ser abordada, de ser assaltada... Sentia medo. Achava perigoso. E tanto que de manhã via fulanos por lá caídos.</p> <p>FG1/P7- Cá em Ílhavo não, mas noutros sítios já [experienciei uma situação de perigo]... No Porto já fui ameaçado com facas e tudo isso... Na Venezuela também já... Eu sou de lá e lá é o pão nosso de cada dia. Mas aqui em Ílhavo não... (...) No Porto o tipo estava à procura de dinheiro fácil só que encontrou-se com a pessoa errada...</p>
	Filhos	<p>FG1/P3- A turma do meu filho mais velho antes de mudar de escola era uma turma de doze alunos (...) em que... “Oh mãe olha tenho dois meninos na minha turma que os pais estão presos” ou “Tenho três que são...” Era uma turma... era um espetáculo. (...) Começou a tirar logo nos primeiros testes e naquelas primeiras provas... começou a tirar notas muito boas e os outros diziam-lhe “Olha se tiras mais uma nota destas...” E depois era... era aquilo que havia... (...) muitas das situações aconteciam dentro da sala de aula. Ele chegou a ficar fechado dentro da sala de aula sem a professora se aperceber... escondido debaixo de uma secretária para não vir ao intervalo...</p> <p>FG2/P5- O meu filho quando veio para aqui [escola] foi vítima de <i>bullying</i>... No segundo ano uma colega disse “Se vocês brincarem com o Tiago [nome fictício] eu não brinco com vocês porque ele é adotado.” (...) Ele sofreu isso... durante bastante tempo...</p>
Experiências de vitimização	Pais	<p>FG1/P7- Já fui assaltado, já fui agredido na rua, ameaçado...</p> <p>FG1/P2- Assaltaram-me o carro uma vez. Mas por acaso apanhei o ladrão... Estava lá dentro a tentar por o Fiat Uno a trabalhar e eu cheguei... Pus o pé na porta e ele não saiu... Chamei a polícia...</p> <p>FG2/P2- Uma vez roubaram-me o rádio do carro.</p> <p>FG2/ P6- A mim já é o terceiro carro que me assaltam à porta de casa...</p>
	Filhos	<p>FG1/P6- Os meus filhos foram assaltados uma vez...</p> <p>FG1/P3- O meu filho mais velho passou por uma situação muito complicada... Ele mudou de escola porque era agredido diariamente...</p>
	Pessoas conhecidas	<p>FG1/P1- Foi tudo assaltado esta semana passada aqui... Os apartamentos quase todos... E ainda por cima viram os ladrões... a subir...</p> <p>FG2/P3- Conheço nomeadamente uma vizinha minha que foi assaltada na rua. Foi durante o dia... duas da tarde mais ou menos.</p> <p>FG2/P5- Eu conheço uma professora que é aqui da Escola Secundária, irmã do meu patrão, que foi de puxão. Dois indivíduos de motorizada, ela ia na beira da estrada, de dia... foi puxão de carteira... durante o dia.</p>

FG2/P4- Aqui no meu bloco, onde eu vivo... Eu saí às duas menos cinco... o vizinho também saiu... só foi à Badaró [pastelaria] lá à frente... eu fui à Spral... Quando cheguei já tinham assaltado o apartamento do vizinho que já ia a subir para o apartamento e se cruzou com os indivíduos nas escadas. Passado uma semana foi assaltado o de baixo. E a polícia nada fez... Não faz nada ou não pode fazer nada. O dono do apartamento viu os indivíduos, conhecia-os e eles ainda lhe disseram para estar quietinho senão ainda era ele que ia pagar... e estamos assim...

Tema 3 – Influência dos *media*

Positiva	Alertam	<p>FG1/P1- Há notícias que dão para pensar duas vezes... Ou que até dão para pensar muitas...</p> <p>FG1/P4- Eu acho que os <i>media</i> nos alertam mais...</p> <p>FG2/P3- Depois também se ouve tanta coisa nas notícias... (...) A gente fica sempre com o pé atrás.</p> <p>FG2/P6- Eu acho que nos levam a ficar mais alerta. (...) “Isto pode-me acontecer a mim” é algo que nos passa pela cabeça...</p>
	Estimulam a adoção de comportamentos protetores	<p>FG1/P5- Sem dúvida que esse tipo de notícias causam medo e nos levam a ser mais protetores.</p> <p>FG2/P4- Hoje, a ler uma notícia por causa da Maddie... (...) Eu, agora, para todos os sítios onde for... Não me digam que é seguro... hotel ou o que seja... Não vou desgrudar da minha filha. Não vou confiar em empregada nenhuma. (...) Nunca mais!</p> <p>FG2/P4- A gente ouve as notícias e fica... Às vezes, e eu sei por mim... (...) Às vezes já não levo tanto pela mão, ou eu vou aqui a ver as montras e ela vai mais à frente... Depois, às vezes assusto-me quando não a vejo porque ela já está dois ou três metros mais à frente... É aquele espaço de dois metros e pode acontecer...</p>
Negativa	Disseminam o medo	<p>FG1/P1- Nós agora ligamos a televisão e é só notícias de assassinatos, de não sei quem que matou não sei quem, de raptos... Não falam de outra coisa... Parece que fazem de propósito para terem notícia...</p> <p>FG2/P4- Na semana passada eu li que só em Portugal estão a desaparecer muitas crianças... Isso não é normal. (...) É horrível...</p> <p>FG2/P4- De vez em quando empolam e a gente fica... Eu lembro-me... Quando isso aconteceu [caso Maddie]... Eu havia noites que... [riso nervoso] que nem conseguia dormir... Então... Fiquei em pânico mesmo porque... Não conseguia... Então... [suspiro] Nem é bom pensar...</p>

Tema 4 – Posição face ao risco

Medidas de segurança	Mais policiamento	<p>FG1/P5- Não sei se um maior policiamento resolvia alguma coisa... Não há respeito pela autoridade... por isso... não sei se seria por aí...</p> <p>FG2/ P3- A polícia devia fazer mais rondas...</p> <p>FG2/P5- Se houvessem mais polícias... e se não fossem tão corruptos também...</p>
	Maiores intervenções dos órgãos de segurança	<p>FG1/P5- Se formos fazer uma queixa e dissermos à polícia que são ciganos, eles não vão lá. Nem se dão ao trabalho... Mandam-nos embora. Porquê? Porque é preciso mobilizar muitos meios... (...) E porque eles também têm medo. (...) Eles não vão... Não vão aos acampamentos. (...) Eu conheço casos em que eles nem sequer registam a queixa. (...) Basta dizer a palavra “cigano” e eles “Oh!”... [levanta o braço fazendo gesto de <i>nem vale a pena</i>] É logo...</p> <p>FG2/P2- Uma vez roubaram-me o rádio do carro. Na altura apresentei queixa e disseram-me “Ah já sabemos quem é... nem vale a pena.”. Ainda me perguntaram “Você trouxe o carro?” e eu disse “Claro que trouxe o carro, não vinha a pé”. E eles “Então você diminuiu as provas...”. Ohh!! Fui perder tempo e ninguém fez nada.</p> <p>FG2/P6- A polícia não devia andar só a multar...</p> <p>FG2/P5- Se nós sabemos os locais onde se vende, por exemplo, a droga eles [polícia] também sabem. Porque é que não atuam? (...) Por amor de deus caramba... não é?</p>
	Implementação de reformas na justiça	<p>FG1/P3- Eu acho que o que nós precisamos é de uma justiça mais eficaz...</p> <p>FG1/P7- Aquela ama que foi apanhada por um vídeo amador ou alguém no outro prédio a bater numa criança... Ainda por cima era ama ilegal ou o que seja... Ela depressa saiu daquilo... (...) Não lhe aconteceu nada...</p> <p>FG1/P5- O problema é eles [atores do crime] pensarem, e bem, que não vai acontecer nada. (...) Eles não têm medo da polícia porque sabem que a justiça não funciona. Eles até podem ir lá uns dias mas saem... e eles estão-se a marimbar para as autoridades... não respeitam. Se calhar, um polícia chega lá e eles ainda gozam... Quer dizer... “Vens fazer o quê?! Vais-me prender? Daqui a bocado estou cá fora...”.</p> <p>FG1/P1- Eles podem fazer as reformas que fizerem mas enquanto não cumprirem as leis que estão... não... não vale a pena.</p> <p>FG2/P4- Isto para mim é assim... Quando nós estamos num país onde os principais deviam ser honestos, que é o governo, e não são... Como é que nós queremos que na escala por aí abaixo as pessoas sejam honestas?! Não podem. (...) O que é que a gente pode fazer no meio disso? Nada... Nada! Então, se mostram coisas claras a nível bancário, de futebol, do governo, de tudo... (...) O que é que a gente vê? Fez-se alguma coisa? Estão alguns na cadeia? Estão alguns na cadeia?! Não!</p>

Tema 4 – Posição face ao risco (continuação)

Endurecimento das políticas criminais	<p>FG1/P5- Era fazer uma limpeza... tudo a eito!</p> <p>FG1/P4- Era pô-los todos lá dentro [prisão]. (...) Ou então pô-los todos a trabalhar...</p> <p>FG1/P1- Precisamos de penas mais pesadas mas sem haver aquele perdão...</p> <p>FG2/ P5- Eu acho que a prisão... a prisão não devia ser assim. Eles deviam trabalhar! (...) Apanha vinte cinco anos ou apanha seis... Vais trabalhar! Há mato para limpar, há isto para fazer... Vão trabalhar!</p> <p>FG2/P3- Na cadeia deviam trabalhar! Deviam trabalhar lá!</p> <p>FG2/P2- Nos casos de pedofilia devia ser como no Japão... [faz gesto de cortar o pescoço] Radical! Uma vez, duas... À terceira não havia!</p>
Estratégias de proteção parental	<p>Informar</p> <p>FG2/P4- Eu já mostrei um vídeo ou dois à minha filha sobre o <i>bullying</i> para ela saber o que é que significa, o que faz... Que é para ela ter noção que se lhe fizerem alguma coisa... Para saber o que é que há-de fazer...</p> <p>FG2/P2- Eu ao domingo à tarde costumo jogar à bola com ele [filho] na rua. Só que eu digo-lhe... “Os carros são os inimigos. A bola não pode tocar em nenhum carro e tu também não.” Vamos jogando e vamos ter la abaixo ao campo de futebol... os dois a jogar.</p>
Estar atento	<p>FG1/P7- Nós nunca devemos estar à vontade em qualquer sítio onde estejamos... Temos de estar sempre a olhar para os lados... principalmente quando temos crianças... porque o mal está sempre à espreita... Onde menos esperamos ele aparece.</p> <p>FG1/P1- Há dias... Há dias que a gente nota diferenças neles... Se estivermos atentos...</p> <p>FG1/P5- Às vezes, basta olhar para a carita deles [filhos]...</p> <p>FG2/P5- Ele [filho] é uma criança que não fala... Se alguém o tratar mal, ele não fala... Chega a casa não comenta... E por isso tento estar sempre atenta.</p> <p>FG2/P2- Eu tou sempre com o olho em cima dele...</p>
Acompanhar	<p>FG1/P3- Eu acho que o simples acompanhamento... que já os estamos a proteger... o vir à escola, o falar com a professora... vir às reuniões...</p> <p>FG1/P1- É importante falar com eles todos os dias, perguntar como é que foi o dia... (...) Se notarmos que eles estão assim mais em baixo... “O que é que foi? O que é que se passou?”...</p> <p>FG2/P3- Eu todos os dias pergunto ao Miguel [nome fictício] se o dia correu bem, se se passou alguma coisa... Pronto. Tento acompanhar isso.</p> <p>FG2/P3- Deixá-los três ou quatro [crianças] a brincar na rua não... isso está fora de questão... Com um pai ou dois é outra coisa... agora, sozinhos não...</p>

Tema 4 – Posição face ao risco (continuação)

Agir com prudência

FG1/P1- Eu moro aqui em frente e o meu filho não vai sozinho para a escola... (...) Não deixo. E é só atravessar a estrada... (...) Eu só não deixo o meu filho com o carro dentro da escola porque não posso... Se o carro entrasse aqui dentro... Eu falo por mim!

FG1/P4- Eu não deixo o meu filho vir para o pátio brincar sozinho... Tenho um portão... O portão automático tem um interruptor para o abrir... Eu não o deixo vir para aí. (...) Pode estar naquele coiso de brincar ou ouve crianças cá fora a brincar, abre o portão e vem para fora.

FG1/P7- Eu ainda não deixo [ficar em casa sozinha] porque ela é pequenina ainda... Tem sete anos, não é...

FG2/P4- Eu venho trazê-lo e buscá-lo à escola... Ao menos assim sei que ele entrou a porta e estou tranquila... É uma segurança.

FG2/P3- A ideia de ele de ir e vir sozinho pra casa... a mim assusta-me um bocado... assusta-me... [sorri nervosamente] Eu não deixo... (...) Não o deixo andar sozinho... Em casa, deixo-o... Por exemplo, vou tomar café... “Queres vir com a mãe?”, “Não!”. Ele fica lá... “Miguel [nome fictício], não sais daqui! Não abres a porta a ninguém!” (...) Mas não aguento mais que meia hora...

FG2/P5- Eu vou, por exemplo, ao Jumbo e tou sempre “Tiago [nome fictício] para ao pé de mim!”. Mais um metro e eu “Anda para aqui para ao pé de mim, não te quero longe!” [risos]

FG2/P6- No computador, a Sofia [nome fictício] só tem acesso aos *1001 jogos*. Ponto. Porque o resto, mesmo que ela queira... não consegue... Eu bloqueei o acesso ao resto da internet.

Ativar recursos de proteção

FG1/P3- Eu, às vezes, deixo-o com o irmão mais velho. Por períodos pequeninos, mas eu entro muitas vezes às oito e o meu marido sai às oito... Tem aquele vazio... Mas ficam os dois na cama... (...) Geralmente o mais velho já está acordado, tem o telemóvel com o número da mãe, com o número do pai e a vizinha fica sobreavisada...

FG2/P4- Eu quando deixo a minha [filha] sozinha em casa... às vezes são só cinco minutos mas fecho a porta por fora. Assim, mesmo que toquem à campainha e ela queira abrir... não abre... (...) São só cinco minutos e só em situações muito pontuais... Mas fecho por fora... Tem telefone e telemóvel...

FG2/P6- O meu [filho] também fica [sozinho em casa por curtos períodos de tempo]... fica com o telemóvel. (...) Quando tenho que sair e ele fica, digo à minha vizinha... “Olhe eu vou sair agora sem ele...” Ela tem a chave... se acontecer alguma coisa...

Tema 5 – Infância ontem e hoje: contrastes

Infância dos pais	Espaços de lazer	<p>FG1/P7- Sempre na rua...</p> <p>FG1/P1- Brincávamos na rua. E se calhar éramos alguns dez, doze, quinze garotos... e estávamos ali. (...) Éramos sempre muitos e era todos os dias.</p> <p>FG2/P3- Aiii eu andava sempre na rua!</p> <p>FG2/P6- Brincar era... era na rua...</p> <p>FG2/P5- Eu no meu tempo... era na rua da PSP... Eu brincava mesmo na rua...</p>
	Percursos casa-escola-casa	<p>FG1/P4- Eu vinha a pé da escola... O meu pai só me levava... acho que era às oito e meia... Mas depois eu vinha para casa sozinha...</p> <p>FG1/P1- Muitos quilómetros fazia a pé de casa para a escola e da escola para casa.</p> <p>FG1/P4- É assim, eu sempre fui para a escola a pé e vim... Mas havia grupos, não é?</p> <p>FG2/P5- Eu... Só no primeiro dia de escola da primária é que a minha mãe me foi levar, para eu saber o caminho. A partir daí... sozinha...</p> <p>FG2/P3- Eu vivia numa aldeia e morava quase em frente à escola ... A escola era só atravessar a estrada... portanto ia a pé sozinha.</p> <p>FG2/P4- Eu ia, passava cinquenta metros e estava o meu vizinho à minha espera que também ia...depois... A gente chegava à escola e éramos quase sete. Íamos sempre apanhando uns a uns e à vinda iam ficando... E pronto, eu era a última e eram quê... eram uns cinquenta metros depois. Eu tou a dizer “Ia sozinha” mas não... Eu ia, a cinquenta metros o meu vizinho já estava... pronto, só se eu não fosse à escola é que ele seguia e depois apanhava mais dois ou três... sempre... Éramos quase sete até chegar à escola. Nunca sozinhos. E depois à vinda, pronto, cada um ficava nas suas também...</p>
	Postura parental	<p>FG1/P1- Às vezes acabávamos de jantar e ainda podíamos vir cá para fora um bocado... A mãe deixava mas quando chamava tínhamos que ir para dentro senão...</p> <p>FG1/P5- As nossas mães não sabiam nada... Não haviam telemóveis...</p> <p>FG2/P4- Quando vinha da escola tinha sempre a minha mãe à minha espera. (...) E os pais dos meus colegas também estavam sempre à porta à espera... pronto... para ver se chegava tudo bem, para ver se o grupo estava todo certinho...</p>
	Responsabilização	<p>FG1/P7- Quando era pequeno vivi quase sempre sozinho porque os meus pais trabalhavam... A minha mãe trabalhava e eu com dez anos tinha de tomar conta do meu irmão que tinha cinco e de outro irmão que tinha menos dois anos... E estávamos em casa os três sozinhos... Eu tinha dez ou onze anos... (...) Os nossos filhos agora, não sei porquê, não têm essa vivência que nós tínhamos no passado...</p> <p>FG2/P5- Aos nove anos... fiquei com a casa ao meu encargo...</p>

Tema 5 – Infância ontem e hoje: contrastes (continuação)

Mudanças	Educação/Proteção	<p>FG1/P3- Eu acho que a nossa própria educação é uma educação muito diferente da educação que os nossos pais nos davam a nós... Nós tentamos protegê-los mais. (...) Se calhar não os expomos a situações para eles próprios criarem autodefesas e saberem defender-se... (...) Não deixamos se calhar os miúdos fazerem por eles, pensarem também por eles e resolverem algumas coisas também por eles...</p> <p>FG2/P4- Eu vivia na Ermida e ia para cima, para a escola de Vale de Ílhavo, a pé e vinha por ali abaixo. Mas pronto... sempre com a minha mãe e o meu pai a dizer o que é que eu havia de fazer ou se alguém se chegasse ao pé de mim... Sempre com os cuidados todos... Mas agora... Eu mesmo a avisar a minha filha tenho medo...</p> <p>FG2/ P5- Eu acho que nós tivemos uma infância muito melhor do que eles agora... Convivíamos mais. Mas quê... Vamos deixá-los vir para a rua? Para serem atropelados, para serem levados por alguém?</p>
	Tráfego rodoviário	<p>FG1/P7- Não digo insegurança, mas dantes não havia a passagem de automóveis que há agora...</p> <p>FG2/P5- Agora há muito mais movimento nas ruas... Uma criança anda a brincar, não anda atenta se vem um carro ou se não vem... No meu tempo era um carro que passava, se calhar, de hora a hora... (...) Nós quando vinha um carro até nos púnhamos no passeio, não é? Mas agora é impossível... Agora não há hipótese de eles andarem a brincar cá fora...</p> <p>FG2/P3- A minha filha mais velha tem treze anos e já vai e vem para a escola... pronto... aí já se orienta. Agora, eu acho que o meu mais novo ainda é muito pequenino... Acho. Há muito... São carros, depois é a questão se passam na passeira ou não... (...) Dantes não havia o movimento que há agora...</p>
	Presença policial	<p>FG1/P1- Antigamente, não há muitos anos... mas há uns anitos lembro-me... e vocês devem-se lembrar também... os polícias andavam por aqui [gira o dedo no ar] a pé. Via-se a PSP, muita GNR...</p> <p>FG2/P3- Eu lembro-me que era garota e andava a estudar... Andava sempre um polícia... [gira o indicador no ar] Sempre... (...) Andava sempre um polícia ou dois...</p>
	Dinâmicas (extra)familiares	<p>FG1/P3- A vizinhança antes era diferente... A vizinhança se calhar era protetora... Hoje em dia eu não sei se calhar quem são os meus vizinhos... (...) A maior parte das mães não trabalhava e ficava com os miúdos em casa ou assim, não é? Agora não.</p> <p>FG1/7- E a tua mãe era capaz de te deixar ir brincar lá fora porque sabia que havia sempre algum vizinho a olhar do outro lado...</p> <p>FG2/P6- A vida dos pais antigamente era diferente...</p> <p>FG2/P4- Antigamente a gente tinha a mãe em casa, não é? Tínhamos a mãe em casa e facilitava porque... estava sempre alguém por ali... ou a mãe, ou um irmão mais velho... pronto... Tínhamos sempre com quem brincar. A gente agora vai deixar as crianças onde? Sozinhas em casa? É impossível...</p>

Tema 5 – Infância ontem e hoje: contrastes (continuação)

Novos perigos

FG2/P4- Eu acho que... Se tiverem acesso à internet... Se tiverem acesso, sei lá, ao *facebook* ou a outras redes sociais... a criança corre tanto perigo... ou mais perigo ainda do que fora de casa... Eu acho que isso tem de ser mesmo um trabalho de casa...

FG2/P5- Quantas notícias é que a gente não ouve que foi ter com fulano de tal que conheceu na internet... um encontro... e aconteceu uma desgraça? Tava em casa... a criança estava em casa! (...) O perigo hoje também está dentro de casa...
